



**INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO RIO
GRANDE DO SUL
CAMPUS PORTO ALEGRE
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E
TECNOLÓGICA**

TANISE FERNANDES DE LIMA

**GESTÃO DEMOCRÁTICA NA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA:
PARTICIPAÇÃO DISCENTE NO IFRS - *CAMPUS* RESTINGA**

Porto Alegre

2025

TANISE FERNANDES DE LIMA

**GESTÃO DEMOCRÁTICA NA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA:
PARTICIPAÇÃO DISCENTE NO IFRS - *CAMPUS* RESTINGA**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Educação Profissional e Tecnológica, oferecido pelo *Campus* Porto Alegre do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul, como parte dos requisitos para a obtenção do título de Mestra em Educação Profissional e Tecnológica.

Orientador: Prof. Dr. Josimar de Aparecido Vieira

Porto Alegre

2025

L732g Lima, Tanise Fernandes de

Gestão Democrática na Educação Profissional e Tecnológica: participação discente no IFRS - Campus Restinga / Tanise Fernandes de Lima – Porto Alegre, 2024.

135 f.

Orientador: Prof. Dr. Josimar de Aparecido Vieira

Dissertação (mestrado) – Instituto Federal do Rio Grande do Sul Campus Porto Alegre, Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica - PROFEPT, Porto Alegre, 2025.

1. Educação Profissional e Tecnológica. 2. Gestão Democrática. 3. Participação. 4. Juventude. I. Vieira, Josimar de Aparecido. II. Título.

CDU: 37.004

Bibliotecário responsável: Filipe Xerxeneski da Silveira – CRB-10/1497

TANISE FERNANDES DE LIMA

**GESTÃO DEMOCRÁTICA NA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA:
PARTICIPAÇÃO DISCENTE NO IFRS - *CAMPUS* RESTINGA**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Educação Profissional e Tecnológica, oferecido pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul, como requisito parcial para obtenção do título de Mestra em Educação Profissional e Tecnológica.

Aprovado em 20 de março de 2025.

COMISSÃO EXAMINADORA

Prof. Dr. Josimar de Aparecido Vieira

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul

Orientador

Prof. Dra. Ana Sara Castaman

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul

Prof. Dra. Marilandi Maria Mascarello Vieira
Universidade Comunitária da Região de Chapecó (UNOCHAPECÓ)

Profa. Dra. Roberta Pasqualli
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Santa Catarina

TANISE FERNANDES DE LIMA

**GESTÃO DEMOCRÁTICA NA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA:
PARTICIPAÇÃO DISCENTE NO IFRS - *CAMPUS* RESTINGA**

Produto educacional apresentado ao Programa de Pós-graduação em Educação Profissional e Tecnológica, oferecido pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul, como requisito parcial para obtenção do título de Mestra em Educação Profissional e Tecnológica.

Validado em 20 de março de 2025.

COMISSÃO EXAMINADORA

Prof. Dr. Josimar de Aparecido Vieira

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul

Orientador

Prof. Dra. Ana Sara Castaman

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul

Prof. Dra. Marilandi Maria Mascarello Vieira
Universidade Comunitária da Região de Chapecó (UNOCHAPECÓ)

Profa. Dra. Roberta Pasqualli
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Santa Catarina

RESUMO

Esta dissertação foi desenvolvida no âmbito do Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica, vinculado ao Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional e Tecnológica (ProfEPT) do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul (IFRS). Está inserida na linha de pesquisa “Organização e Memórias de Espaços Pedagógicos na Educação Profissional e Tecnológica (EPT)” no macroprojeto 6 - Organização de Espaços Pedagógicos na EPT. O estudo teve como objetivo analisar a participação dos estudantes do IFRS - *Campus* Restinga nos órgãos colegiados (conselhos, comitês e/ou comissões, etc.), apontando alternativas que estimulem a sua participação, que, além de colaborar com o processo da gestão democrática, do aperfeiçoamento do processo educativo e zelar pela execução das políticas do IFRS, podem contribuir para a sua formação. Trata-se de uma pesquisa de natureza aplicada, do tipo descritiva, com dimensão exploratória, desenvolvida por uma abordagem qualitativa. Foram utilizadas técnicas de análise documental, pesquisa bibliográfica e pesquisa de campo. A coleta de dados foi realizada por meio de questionários com questões abertas e fechadas, aplicados a 20% dos estudantes matriculados nos cursos técnicos integrados ao ensino médio do IFRS - *Campus* Restinga, totalizando 77 respondentes. Participaram, ainda, três coordenadores de cursos envolvidos na pesquisa. A análise dos dados foi realizada com base na técnica da análise de conteúdo e seus resultados evidenciaram fatores que influenciam a baixa participação dos estudantes nos órgãos colegiados da instituição. Com base nesses achados, elaborou-se um produto educacional em formato digital: um guia contendo informações pertinentes ao tema, bem como orientações práticas para a participação estudantil nesses espaços deliberativos no IFRS - *Campus* Restinga. O guia foi avaliado positivamente pelos estudantes, indicando seu potencial para ampliar o engajamento discente nesses espaços. Espera-se que o material produzido contribua para fortalecer a voz e a presença dos estudantes nos órgãos colegiados, promovendo sua participação cidadã e ativa.

Palavras-Chave: Gestão democrática. Participação. Educação profissional e tecnológica. Juventude.

ABSTRACT

This dissertation was developed as part of the Professional Master's Degree in Professional and Technological Education, linked to the Graduate Program in Professional and Technological Education (ProfEPT) of the Federal Institute of Education, Science and Technology of Rio Grande do Sul (IFRS). It is part of the research line "Organization and Memories of Pedagogical Spaces in Professional and Technological Education (EPT)" in macro-project 6 - Organization of Pedagogical Spaces in EPT. The aim of the study was to analyze the participation of IFRS - Campus Restinga students in collegiate bodies (councils, committees and/or commissions, etc.), pointing out alternatives that encourage their participation, which, in addition to collaborating with the process of democratic management, improving the educational process and ensuring the implementation of IFRS policies, can contribute to their education. This is an applied, descriptive study with an exploratory dimension, developed using a qualitative approach. Documentary analysis, bibliographical research and field research techniques were used. Data was collected using questionnaires with open and closed questions, applied to 20% of the students enrolled in the technical courses integrated with high school at the IFRS - Restinga Campus, totaling 77 respondents. Three course coordinators involved in the research also took part. The data was analyzed using the content analysis technique and the results showed factors that influence low student participation in the institution's collegiate bodies. Based on these findings, an educational product was produced in digital format: a guide containing information pertinent to the topic, as well as practical guidelines for student participation in these deliberative spaces at the IFRS - Restinga Campus. The guide was positively evaluated by the students, indicating its potential to increase student engagement in these spaces. It is hoped that the material produced will contribute to strengthening the voice and presence of students in collegiate bodies, promoting their active citizen participation.

Keywords: Democratic management. Participation. Professional and technological education. Youth.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 - Mapa do bairro Restinga em Porto Alegre - RS	40
Figura 2 - Capa e conteúdo do PE	72
Figura 3 - Conceitos tratados no PE	72
Figura 4 - Legislação e órgãos colegiados no PE	73
Gráfico 1 - Idade dos estudantes envolvidos na pesquisa	55
Gráfico 2 - Posicionamento dos estudantes do IFRS - <i>Campus</i> Restinga acerca da participação discente na gestão escolar	56

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Dissertações sobre o tema de gestão democrática e participação discente	18
Quadro 2 - Órgãos executivos	50
Quadro 3 - Órgãos colegiados e comissões permanentes	50
Quadro 4 - Número de candidatos discentes aos editais dos órgãos colegiados	53
Quadro 5 - Compreensão dos estudantes sobre sua participação na gestão escolar	56
Quadro 6 - Fatores que contribuem para a não participação	65
Quadro 7 - Produtos educacionais (Ano 2019 - 2023)	68
Quadro 8 - Quadro 4 – Respostas à questão nº 11	75

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABNT – Associação Brasileira de Normas Técnicas

CAGE - Comissão de Avaliação e Gestão de Ações de Ensino

CAGPPI - Comissão de Avaliação e Gestão de Projetos de Pesquisa e Inovação

CAPES - Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior

CEP - Comitê de Ética em Pesquisa

CEFET - Centro Federal de Educação Tecnológica

CGAE - Comissão de Avaliação e Gerenciamento de Ações de Extensão

CIS - Comissão Interna de Supervisão do Plano de Carreira dos cargos Técnico administrativos em Educação

CISSPA - Comissão Interna de Saúde, Segurança e Prevenção de Acidentes

CONCAMP - Conselho de *Campus*

COPPID - Comissão Permanente de Processo de Ingresso Discente

CPA - Comissão Própria de Avaliação

CPPD - Grupo Diretivo e Comissão Permanente de Pessoal Docente

EaD - Educação a Distância

EMI - Ensino médio integrado

EMIEP - Ensino Médio Integrado à Educação Profissional

ENA - Exame Nacional de Acesso

EPT - Educação Profissional e Tecnológica

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IFNMG - Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Norte de Minas Gerais

IFRS - Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul

IFs - Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia

IFSC – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Santa Catarina

IFSP - Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo

LDBEN - Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional

MEC - Ministério da Educação

NAPNE - Núcleo de Atendimento às Pessoas com Necessidades Especiais

NEABI - Núcleo de Estudos Afro-brasileiros e Indígenas

NEPGS - Núcleo de Estudos e Pesquisas em Gênero e Sexualidade

PDI - Plano de Desenvolvimento Institucional

PPI - Projeto Pedagógico Institucional

PPP - Projeto político Pedagógico

PROFEPT - Programa de Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica

RFEPCT - Rede Federal de Educação Profissional Científica e Tecnológica

TALE - Termo de Assentimento Livre e Esclarecido

TCLE - Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	15
2 REFERENCIAL TEÓRICO.....	24
2.1 Fundamentos da gestão democrática e sua importância no contexto educacional...24	
2.2 O processo de formação dos estudantes: a gestão democrática e o aperfeiçoamento do processo educativo.....	28
2.3 Juventudes como categoria social: a participação dos estudantes na gestão educacional.....	31
3 METODOLOGIA.....	37
3.1 Tipo de pesquisa.....	37
3.2 Universo e amostra.....	38
3.3 Instrumentos e coleta de dados.....	44
3.4 Análise de dados.....	45
3.5 Confidencialidade, armazenamento e eliminação dos dados.....	46
4 ANÁLISE DOS DADOS.....	47
4.1 Análise documental.....	47
4.2 Análise do questionário.....	54
5 PRODUTO EDUCACIONAL.....	68
5.1 Avaliação do produto educacional.....	73
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	77
REFERÊNCIAS.....	80
APÊNDICE A – PRODUTO EDUCACIONAL.....	87
APÊNDICE B - QUESTIONÁRIO DISCENTE.....	116
APÊNDICE C - QUESTIONÁRIO PARA COORDENADORES DE CURSO.....	122
APÊNDICE D - FORMULÁRIO DE AVALIAÇÃO DO PRODUTO EDUCACIONAL.....	126
ANEXO A – PARECER CONSUBSTANCIADO DO COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA (CEP).....	131

1 INTRODUÇÃO

Este estudo está vinculado à linha de pesquisa "Organização e Memórias de Espaços Pedagógicos na Educação Profissional e Tecnológica" e integra o Macroprojeto de Organização de Espaços Pedagógicos da EPT do curso de Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica, pertencente ao Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional e Tecnológica (ProfEPT) do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul (IFRS).

A escolha do tema da pesquisa decorre de minhas experiências como servidora técnico-administrativa do IFRS - *Campus Restinga* e participante dos órgãos colegiados da instituição, espaços que compõem a gestão institucional e requerem representação de diferentes segmentos da comunidade escolar. Durante essa trajetória, pude observar o baixo engajamento dos estudantes nestas esferas, o que despertou meu interesse em compreender as razões subjacentes a essa realidade. As principais inquietações estão relacionadas à baixa frequência dos estudantes nas reuniões, ao reduzido engajamento nas discussões ocorridas nesses espaços e à dificuldade no preenchimento de algumas vagas de representação.

Considerando que, no IFRS - *Campus Restinga*, os órgãos colegiados integram a estrutura da gestão escolar, observou-se, neste estudo, que tal organização está em consonância com os princípios da gestão democrática da educação. Verificou-se que este modelo de gestão, sobretudo quando adotado por instituições públicas de ensino, encontra-se respaldado nos principais dispositivos legais do país. A gestão democrática está inscrita como um dos preceitos constitucionais (Brasil, 1988, art. 206) e na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN) (Brasil, 1996, art. 3º, VIII). Esses artigos tratam de normas gerais, remetendo aos sistemas de ensino a sua regulamentação. Embora a LDBEN contemple a participação de estudantes nos órgãos colegiados deliberativos, de modo geral se observa falta de interesse e de participação desse segmento na gestão educacional e administrativa das instituições de ensino.

Nos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia (IFs), a gestão democrática é tratada como um princípio fundamental que visa a garantir e promover a participação de diferentes segmentos da comunidade escolar na tomada

de decisões coletivas que são necessárias aos processos educacionais e administrativos. Ela se fundamenta na ideia de que a gestão deve ser compartilhada entre todos os envolvidos, incluindo professores, estudantes, técnico-administrativos e comunidade externa. Essa participação contribui para o aperfeiçoamento do trabalho pedagógico¹ e para execução das políticas dessas instituições de ensino. No entanto, a efetiva participação dos estudantes nesses processos ainda é um desafio.

No que se refere ao segmento discente, a participação na gestão escolar não só fortalece a comunidade escolar, como também pode preparar os estudantes para se tornarem cidadãos ativos, responsáveis e comprometidos com a sociedade. Para tanto, o princípio da gestão democrática deve ser exercido, e a instituição de ensino deve garanti-lo por meio de diferentes mecanismos, entre eles os órgãos colegiados, tais como os conselhos, comissões, grupos e núcleos. No entanto, essa garantia não deve se restringir a estes espaços, sendo necessário buscar outras possibilidades para promover a participação efetiva da comunidade escolar nas discussões e decisões escolares.

A pesquisa teve como público-alvo os estudantes do ensino médio integrado (EMI), os quais, considerando a etapa de ensino em questão, são predominantemente jovens. Dessa forma, o problema da pesquisa está diretamente relacionado à categoria da juventude.

Diante do exposto, definiu-se a problemática de pesquisa: considerando o processo de participação dos estudantes do IFRS - *Campus Restinga* nos órgãos colegiados (conselhos, comitês e/ou comissões, etc.), que alternativas de ação poderão estimular a sua participação, na perspectiva de colaborar com o processo da gestão democrática, do aperfeiçoamento do processo educativo, de zelar pela execução das políticas do IFRS e de contribuir para a sua formação?

Com intuito de aprofundar a compreensão sobre o tema, buscou-se responder às seguintes questões:

¹ O trabalho pedagógico é visto como “[...] categoria central tanto na organização da escola, expresso em seu projeto pedagógico, quanto no conhecimento resultante dos processos realizados na instituição” (Frizzo; Ribas; Ferreira, 2013, p. 563). “[...] abriga o conjunto de características que interferem e potencializam a produção do conhecimento, desde a infraestrutura escolar até a convivência entre professores e estudantes, das cores que decoram o ambiente à organização da aula, passando por todos os aspectos culturais, políticos e sociais que possibilitam haver uma relação entre sujeitos que visam a conhecer” (Ferreira, 2022, p. 3).

a) Quais são os fundamentos da gestão democrática e qual sua importância no contexto educacional?

b) Quais os fundamentos que constituem o processo de formação dos estudantes, considerando os princípios da gestão democrática?

c) Como se caracterizam os órgãos colegiados que fazem parte da gestão do IFRS - *Campus* Restinga, enquanto espaços de representatividades e gestão democrática?

d) Como está ocorrendo a participação dos estudantes, considerando as juventudes como categoria social?

e) Como produzir um material (produto educacional) que contribua para fomentar a participação dos estudantes do IFRS - *Campus* Restinga nos órgãos colegiados?

A partir da problemática e das questões de pesquisa, estabeleceu-se o objetivo geral da pesquisa da seguinte maneira: analisar a participação dos estudantes do IFRS - *Campus* Restinga nos órgãos colegiados (conselhos, comitês e/ou comissões, etc.), apontando alternativas que estimulem a sua participação, que, além de colaborar com o processo da gestão democrática, do aperfeiçoamento do processo educativo e zelar pela execução das políticas do IFRS, podem contribuir para a sua formação.

Para alcançar esse objetivo geral, foram estabelecidos os seguintes objetivos específicos:

a) Compreender os fundamentos da gestão democrática e sua importância no contexto educacional;

b) Examinar o processo de formação dos estudantes, considerando os princípios da gestão democrática e o aperfeiçoamento do processo educativo;

c) Identificar os órgãos colegiados que fazem parte da gestão do IFRS - *Campus* Restinga, enquanto espaços de representatividades e gestão democrática;

d) Compreender o processo de participação dos estudantes considerando as juventudes como categoria social;

e) Produzir um material (produto educacional) que contribua para fomentar a participação dos estudantes do IFRS - *Campus* Restinga nos órgãos colegiados.

Como forma de situar esta pesquisa em um contexto acadêmico mais amplo, foi realizada uma revisão das dissertações elaboradas e que se encontram disponibilizadas no catálogo de teses e dissertações da Coordenação de

Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes). A busca foi delimitada pelo descritor “gestão democrática”, selecionando a área de concentração “educação profissional e tecnológica”. Após a filtragem, 35 dissertações foram apontadas a partir do termo utilizado, todas posteriores ao ano de 2019. Dessas dissertações, apenas seis relacionaram o tema da gestão democrática exclusivamente à participação discente. No Quadro 1 constam dados das dissertações.

Quadro 1 – Dissertações sobre o tema de gestão democrática e participação discente

Dissertação	Autor/a	Instituição/Ano	Objetivo
Gestão democrática na educação profissional e tecnológica: um olhar para a participação estudantil na (re)construção do espaço pedagógico	Carla Cristina Valois Lins Xavier	IFS - <i>Campus</i> Aracaju/2019	Analisar a percepção dos estudantes do <i>Campus</i> Itabaiana quanto à participação estudantil nos espaços de gestão escolar do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Sergipe (IFS).
Conselho Escolar na rede de educação profissional e tecnológica: orientação à participação engajada no Conselho de <i>Campus</i>	Rosiene Silva De Araújo	IFAL - <i>Campus</i> Benedito Bentes/2021	Investigar como os estudantes enxergam a gestão da unidade de ensino. Compreender como foi a participação dos mesmos no processo de implementação do Conselho de <i>Campus</i> da escola analisada e se havia intenção de participarem dos processos decisórios.
A participação discente na gestão democrática escolar na perspectiva da formação integral: um estudo de caso no IFFluminense - <i>Campus</i> Campos Centro	Gilmara Basilio Caetano	IFF - <i>Campus</i> Goytacazes/2022	Investigar como se dá a participação dos estudantes na gestão democrática no IFF <i>Campus</i> Campos Centro. Gerar interação e estimular os estudantes em via de uma participação efetiva, junto aos seus representantes e à gestão democrática da instituição.
Participação discente na gestão escolar democrática: um e-book com história em quadrinhos como proposta de (in)formação dos alunos da educação profissional e tecnológica para o exercício da cidadania	Carolina Machado e Andrade	IFNMG - <i>Campus</i> Montes Claros/2022	Identificar os espaços de participação discente na gestão escolar democrática de um <i>Campus</i> do IFNMG a fim de desenvolver um e-book com história em quadrinhos para auxiliar na (in)formação dos alunos da EPT para o exercício da cidadania.
Autonomia do educando na educação profissional e tecnológica: a gestão democrático-participativa	Luana Luiza de Souza Borges	IF Goiano - <i>Campus</i> Ceres/2022	Compreender a percepção do educando em relação à participação e exercício da autonomia nos espaços

como espaço formativo			de gestão escolar do IF Goiano - <i>Campus</i> Morrinhos
A utilização de um vídeo informativo para o despertar da práxis democrática dos estudantes do ensino médio integrado do IFSP Catanduva	Rafaela Gandolfi Franzini	IFSP - <i>Campus</i> Sertãozinho/ 2020	Contribuir para a percepção dos estudantes do <i>Campus</i> Catanduva sobre a existência de espaços democráticos de participação discente do IFSP, utilizando um vídeo informativo construído a partir dos resultados apontados pelo questionário diagnóstico aplicado aos sujeitos da pesquisa.

Fonte: Elaborado pela autora a partir do site da Capes.

A análise das dissertações revela que elas investigam a participação discente prioritariamente a partir da perspectiva dos próprios estudantes, com foco em compreender suas percepções e motivações. A seguir, apresenta-se uma síntese das dissertações revisadas.

A dissertação intitulada “Gestão democrática na educação profissional e tecnológica: um olhar para a participação estudantil na (re)construção do espaço pedagógico” analisou a percepção dos estudantes do *Campus* Itabaiana quanto à participação estudantil nos espaços de gestão escolar. A partir da realização das entrevistas, os estudantes demonstraram baixo conhecimento sobre os espaços institucionais de gestão, atendo-se em seus discursos, majoritariamente, aos conselhos de classes. O estudo identificou 12 canais institucionais de participação na gestão do IFS que garantem representação discente. Diante disso, foi elaborado um material textual no formato de cartilha intitulada “Gestão Democrática: um fazer de muitas mãos”, que tem como objetivo orientar os estudantes quanto aos mecanismos institucionais de participação na gestão escolar do IFS (Xavier, 2019).

A dissertação intitulada “Conselho Escolar na rede de educação profissional e tecnológica: orientação à participação engajada no Conselho de *Campus*”, de Rosiene Silva De Araújo, investigou a percepção dos estudantes acerca do processo de implantação do Conselho de *Campus* no IFAL - *Campus* Marechal Deodoro, bem como suas opiniões sobre a gestão da instituição. Além disso, buscou compreender o interesse dos discentes em participar dessa gestão. Para alcançar esses objetivos, a autora adotou uma metodologia que inclui a aplicação de questionário aos estudantes, entrevistas com quatro representantes do grêmio estudantil e uma entrevista com um membro do Conselho de *Campus*. Após a

análise de dados coletados, foi produzida uma cartilha intitulada “Conselho de *Campus*-CONCAMP: A Importância da Participação Estudantil para a Construção da Escola que Sonhamos”, direcionada especialmente ao público estudantil (Araújo, 2021).

O trabalho “A participação discente na gestão democrática escolar na perspectiva da formação integral: um estudo de caso no IF-Fluminense *Campus* Campos Centro”, de autoria de Gilmara Basilio Caetano investigou como se dá a participação dos estudantes na gestão democrática do IFF *Campus* Campos Centro. Foi realizada a partir de um estudo de caso com os estudantes. Foram utilizadas entrevistas para averiguar as percepções dos representantes de turmas, aos demais estudantes foi aplicado um questionário para analisar o conhecimento que possuem sobre a gestão democrática da instituição. A interpretação dos dados mostrou que a participação dos discentes na gestão escolar é baixa e um grande desconhecimento por parte deles sobre os canais de participação. A disseminação de informações foi considerada como principal desafio apresentado para a participação efetiva dos estudantes. Nesse sentido, foi desenvolvido e aplicado um produto educacional, material textual, em formato de Cards, com informações sobre os mecanismos de participação discente, com propósito de gerar interação e estimular os estudantes em via de uma participação efetiva, junto aos seus representantes e a gestão democrática da instituição (Caetano, 2022).

A pesquisa intitulada “Participação discente na gestão escolar democrática: um e-book com história em quadrinhos como proposta de (in)formação dos alunos da educação profissional e tecnológica para o exercício da cidadania”, de autoria de Carolina Machado e Andrade, é a quarta dissertação. A partir dos princípios da gestão democrática no ensino público e do projeto de educação integral em que se pauta o ensino médio integrado, ofertado pelos IFs, a pesquisa buscou identificar os espaços de participação discente na gestão escolar democrática de um *Campus* do Instituto Federal do Norte de Minas Gerais (IFNMG). A pesquisa qualitativa utilizou documentos institucionais e aplicação de questionários. A partir da análise das falas dos participantes, notou-se que o IFNMG possui uma proposta de gestão democrática, porém os mecanismos de participação necessitam de ampliação das cadeiras discentes e maior divulgação e incentivo à atuação dos estudantes. O produto educacional oriundo desta pesquisa foi um material textual em formato de e-book com informações sobre a criação, expansão e propostas de formação e de

gestão do IFNMG, com destaque para a história em quadrinhos acerca dos direitos de cidadania e da importância da participação ativa dos estudantes nos espaços de decisões dentro da escola (Andrade, 2022).

A pesquisa intitulada “Autonomia do educando na educação profissional e tecnológica: a gestão democrático-participativa como espaço formativo” e desenvolvida por Luana Luiza de Souza Borges buscou compreender a percepção do educando em relação à participação e exercício da autonomia nos espaços de gestão escolar do IF Goiano - *Campus* Morrinhos, considerando que os espaços participativos da gestão escolar democrática são tomados como mecanismos não formais de ensino que, aliados à educação formal, favorecem a formação humana integral. A pesquisa foi realizada com estudantes matriculados no 2º ano do EMI. Os resultados obtidos demonstraram que os jovens se consideram participativos e entendem a relevância da sua participação, porém apontam alguns impeditivos para a participação: falta de ânimo ou motivação, falta de valorização da participação do estudante, não conhecimento da estrutura organizacional para participação e falta de tempo. A partir destas constatações, o produto desenvolvido foi um material textual, um e-book em formato de diário ficcional destinado a promover o fortalecimento da cultura democrático-participativa no ambiente escolar (Borges, 2022).

A dissertação “A utilização de um vídeo informativo para o despertar da práxis democrática dos estudantes do ensino médio integrado do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo (IFSP) - Catanduva”, desenvolvida por Rafaela Gandolfi Franzini, teve como objetivo investigar a percepção dos estudantes sobre os espaços democráticos de participação discente. Os dados da pesquisa indicaram desconhecimento por parte dos estudantes em relação aos espaços em questão, entretanto, esta realidade poderia ser modificada com maior divulgação por parte da instituição. A partir das necessidades apontadas pelos estudantes, a autora desenvolveu uma mídia educacional em formato de vídeo informativo como forma de contribuir para a percepção dos estudantes do *Campus* Catanduva sobre a existência de espaços democráticos de participação discente (Franzini, 2020).

O cenário apresentado informa a relevância em promover estudos que analisem a participação desses sujeitos na gestão escolar como caminho à construção de alternativas conjuntas, que apontem para a autonomia e engajamento

envolvendo os demais segmentos na construção de uma cultura democrática. O mapeamento realizado demonstra que o tema contribui para a fundamentação teórica e metodológica do trabalho.

Por fim, esta dissertação está organizada em seis seções principais: introdução, referencial teórico, metodologia, análise dos dados, produto educacional, considerações finais.

A introdução apresenta a justificativa e a pertinência do tema escolhido, contextualizando e apresentando o problema de pesquisa, as questões de investigação e os objetivos (geral e específicos).

O referencial teórico trata dos fundamentos da gestão democrática, da importância da participação para a formação no contexto educacional e a juventude enquanto categoria social.

Na seção de metodologia, são detalhados o lócus da pesquisa, a amostra e os procedimentos adotados no estudo. A pesquisa possui natureza aplicada, é do tipo descritiva, com dimensão exploratória, desenvolvida sob abordagem qualitativa, acompanhada por tratamento quantitativo. Foram utilizadas análise documental, pesquisa bibliográfica e de campo, com a aplicação de questionários a estudantes matriculados nos cursos técnicos integrados ao ensino médio do IFRS - *Campus Restinga* e aos coordenadores dos cursos envolvidos.

A quarta seção é dedicada à análise dos dados, sendo subdividida em análise documental e análise do questionário. Nessa etapa, são apresentadas discussões e interpretações decorrentes das relações estabelecidas entre as informações coletadas e o problema investigado. Essa análise proporciona maior compreensão sobre a participação dos estudantes, seu nível de conhecimento acerca dos órgãos colegiados, além de oferecer orientações fundamentais para o desenvolvimento do produto educacional proposto.

Na quinta seção desta dissertação, encontra-se descrição detalhada do processo que foi seguido na produção do produto educacional denominado “Guia de participação discente nos órgãos colegiados do IFRS - *Campus Restinga*”, abordando o tipo de produto desenvolvido, sua finalidade, orientações sobre seu uso, aplicação e avaliação.

Por fim, nas considerações finais, são sintetizados os objetivos da pesquisa e apresentados os principais resultados alcançados, bem como a contribuição esperada do estudo e do produto educacional.

Este trabalho busca, portanto, propor alternativas que incentivem a participação ativa dos estudantes nos processos decisórios institucionais, em consonância com os princípios da educação cidadã, contribuindo para o fortalecimento da gestão democrática no âmbito da educação profissional e tecnológica.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 Fundamentos da gestão democrática e sua importância no contexto educacional

Dada a relevância da educação escolar para a sociedade, a administração dessa área constitui um assunto fundamental para ser debatido. Paro (2010) entende a administração, em seu significado geral, como um processo de mediação que busca alcançar determinados objetivos da melhor forma possível. O autor utiliza as palavras administração e gestão como sinônimos.

Assim, no período que antecede a redemocratização do país, verifica-se que a gestão escolar envolvia responsabilidades de natureza administrativa e organizacional semelhantes às utilizadas nas empresas (Souza, 2023), desconsiderando as diferentes características e objetivos da atividade escolar. Contudo, após a restauração democrática brasileira e a partir das reivindicações realizadas por movimentos sociais, educadores e intelectuais, uma nova proposta relacionada ao tema foi instituída. Trata-se de uma mudança fundamental na gestão escolar que incorpora o caráter democrático em sua condução.

A gestão democrática da educação passa a ser legalmente determinada por meio da Constituição Federal Brasileira de 1988. Nela está estabelecida a gestão democrática do ensino público como um dos princípios pelos quais a educação deve ser ministrada (Brasil, 1988). Posteriormente, no ano de 1996, a LDBEN, Lei Federal nº. 9.394/96, contemplará este preceito, destacando, no seu artigo 14, mecanismos básicos para sua implementação, conforme segue:

Art. 14. Lei dos respectivos Estados e Municípios e do Distrito Federal definirá as normas da gestão democrática do ensino público na educação básica, de acordo com as suas peculiaridades e conforme os seguintes princípios:

I - Participação dos profissionais da educação na elaboração do projeto pedagógico da escola;

II - participação das comunidades escolar e local em Conselhos Escolares e em Fóruns dos Conselhos Escolares ou equivalentes (Brasil, 1996).

De acordo com a mencionada legislação o Conselho Escolar deverá ser “[...] composto do Diretor da Escola, membro nato, e de representantes das comunidades escolar e local” (Brasil, 1996). Estabelece também que estes

representantes, eleitos pelos seus pares, incluem professores, orientadores educacionais, supervisores e administradores escolares, outros funcionários públicos que desempenham funções administrativas na escola, estudantes, pais ou responsáveis, bem como membros da comunidade local (Brasil, 1996).

Ainda no âmbito da legislação nacional, reforça-se a importância deste tema para a educação brasileira por meio do Plano Nacional de Educação, o qual prevê que “[...] os Estados, o Distrito Federal e os Municípios deverão aprovar leis específicas para os seus sistemas de ensino, disciplinando a gestão democrática da educação pública nos respectivos âmbitos de atuação” (Brasil, 2014).

Assim, os processos de gestão assumem características diversas, que se relacionam à concepção que a instituição possui desta atividade. Libâneo, Oliveira e Toschi (2012) apresentam duas concepções extremas dessa atividade: a técnico-científica e a sociocrítica. De acordo com o autor, o modelo técnico-científico é caracterizado por uma gestão com forte caráter hierárquico, com o poder concentrado na figura do diretor, relações de subordinação, em que o poder é distribuído de acordo com cargos ocupados e baixa participação da comunidade escolar. É dada prioridade aos procedimentos burocráticos, à execução de tarefas e às regras, que nem sempre estão alinhados com os objetivos e necessidades reais das escolas. No modelo sociocrítico, a gestão se fundamenta no diálogo e na tomada de decisões coletivas. No contexto descrito, a escuta das demandas reais desempenha um papel central nas decisões relacionadas aos objetivos sociopolíticos e pedagógicos. Nela a “[...] organização escolar não é algo objetivo, elemento neutro a ser observado, mas construção social levada a efeito por professores, alunos, pais e até por integrantes da comunidade próxima” (Libâneo; Oliveira; Toschi, 2012, p. 445).

Embora elementos de ambas as concepções ainda coexistam nas escolas brasileiras, é a perspectiva sociocrítica que mais se alinha com os princípios da gestão democrática e participativa que a educação pública deve almejar. Isso porque ela é construída com a contribuição ativa de todos os membros da comunidade escolar, aqueles que mais sentem os efeitos das decisões tomadas.

Destarte, a partir das determinações legais e dos modelos de gestão apresentados por Libâneo, Oliveira e Toschi (2012), entende-se que a gestão democrática do ensino público é um processo que vem sendo desenvolvido nas últimas décadas, manifestando-se de diferentes formas e intensidades. Para

caracterizar como esse processo ocorre nas instituições, recorre-se às explicações de Luce e Medeiros (2006, p. 18-19), que afirmam:

No discurso pedagógico, a gestão democrática da educação está associada ao estabelecimento de mecanismos institucionais e à organização de ações que desencadeiem processos de participação social; na formulação de políticas educacionais; na determinação de objetivos e fins da educação; no planejamento; nas tomadas de decisão; na definição sobre alocação de recursos e necessidades de investimento; na execução das deliberações; nos momentos de avaliação.

Para as autoras, este processo se refere tanto aos sistemas gerais como às unidades de ensino e, principalmente, “[...] esses processos devem garantir e mobilizar a presença de diferentes atores envolvidos nesse campo” (Luce; Medeiros (2006, p. 19).

Para tanto, Lück (2012) chama a atenção para a necessidade de uma mudança de paradigma, tendo em vista que mudanças na consciência social e coletiva não se dão de forma homogênea, mas apresentam graus de maturidade diferentes relacionados aos diferentes grupos sociais. Nesse processo é preciso considerar “[...] uma condição de transição dialética entre um paradigma e outro, de que resultam tensões e contradições próprias do processo a serem encaradas como naturais” (Lück, 2012, p. 39). Para a autora, a diferença entre as ideias e a realidade “[...] será superada apenas e na medida do esforço de orientação para sua implementação” (Lück, 2012, p. 39).

A implementação da gestão escolar sob essa perspectiva não acontece de maneira instantânea, ela se concretiza com a participação dos sujeitos que integram as instituições e as suas comunidades e está ligada à realidade social em que está inserida. Desta maneira, almeja-se que os processos em desenvolvimento se encaminhem para um modelo de interação e decisão que proporcione a todos a oportunidade de participar e contribuir. Dentro do tema, busca-se compreender os mecanismos institucionais que permitem uma gestão autônoma da escola e a importância da participação nestes espaços.

Lück (2012) apresenta três mecanismos de construção da autonomia da gestão escolar: órgãos colegiados, eleição de diretores e descentralização de recursos financeiros. Considera-se que a construção de uma gestão que acompanhe os princípios democráticos passa pela necessária utilização dos mecanismos mencionados, tendo em vista que eles são partes importantes desse

processo.

Compreende-se que os mecanismos apresentados por Lück são essenciais para a gestão democrática da escola, pois requerem a organização dos membros da comunidade escolar, permitindo que eles reflitam sobre a função e os objetivos da escola, a aplicação dos recursos e, por fim, elejam uma direção que represente seus desejos enquanto grupo. Cury (2007) apresenta sua contribuição ao destacar que:

A gestão democrática da educação é, ao mesmo tempo, por injunção da nossa Constituição (art. 37) (Brasil, 1988): transparência e impessoalidade, autonomia e participação, liderança e trabalho coletivo, representatividade e competência. Voltada para um processo de decisão baseado na participação e na deliberação pública, a gestão democrática expressa um anseio de crescimento dos indivíduos como cidadãos e do crescimento da sociedade enquanto sociedade democrática (Cury, 2007, p. 12).

Para o autor, a gestão democrática não se limita a um modelo administrativo, mas representa um instrumento para o desenvolvimento da cidadania e o fortalecimento da sociedade democrática. Dessa forma, além de garantir uma administração eficiente e participativa, ela contribui para a formação dos sujeitos.

Portanto, para a efetivação da gestão democrática no contexto educacional, faz-se imprescindível a participação ativa da comunidade escolar. De acordo com Libâneo, Oliveira e Toschi (2012 p. 451), “[...] o conceito de participação fundamenta-se no princípio da autonomia, que significa a capacidade das pessoas e dos grupos para a livre determinação de si próprios, isto é, para a condução da própria vida”. A ideia de que a participação se fundamenta na autonomia destaca que ela não deve ser apenas uma adesão formal a processos coletivos, mas sim uma expressão ativa da capacidade dos indivíduos e grupos de tomarem decisões sobre sua própria realidade.

Quanto à participação, Bordenave (2002, p. 16) pondera que

[...] é o caminho natural para o homem exprimir sua tendência inata de realizar, fazer coisas, afirmar-se a si mesmo e dominar a natureza e o mundo. Além disso, sua prática envolve a satisfação de outras necessidades não menos básicas, tais como a interação com os demais homens, a auto expressão, o desenvolvimento do pensamento reflexivo, o prazer de criar e recriar coisas, e, ainda, a valorização de si mesmo pelos outros.

A partir desta concepção, compreende-se que a participação vai além de desempenhar um papel formal em espaços institucionais, já que ela está ligada à necessidade humana de criação, interação, expressão e reconhecimento. O autor articula a participação com um processo que favorece o desenvolvimento do pensamento reflexivo e crítico.

No contexto da gestão democrática da educação, essa visão reforça a importância de criar ambientes escolares que não apenas convidem à participação, mas que estimulem o envolvimento ativo e significativo dos sujeitos. Isso implica considerar a participação não como um fim em si mesma, mas como um meio de promover autonomia, criatividade, pertencimento e transformação social.

2.2 O processo de formação dos estudantes: a gestão democrática e o aperfeiçoamento do processo educativo

Anteriormente, discutiu-se a gestão democrática da educação, salientando a importância da participação dos estudantes nesse processo. Contudo, é necessário pontuar que esta participação não deve ser reduzida a mera formalidade, mas sim compreendida como uma prática que enriquece significativamente a formação do segmento discente. A formação dos estudantes refere-se ao processo pelo qual eles produzem conhecimentos, desenvolvem habilidades e constituem valores ao longo da sua trajetória escolar, indo além da simples transmissão de informações e envolve o desenvolvimento integral em múltiplas dimensões. Nesta seção, busca-se destacar a relevância da formação dos estudantes por meio da atuação na gestão democrática da instituição de ensino.

Um dos instrumentos que possibilitam a reflexão sobre esse tema é a construção do projeto político pedagógico (PPP). Trata-se de um documento fundamental, pois organiza o planejamento que orienta as ações institucionais. Nele são estabelecidas “[...] as diretrizes que embasam a intencionalidade pedagógica da Instituição, bem como as concepções de mundo, homem, sociedade, educação e trabalho, dentre outras [...]” (IFRS, 2023, p. 96). É na sua construção que a instituição realiza uma reflexão, buscando “[...] um rumo, uma direção. É uma ação intencional, com um sentido explícito, com um compromisso definido coletivamente” (Veiga, 2008, p. 13). Esse documento não apenas estabelece objetivos institucionais

e pedagógicos, mas também direciona e estrutura as ações escolares, caracterizando o tipo de formação que a instituição pretende propiciar.

O PPP, enquanto instrumento da gestão escolar, deve ser conduzido de forma democrática. Portanto, é essencial que o seu desenvolvimento conte com a participação ativa da comunidade escolar. Suas diretrizes devem orientar a instituição como um todo, promovendo a integração entre os diferentes segmentos que a compõem. No IFRS, o Projeto Pedagógico Institucional (PPI) evidencia a importância desses segmentos ao afirmar que

[...] o “fazer” não está descolado do “aprender”, é preciso compreender que tudo o que ocorre em uma instituição de ensino é educativo e que a aprendizagem é um processo permanente de construção social através de símbolos, valores, crenças, comportamentos e significados. Essa perspectiva torna possível a compreensão entre as diferenças e a completude existente nos três segmentos (docente, discente e técnico-administrativo) que compõem o IFRS. Logo, tudo ensina e todos ensinam a todos, independentemente do sentido e dos julgamentos de valor, em um processo que é individual e coletivo ao mesmo tempo, observando-se que há, sobretudo, um coletivo em cada indivíduo (IFRS, 2023, p. 97).

Portanto, compreende-se que toda experiência vivenciada no ambiente escolar possui um caráter educativo, e que a aprendizagem é um processo contínuo e socialmente construído. Nesse contexto, a interação entre os diferentes segmentos favorece o enriquecimento da formação, ocorrendo de maneira integradora e contribuindo para o desenvolvimento de uma comunidade acadêmica democrática.

No que diz respeito aos objetivos da escola, Paro (2000) destaca a existência de duas dimensões que orientam sua atuação: a dimensão individual e a dimensão social. A primeira refere-se “[...] ao provimento do saber necessário ao autodesenvolvimento do educando, dando-lhe condições de realizar seu bem-estar pessoal e o usufruto dos bens sociais e culturais postos ao alcance dos cidadãos” (Paro, 2000, p. 24). Em relação a dimensão social, o autor afirma que:

Por sua vez, a dimensão social liga-se à formação do cidadão tendo em vista sua contribuição para a sociedade, de modo que sua atuação concorra para a construção de uma ordem social mais adequada à realização do “viver bem” de todos, ou seja, para a realização da liberdade enquanto construção social (Paro, 2000, p. 24).

Desse modo, a escola é o ambiente ideal para formação dos sujeitos no que diz respeito ao desenvolvimento da dimensão social ligada à formação de cidadãos capazes de agir democraticamente. Isso ocorre por tratar-se de um local de interação, aprendizagem e desenvolvimento.

Contudo, Paro (2000) expõe sua crítica afirmando que “[...] a principal falha hoje da escola com relação a sua dimensão social parece ser sua omissão na função de educar para a democracia” (p. 25). Essa omissão é preocupante, pois a formação democrática envolve o desenvolvimento de habilidades críticas e o engajamento ativo dos estudantes nas decisões escolares, indo além da simples transmissão de conteúdos acadêmicos. Rodrigues e Souza (2022) reforçam que a democracia se concretiza quando todos participam ativamente da vida em sociedade, e a educação desempenha um papel crucial nesse processo.

Assim, a dimensão social deve estar alinhada à formação para a cidadania, conforme estabelecido pela LDBEN (1996), que define como uma das finalidades da educação básica a formação para o exercício da cidadania. Essa perspectiva está em alinhada ao PPI do IFRS (2023, p. 99), quando afirma que

[...] torna-se premente projetar uma sociedade baseada em relações verdadeiramente igualitárias, na qual a democracia nos remeta ao conceito amplo de cidadania, que vai muito além da participação política através do voto, pois a cidadania consiste na possibilidade de todos os sujeitos da sociedade terem acesso à educação, cultura, trabalho, qualidade de vida, bens materiais, etc.

Essa visão ampla de democracia, no contexto da EPT, pode e deve ser desenvolvida por meio da valorização dos espaços institucionais existentes, incentivando e promovendo a participação discente, pois “[...] precisamos pensar no ser humano que atuará na sociedade projetada. Parte-se aqui do pressuposto que o ser humano é um ser histórico, cultural, inacabado, um ser de relações que na convivência com outros seres se constitui” (IFRS, 2023, p. 98).

Nesse sentido, o desenvolvimento de capacidades como a participação e autonomia pode ocorrer por meio da atuação discente nos espaços proporcionados pela escola. No IFRS, os órgãos colegiados são instâncias de apoio à gestão escolar, que buscam o debate, o consenso e a tomada de decisões por representantes dos diferentes segmentos que compõem a instituição. Conforme o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) (IFRS, 2023, p. 26),

[...] a Formação Cidadã é articulada com a formação para o trabalho, buscando através da educação para a emancipação e autonomia a construção de sujeitos críticos, conhecedores de seu papel no mundo do trabalho e nas relações de produção, comprometidos com a superação das desigualdades historicamente estruturadas.

Dada a importância desse tipo de formação para a construção de uma sociedade em que as práticas democráticas sejam parte integrante da cultura, é urgente que a escola atue com esse propósito. A participação vai além do simples ato de votar, trata-se de uma educação que capacite os sujeitos a se envolverem ativamente nas questões que moldam a sociedade.

Por ser a formação do estudante um tema bastante complexo, buscou-se aqui explorar sua dimensão social, relacionada à formação de cidadãos participativos e ao desenvolvimento de uma cultura democrática no processo educativo, em consonância com a gestão escolar democrática.

2.3 Juventudes como categoria social: a participação dos estudantes na gestão educacional

Nesta seção, busca-se compreender o que é ser jovem hoje, considerando este entendimento necessário para pensar a participação desses sujeitos nos espaços que compõem a gestão democrática escolar no IFRS - *Campus Restinga*.

De acordo com o Estatuto da Juventude (Brasil, 2013), são considerados jovens as pessoas com idade entre 15 e 29 anos e adolescentes aqueles com idade entre 15 e 18 anos. O Estatuto da Criança e do Adolescente (Brasil, 1990) considera adolescentes os indivíduos de 15 a 18 anos. Embora a juventude seja um tema complexo, entende-se que a definição de faixa etária em alguns casos é importante, como quando utilizada para a criação de políticas públicas, por exemplo.

Porém, atualmente, a conceituação sociológica da juventude irá caracterizá-la como heterogênea. Esta caracterização se dá pelos diferentes fatores que influenciam a sua construção. Não é possível desconsiderar as diferentes influências sociais, culturais e históricas na construção desses grupos.

A partir de Dayrell (2003), verifica-se que a construção de uma noção de juventude requer considerá-la como parte de um processo que é marcado por vivências experienciadas pelo indivíduo, e não pela utilização de critérios rígidos. Os

jovens constroem modos de ser jovens, não significando que haja apenas um modo de o ser. “É nesse sentido que enfatizamos a noção de juventudes, no plural, para enfatizar a diversidade de modos de ser jovem existentes” (Dayrell, 2003, p. 42).

Além das marcas da diversidade cultural e das desiguais condições de acesso aos bens econômicos, educacionais e culturais, a juventude é uma categoria dinâmica. Ela é transformada no contexto das mutações sociais que vêm ocorrendo ao longo da história. Na realidade, não há tanto uma juventude, e sim, jovens enquanto sujeitos que a experimentam e a sentem segundo determinado contexto sociocultural onde se inserem e, assim, elaboram determinados modos de ser jovem (Dayrell; Carrano, 2014, p. 112).

Sendo assim, não é possível falar de juventude tentando abarcar uma ideia de grupo que é o mesmo em toda parte e compartilha as mesmas características. Ao contrário disso, as concepções em relação à juventude são variadas, pois “[...] os conteúdos, a duração e a significação social destes atributos das fases da vida são culturais e históricos” (Abramo, 2008, p. 41).

Compreende-se, a partir de Dayrell (2003), que embora a juventude possa se constituir em um momento determinado, ela não deve ser reduzida a uma passagem, visto que assume importância em si mesma e o processo vivenciado é influenciado pelo meio social no qual o sujeito se desenvolve, bem como as trocas que este proporciona.

Sendo assim, parte-se do pressuposto de que a juventude é um conceito que não pode ser compreendido sem ser considerado um produto moldado ao longo da história e da interação social, atravessado por todas as lutas e contradições que impulsionam a sociedade.

A compreensão dos aspectos que compõem esse conceito é fundamental para criação de abordagens eficazes que atendam as necessidades e aspirações da juventude contemporânea. Dessa forma, a escola pode ser um importante ambiente socializador e uma das variáveis na construção de identidade desses sujeitos, compreendendo-os a partir das suas perspectivas e vivências, dando espaço para que participem ativamente na construção das suas aprendizagens, considerando seu potencial transformador.

Sobre o ambiente escolar, Dayrell (2007) expõe que os debates sobre educação e juventude, na sua relação escolar, tendem a apresentar uma visão apocalíptica, caracterizado pelo fracasso da instituição escolar, em que professores,

estudantes e famílias, culpam-se mutuamente. No que se refere ao ambiente escolar, entende-se que o desafio não se limita aos jovens, mas a instituição escolar como um todo. Ainda sobre este ambiente, o autor sinaliza que:

No cotidiano, porém, convive com uma complexa trama de relações sociais entre os sujeitos envolvidos – alunos, professores, funcionários, pais – que incluem alianças e conflitos, imposição de normas e estratégias, individuais ou coletivas, de transgressão e de acordos; um processo de apropriação constante dos espaços, das normas, das práticas e dos saberes que dão forma à vida escolar. Fruto da ação recíproca entre o sujeito e a instituição, esse processo, como tal, é heterogêneo (Dayrell, 2007, p. 1118).

Portanto, ainda que não se reconheça a “visão apocalíptica” como uma realidade, considera-se inegável a existência de desafios relacionados à instituição de ensino e à juventude contemporânea. Sobre o tema, Dayrell propõe que a sua problematização seja realizada a partir da condição juvenil atual.

Trata-se de compreender suas práticas e símbolos como a manifestação de um novo modo de ser jovem, expressão das mutações ocorridas nos processos de socialização, que coloca em questão o sistema educativo, suas ofertas e as posturas pedagógicas que lhes informam (Dayrell, 2007, p. 1106).

Assim, o autor sugere uma nova abordagem de reflexão que desloca o foco das instituições de ensino para os próprios sujeitos jovens. Nesta perspectiva torna-se crucial repensar o papel dessas instituições a fim de atender aos desafios que a juventude apresenta.

Quando o ser humano passa a se colocar novas interrogações, a pedagogia e a escola também têm de se interrogar de forma diferente. Nesse sentido, cabe questionar em que medida a escola “faz” a juventude, privilegiando a reflexão sobre as tensões e ambiguidades vivenciadas pelo jovem, ao se constituir como aluno num cotidiano escolar que não leva em conta a sua condição juvenil (Dayrell, 2007, p. 1107).

Destarte, para uma maior compreensão das questões suscitadas pela juventude, é essencial considerar as características impostas pela contemporaneidade, pois elas influenciam tanto a construção de suas identidades quanto suas relações interpessoais e com as instituições. Carrano (2011, p. 7) afirma que “[...] uma das características de nossas sociedades contemporâneas está relacionada com a velocidade das mudanças que ocorrem nas esferas da produção e reprodução da vida social”. Leão, Dayrell e Reis (2011), ao analisarem

as mudanças associadas a este período, observam que essas transformações interferem nas produções sociais dos jovens. Eles destacam que "[...] nesse cenário, os indivíduos se encontram envolvidos numa pluralidade de pertencimentos (posições sociais, redes associativas, grupos de referência etc.), de tal forma que participam, real ou imaginariamente, de uma multiplicidade de mundos [...]" (Leão; Dayrell; Reis, 2011, p. 1074).

A contemporaneidade exerce múltiplas influências sobre os jovens, impactando a formação de suas identidades e as suas relações. A velocidade e a fluidez das transformações impõe a eles uma constante adaptação. Considerando o tema desta pesquisa, que aborda a participação dos estudantes na gestão escolar, esse dinamismo também provocará mudanças nesse contexto.

Outro aspecto crucial para formação das identidades juvenis e que impactam também nas relações escolares é a influência que as questões sociais podem exercer nessa dinâmica. Sobre a relação das questões sociais na participação social e política dos jovens, Carrano (2007, p. 2) afirma:

Ainda que não se deva pensar em determinismos, existe uma íntima relação entre a situação de vida e a participação social e política. As dificuldades sociais e econômicas enfrentadas pela maioria da população jovem brasileira incidem diretamente no aumento da sensação de insegurança no presente e das incertezas quanto à vida futura. É num quadro de crescente instabilidade e desesperança frente às capacidades do Estado em promover direitos, bem estar social e segurança que se estabelecem os principais entraves para o desenvolvimento da cidadania e da participação juvenil.

Portanto, é imperativo reconhecer que as dificuldades sociais se manifestam de diversas maneiras no cotidiano da sociedade, e assim, não se deve negligenciar o impacto significativo que essa questão exerce. Os discentes, sujeitos desta pesquisa, residem majoritariamente no bairro Restinga, onde a instituição de ensino está situada, bem como em suas proximidades. Esta localidade apresenta deficiências no acesso a direitos básicos e serviços, além de políticas públicas insuficientes para sua população. Conforme a assertiva de Carrano, mencionada anteriormente, tal situação possui grande relevância na determinação das oportunidades e capacidades de participação democrática desses jovens. A realidade experienciada influencia a vida dos estudantes de diversas maneiras, como pela necessidade de inserção precoce no mundo do trabalho, a falta de acesso à informação, as experiências de exclusão e a falta de confiança nas

instituições, entre outros fatores.

As dimensões mencionadas são fundamentais para compreender a identidade desses jovens e a sua inserção social na atualidade. A partir dessa análise, busca-se também entender a participação dos estudantes e o reduzido engajamento nos espaços escolares que integram a gestão institucional. Promover a expressão dos estudantes e fomentar sua participação ativa configura-se, portanto, como uma oportunidade de desenvolvimento e formação, mas também apresenta desafios para as abordagens educacionais, que devem ser adaptadas para acompanhar esse movimento. É imprescindível, portanto, reconhecer o jovem como um cidadão com direito à participação ativa e a instituição de ensino como um ambiente adequado para o exercício dessa condição. Criar oportunidades para a participação exige que a instituição escolar se questione sobre “[...] o tipo de contribuição que ela propõe dar para a formação de cidadãos e cidadãs participativos” (Carrano, 2006, p. 5).

Considerando que o IFRS tem a gestão democrática como um princípio e conta com representações dos segmentos discentes, docentes e técnico-administrativos, torna-se necessário compreender essas singularidades que constituem as juventudes. No seu PDI consta que

Os estudantes estão no centro do processo educativo e possuem participação ativa na gestão, fazendo-se presentes em diferentes instâncias colegiadas e fóruns deliberativos, incluindo os CONCAMPs – instância deliberativa máxima de cada campus - e o CONSUP - instância deliberativa máxima da Instituição (IFRS, 2023, p. 26).

Dessa forma, depreende-se que a instituição valoriza a participação dos diversos segmentos que a compõem, reconhecendo sua contribuição essencial para os debates e as deliberações nos processos institucionais, incluindo os jovens estudantes. Para tanto, é imperativo dedicar maior atenção à participação desse segmento, analisando como ela vem se desenvolvendo nesses espaços que têm seus funcionamentos estruturados de forma tradicional, com composição paritária, discussões formais e registrados por meio de atas.

Destarte, essas informações indicam a necessidade de ouvir esses jovens estudantes para, em conjunto, construir alternativas que fomentem e engajem sua participação, levando em conta suas características, em vez de tentar adaptá-los a dinâmicas de participação que não fazem sentido para eles. De acordo com Carrano

(2012, p. 90), "[...] os jovens precisam de espaços e tempos não apenas para receber projetos pré-concebidos por lógicas adultas; eles e elas querem dizer o que precisam e sinalizar para o que podem fazer individual e coletivamente".

Diante disso, é fundamental reconhecer os jovens "[...] como capazes de formular questões significativas, de propor ações relevantes, de sustentar uma relação dialógica com outros atores, de contribuir para a solução dos problemas sociais" (Abramo, 1997, p. 28). A partir do exposto espera-se ampliar a compreensão dos aspectos que contribuem para o envolvimento discente nesses espaços, além de avaliar o papel da instituição de ensino na promoção desse engajamento.

3 METODOLOGIA

3.1 Tipo de pesquisa

Esta pesquisa teve como propósito analisar a participação discente nos órgãos colegiados do IFRS - *Campus* Restinga e propor alternativas de ação que contribuam para estimular a participação. A pesquisa, de acordo com Gil (2002, p. 18), pode ser definida enquanto “[...] procedimento racional e sistemático que tem como objetivo proporcionar respostas aos problemas que são propostos”.

Para alcançar os objetivos propostos, a pesquisa foi conduzida predominantemente por meio de uma abordagem qualitativa de natureza aplicada, complementada por procedimentos quantitativos. A perspectiva qualitativa adotada segue as diretrizes de Minayo (2002) segundo as quais esse tipo de abordagem investiga o universo de significados, motivações, aspirações, crenças, valores e atitudes, elementos que refletem a complexidade das relações, dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos à mera mensuração de variáveis.

A investigação de natureza aplicada é voltada a produção de conhecimentos com aplicação prática, visando a resolução de problemas específicos e ancorada em verdades e interesses locais (Silveira; Córdova, 2009, p. 35). Essa perspectiva está alinhada aos propósitos do ProfEPT, que busca articular a produção de conhecimento com o desenvolvimento de produtos educacionais.

Para subsidiar o desenvolvimento da pesquisa e aprofundar a compreensão da problemática proposta, foram utilizados os seguintes procedimentos metodológicos: pesquisa bibliográfica, análise documental e pesquisa de campo.

A pesquisa bibliográfica, considerada uma etapa exploratória, teve como objetivo “[...] proporcionar maior familiaridade com o problema, com vistas a torná-lo mais explícito ou a construir hipóteses” (Gil, 2002, p. 41), bem como colocar a pesquisadora em contato direto com o que já foi escrito, analisado e estudado sobre o assunto envolvido neste projeto. Seguiu orientações de Marconi e Lakatos (2010) quando destacam que pesquisas com esta técnica não se tratam de mera repetição de ideias, e sim, da análise “[...] de um tema sob novo enfoque ou abordagem, chegando a conclusões inovadoras” (Marconi; Lakatos, 2010, p. 183).

Ainda na fase exploratória, a análise documental teve como referência os

apontamentos de Richardson et al (1999), que indicam este procedimento para estudar circunstâncias sociais e econômicas nos documentos para chegar a conclusões sobre o objeto da pesquisa.

Por ter envolvido um contexto atual delimitado a um *campus* de uma instituição de ensino da EPT, esta escolha proporcionou uma compreensão detalhada da problemática envolvida, desta forma optou-se pela realização de um estudo de caso, compreendido enquanto “[...] uma investigação empírica que investiga um fenômeno contemporâneo dentro de seu contexto da vida real, especialmente quando os limites entre o fenômeno e o contexto não estão claramente definidos” (Yin, 2005, p. 32).

3.2 Universo e amostra

Como forma de contextualização do lócus deste estudo, inicia-se com uma apresentação do IFRS e do *Campus* Restinga, bem como com um breve histórico de criação da instituição. Além disso, busca-se descrever a estrutura dos órgãos que compõem a gestão institucional.

No ano de 2008, foi sancionada a Lei nº 11.892, que institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (RFEPCT) e criou 38 IFs por meio da transformação e integração de outras instituições já existentes, como os Centros Federais de Educação Tecnológica (CEFETs) e as Escolas Técnicas. Conforme estabelecido pela referida lei, os IFs são definidos como:

[...] instituições de educação superior, básica e profissional, pluricurriculares e multicampi, especializados na oferta de educação profissional e tecnológica nas diferentes modalidades de ensino, com base na conjugação de conhecimentos técnicos e tecnológicos com as suas práticas pedagógicas, nos termos desta Lei (Brasil, 2008).

Tratam-se de autarquias federais vinculadas ao Ministério da Educação (MEC), dotadas de autonomia administrativa, patrimonial, financeira, didático-científica e disciplinar. Essa autonomia é fundamental para o sucesso da EPT, pois permite que as instituições se adaptem às demandas locais, construam suas práticas pedagógicas e reflitam sobre as transformações do mundo do trabalho.

Entre as principais finalidades dos IFs, destaca-se o compromisso de “ofertar

educação profissional e tecnológica, em todos os seus níveis e modalidades" (Brasil, 2008). Este compromisso reflete a missão dos institutos de democratizar o acesso à educação de qualidade, integrando formação técnica, científica e humanística. Essa estrutura permite que os estudantes tenham acesso a uma trajetória educacional contínua, abrangendo desde o ensino médio até a pós-graduação, incluindo cursos técnicos, superiores de tecnologia, bacharelados e licenciaturas. Dessa forma, os IFs desempenham um papel central na consolidação e no fortalecimento da EPT no Brasil.

O IFRS foi uma das instituições criadas pela Lei nº 11.892/2008, sendo constituído a partir da integração de diversas instituições de ensino, dentre elas: o CEFET de Bento Gonçalves, a Escola Agrotécnica Federal de Sertão, a Escola Técnica Federal de Canoas, a Escola Técnica Federal da Universidade Federal do Rio Grande do Sul e o Colégio Técnico Industrial Professor Mário Alquati, de Rio Grande. Atualmente, o IFRS é composto pelos seguintes campi: Alvorada, Bento Gonçalves, Canoas, Caxias do Sul, Erechim, Farroupilha, Feliz, Ibirubá, Osório, Porto Alegre, Restinga (Porto Alegre), Rio Grande, Rolante, Sertão, Vacaria, Veranópolis e Viamão. A Reitoria está situada no município de Bento Gonçalves (IFRS, 2023).

O IFRS, em sua atuação, orienta-se por princípios fundamentais estabelecidos no seu PDI (IFRS, 2023, p. 29), dentre os quais se destacam:

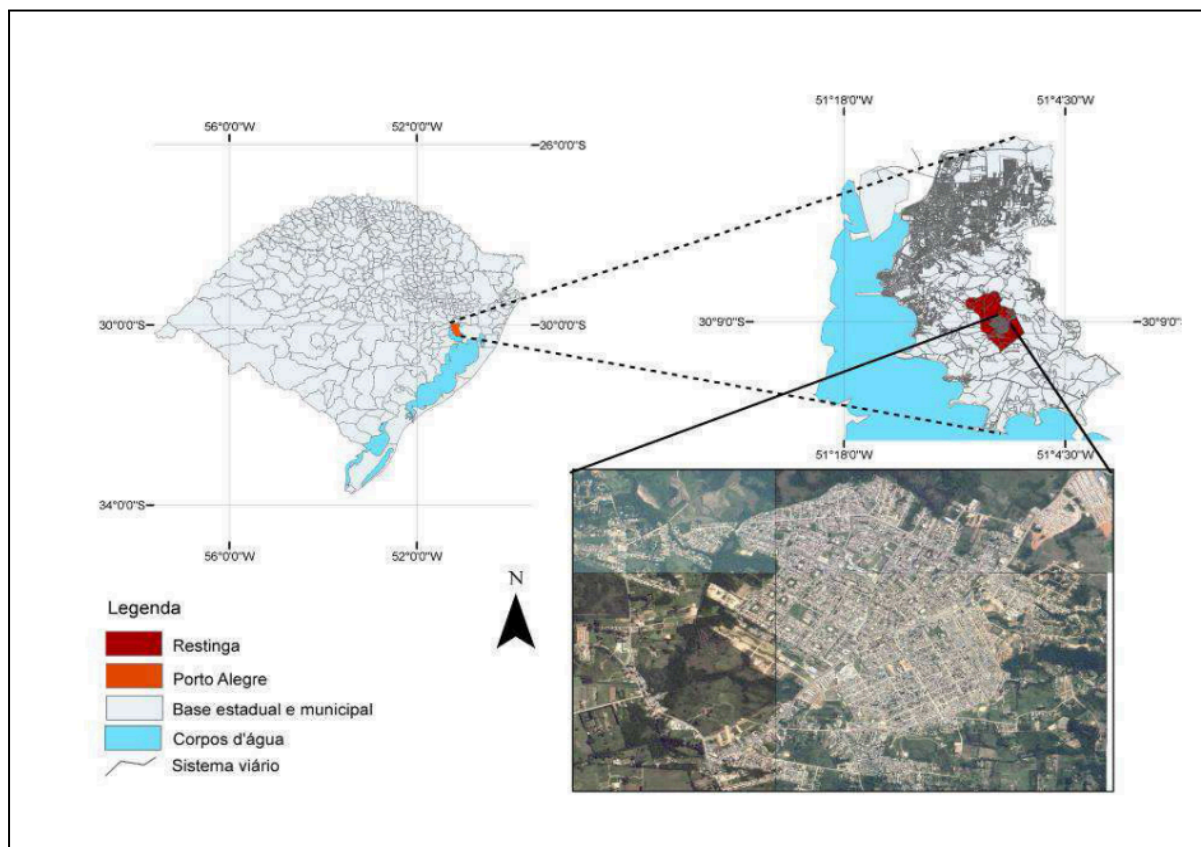
I - compromisso com a justiça social, equidade, cidadania, ética, preservação do meio ambiente, transparência e gestão democrática; II - verticalização do ensino e sua integração com a pesquisa e a extensão; III - eficácia na formação profissional, difusão do conhecimento científico e tecnológico e suporte aos arranjos produtivos locais, sociais e culturais; IV - inclusão de pessoas com necessidades educacionais especiais e deficiências específicas; V - garantia da natureza pública e gratuita do ensino, sob a responsabilidade da União; e VI - promoção da inclusão social de pessoas afrodescendentes, indígenas e em situação de vulnerabilidade social.

Estes princípios demonstram um posicionamento dirigido para a transformação social e o compromisso como uma educação que vai além da simples transmissão de conhecimento, orientado por uma visão integral que considera o estudante em sua totalidade.

Neste contexto está inserido o IFRS - *Campus* Restinga, instituição na qual este trabalho de pesquisa foi desenvolvido. O *campus* foi contemplado pela

chamada pública nº 01/2007 SETEC-MEC, destinada a apoiar o Plano de Expansão da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnologia (RFEPCT), Fase II, e, em 2008, passou a ser oficialmente um *campus* do IFRS. Está situado no extremo sul de Porto Alegre, no bairro Restinga, conforme ilustrado na figura 1, que mostra a localização do bairro no mapa da cidade.

Figura 1 – Mapa do bairro Restinga em Porto Alegre - RS



Fonte: Gamalho (2009, p.16).

A formação do bairro Restinga teve início no final da década de 1960, como resultado de uma iniciativa do governo municipal de Porto Alegre que “[...] removeu casas de áreas classificadas como núcleos urbanos irregulares, como as conhecidas vilas Teodora, Marítimos, Ilhota e Santa Luzia, deslocando famílias para um terreno de aquisição do município [...]” (Nunes, 2018, p. 62). O deslocamento ocorreu de maneira coercitiva para nova localidade, situada no extremo sul da cidade, a aproximadamente 22 km do centro. Nesta área, faltavam infraestruturas básicas essenciais para atender a população deslocada.

Os primeiros anos do bairro foram marcados por desafios, estigmatização,

condições de vida precárias e escassez de acesso aos direitos sociais básicos. No entanto, ao longo de sua trajetória, os moradores conseguiram, por meio de iniciativas comunitárias organizadas, reivindicar e obter diversos serviços para a região. Portanto,

As resistências fazem parte da vida dos moradores da Restinga, hoje bairro Restinga. Assim, mães e pais buscam entender as dinâmicas da escola, do posto de saúde, das associações de bairro e do OP. Foi apropriando-se das ferramentas do poder a suas linguagens e estratégias que muitos moradores de bairros pobres conquistaram suas estruturas internas. As dinâmicas de ações de luta no bairro Restinga são próprias para o seu todo, mesmo que lutas específicas em cada núcleo possam desencadear disputas internas, a comunidade se apresenta com um corpo orgânico para defender as lutas fundamentais para o desenvolvimento social do bairro. A luta pode ser distinta, mas o desejo é alcançar as estruturas necessárias e legais de direitos ao desenvolvimento do espaço Restinga (Araújo, 2019, p. 175).

Diante disso, observa-se que a região onde o IFRS - *Campus Restinga* está inserido ainda “[...] convive com o grave problema de vulnerabilidade social, resultado de um longo período de negligência do poder público” (IFRS, 2018, p. 83). No entanto, alguns benefícios foram gradualmente conquistados pela população a partir da sua mobilização, pois “[...] uma característica marcante da comunidade é a contínua reivindicação de seus direitos em favor do desenvolvimento da região” (IFRS, 2018, p. 84).

A história do próprio bairro está intrinsecamente ligada ao processo de implementação do *Campus Restinga*, já que, para isso, contou-se com o envolvimento ativo da comunidade na iniciativa de estabelecer uma escola técnica na região. De acordo com o Regimento da instituição

A história do *Campus Restinga* remonta à busca da comunidade pela “Escola Técnica Federal de Porto Alegre na Restinga”, que iniciou em 08 de maio de 2006, com a criação da Comissão Pró Implantação dessa unidade de ensino. Esse grupo foi composto por movimentos sociais com militantes da educação, da economia solidária e das ONGs (IFRS, 2018, p. 84).

Desta forma, a mobilização em prol da construção da “escola técnica” ocorreu em paralelo com um cenário de expansão da EPT.

Como parte do processo de constituição da instituição, no ano de 2009, foram estabelecidos os eixos tecnológicos dos cursos que seriam ofertados pelo *Campus Restinga*. Essa definição resultou da organização de seminários e

audiências públicas, visando promover uma discussão abrangente com a população por meio de um movimento coletivo e considerando os arranjos produtivos locais. Assim, decidiu-se pelos seguintes eixos: controle e processos industriais, informação e comunicação, hospitalidade e lazer, gestão e negócios e infraestrutura (Nunes, 2018).

O processo de luta comunitária para a criação de uma “escola técnica” no bairro foi permeado por dificuldades e desafios, contudo, de acordo com Nunes (2018), no segundo semestre de 2010 decidiu-se iniciar as atividades do *Campus Restinga* em uma sede provisória, localizada em um prédio alugado no próprio bairro. A partir do segundo semestre de 2012, a instituição começou a operar em sede própria, embora ainda estivesse em fase de construção, com apenas um dos seis prédios planejados concluído. Naquela época, as salas de aula, os setores administrativos e pedagógicos funcionavam apenas em um bloco que já estava finalizado. A conclusão total da obra, permitindo a ocupação de todos os espaços, foi alcançada em 2016.

Ao longo dos anos, novos cursos foram implementados, e com a expansão das salas de aula e laboratórios, foi possível aumentar a quantidade de cursos oferecidos que buscam colaborar com os arranjos produtivos locais, considerando os desafios e as oportunidades específicas da região. Atualmente, são disponibilizados cursos em diferentes formas, modalidades e níveis, conforme seguem:

a) Técnicos Integrados ao Ensino Médio

- Eletrônica
- Informática
- Lazer

b) Técnicos Integrados ao Ensino Médio na modalidade de Educação de Jovens e Adultos (Proeja)

- Agroecologia
- Comércio

c) Técnicos Subsequentes ao Ensino Médio

- Guia de Turismo

d) Técnico Concomitante/Subsequente ao Ensino Médio

- Informática

e) Superiores

- Licenciatura em Letras Português e Espanhol
- Tecnologia em Agroecologia
- Tecnologia em Análise e Desenvolvimento de Sistemas
- Tecnologia em Eletrônica Industrial
- Tecnologia em Gestão Desportiva e de Lazer
- Tecnologia em Processos Gerenciais

f) Especialização

- Pós-Graduação Lato Sensu – Especialização em Manufatura Avançada (Indústria 4.0)

Neste contexto, a investigação foi realizada envolvendo somente estudantes dos cursos técnicos integrados ao ensino médio, pois representam uma parte significativa da população da instituição, uma vez que há cinco cursos nessa modalidade. Trata-se de um grupo relevante para compreender a dinâmica estudantil e suas interações com a gestão escolar. Ressalta-se que a legislação que instituiu os IFs prioriza a oferta de formação técnica de nível médio por meio de cursos integrados, reforçando a relevância desse público.

Portanto, neste estudo foram envolvidos os estudantes dos seguintes cursos de EMI: Técnico em Informática, Técnico em Lazer, Técnico em Eletrônica, Técnico em Agroecologia e Técnico em Comércio, sendo estes dois últimos oferecido por meio do Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos (Proeja).

A instituição conta com 384 estudantes matriculados nos cursos investigados, a amostra foi constituída por aproximadamente 20% desses estudantes, perfazendo um total de 77 sujeitos. Esta amostragem foi constituída por meio do contato com os estudantes, da seguinte forma: foi enviado *e-mail* para todos os estudantes matriculados nos cursos envolvidos solicitando respostas a um questionário acessível no link que foi criado a partir da plataforma *google forms*.

Além disso, foram envolvidos os coordenadores dos cursos participantes. Dos cinco coordenadores, somente três participaram respondendo a um questionário com questões abertas e fechadas que foi enviado por meio de *e-mail* acessível no link que foi criado a partir da plataforma *google forms*.

3.3 Instrumentos e coleta de dados

Os instrumentos de coleta de dados permitem a obtenção de informações sobre o fenômeno estudado, por meio deles busca-se assegurar a validade e a confiabilidade da pesquisa. Neste estudo optou-se pela utilização da análise documental, com o objetivo de acessar os documentos institucionais que orientam e organizam o funcionamento da instituição. Além disso, foram aplicados questionários on-line para captar as percepções e considerações de estudantes e coordenadores de curso sobre o tema pesquisado.

- Aplicação de questionário: Os estudantes, público alvo desta pesquisa, foram convidados a responder um questionário conforme consta no APÊNDICE B desta dissertação. Também foi aplicado um questionário aos coordenadores dos cursos envolvidos nesta investigação conforme o APÊNDICE C. O Termo de Assentimento Livre e Esclarecido (TALE) e o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) foram disponibilizados de forma virtual por meio da inclusão na formatação digital. Vale destacar que esta investigação foi aprovada pelo Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) conforme consta no Parecer Consubstanciado - Número do Parecer: 6.335.316 que se encontra disponível no ANEXO I desta dissertação.

O questionário foi elaborado utilizando a plataforma *Google Forms*, pois considera-se ser a melhor opção disponível para garantir a segurança na realização da pesquisa. Os convites foram enviados via e-mail, contendo uma breve apresentação da pesquisa, para todos estudantes matriculados nos cursos técnicos integrados ao ensino médio com cópia oculta e com acesso exclusivo por intermédio deste. Reforça-se que foram realizados testes de validação do instrumento, ou seja, aplicou-se o questionário em cinco estudantes antes de enviá-lo aos demais, desta forma, foi possível identificar possíveis mudanças no instrumento. Por isso, algumas questões foram modificadas para serem apresentadas de forma mais clara aos sujeitos da investigação.

- Análise documental: Foram analisados os documentos norteadores do IFRS e do *Campus Restinga*, como o Plano de Desenvolvimento Institucional do IFRS, Estatuto do IFRS, Regimento Geral do IFRS, Regimento Interno do *Campus Restinga*, regulamentos dos órgãos deliberativos, legislações e demais documentos relacionados com a temática deste projeto.

3.4 Análise de dados

A análise documental foi conduzida por meio de um exame crítico dos documentos institucionais, com o objetivo de extrair informações pertinentes ao tema desta pesquisa e compreender seus fundamentos. Para tanto, após a seleção dos documentos, realizou-se uma análise exploratória e crítica, com foco na interpretação de seus conteúdos e na relação desses dados com as informações obtidas a partir do referencial teórico adotado.

A análise dos dados oriundos dos questionários, foi conduzida com base na análise de conteúdo que, de acordo com Bardin (2011), tem como objetivo descrever e interpretar as comunicações. Conforme mencionado por Rodrigues (2019), a análise de conteúdo permite ao pesquisador ultrapassar o senso comum, amparado por uma fundamentação teórica. Dessa maneira, como um método de análise interpretativa em pesquisas qualitativas, essa abordagem não se limita à descrição das mensagens, mas possibilita alcançar uma compreensão mais profunda por meio da interpretação.

Segundo Minayo (2000, p. 204), a análise de conteúdo “[...] parte de uma literatura do primeiro plano para atingir um nível mais aprofundado: aquele que ultrapassa os significados manifestos”. A autora aponta que a análise pode ser realizada por meio de diferentes técnicas. Nesta pesquisa foi empregada a análise temática, que se propõe a “[...] descobrir núcleos de sentido que compõem uma comunicação cuja presença ou frequência signifiquem alguma coisa para o objetivo analítico visado” (Minayo, 2000, p. 210), utilizando-a de maneira mais interpretativa. Segundo a autora, a análise temática desenvolve-se em três etapas: a pré-análise, a exploração do material e o tratamento dos resultados.

A definição das categorias de análise foi realizada com base na elaboração das perguntas dos questionários e no referencial teórico adotado. Esse processo resultou em três categorias principais: participação estudantil na gestão escolar, contribuições da participação estudantil na gestão escolar para o processo formativo e obstáculos à participação estudantil nos órgãos colegiados. Cada categoria apresenta a análise de conteúdo estruturada a partir do *corpus* desta pesquisa, com destaque para os temas que emergiram desse processo e suas conexões com o referencial teórico adotado.

Na análise, com o objetivo de garantir o sigilo da pesquisa e preservar a identidade dos participantes, foram criados códigos de identificação compostos por letras e números. A letra corresponde ao participante, enquanto o número indica a ordem de resposta ao questionário. Desta forma, os estudantes são identificados pela letra “E”, enquanto os coordenadores, pela letra “C”.

3.5 Confidencialidade, armazenamento e eliminação dos dados

Para assegurar a confidencialidade dos dados coletados neste estudo, foram implementadas as seguintes medidas:

a) Todos os dados foram armazenados em servidores protegidos por medidas de segurança, incluindo controle de acesso restrito em que apenas a pesquisadora tem acesso aos dados;

b) Durante a fase de coleta dos dados, todas as informações pessoais identificáveis foram anonimizadas, substituindo identificadores pessoais por códigos ou outras formas de identificação não relacionadas aos respondentes. Isso garante que os dados estejam protegidos contra divulgação não autorizada;

c) Quanto ao armazenamento, os dados foram mantidos em ambiente seguro durante o período de guarda legal. Após o término desse período, foi adotado um processo de eliminação que incluiu a destruição dos dados e a exclusão definitiva dos registros realizados.

Todas essas etapas foram realizadas em conformidade com as leis de privacidade e proteção de dados em vigor, visando garantir a segurança e a privacidade dos participantes deste estudo.

4 ANÁLISE DOS DADOS

A partir dos dados recolhidos com a pesquisa de campo por meio dos instrumentos utilizados, assim como a interlocução mantida com os conhecimentos advindos da pesquisa bibliográfica e da análise documental, nesta seção, é analisada a participação dos estudantes do IFRS - *Campus* Restinga nos órgãos colegiados.

O processo de análise de dados é uma etapa fundamental da pesquisa, pois é nele que os dados coletados ganham significado. Esse processo busca identificar temas e categorias que auxiliam na interpretação dos dados. Durante a análise, procurou-se compreender o fenômeno em seu contexto, elaborando interpretações fundamentadas nas percepções dos participantes.

4.1 Análise documental

Nesta etapa, foram analisados os documentos que organizam e orientam o IFRS e o *Campus* Restinga, uma vez que este está subordinado às diretrizes daquele. A análise possibilita a obtenção de informações que podem confirmar, invalidar ou complementar outros dados ou estudos. Assim, as informações geradas nesta etapa contribuem para um entendimento mais amplo e contextualizado do objeto de estudo.

A análise documental, conforme Lüdke e André (1986, p. 38), “[...] pode se constituir numa técnica valiosa de abordagem de dados qualitativos, seja completando as informações obtidas por outras técnicas, seja desvelando aspectos novos de um tema ou problema”. De acordo com Flick (2004), o pesquisador, na escolha de documento, não deve manter o foco, unicamente, no conteúdo, apesar de esse ser importante, deve ser levado em consideração o contexto, a utilização e a função dos documentos. Isso deve ser levado em conta, uma vez que são meios para compreender e decifrar um caso específico de uma história de vida ou de um processo.

Nesta direção, a análise se relaciona a dois temas: gestão democrática e órgãos colegiados. Assim, cabe destacar que o IFRS é regido por diferentes instrumentos normativos. O Estatuto do IFRS (IFRS, 2009) apresenta informações

básicas sobre a organização dos órgãos que compõem a instituição sem aprofundamentos, apresentando também seus princípios, finalidades e objetivos. Nele, está estabelecido que a gestão democrática é um dos princípios institucionais, ao lado da equidade, cidadania e ética. Estabelece ainda a organização geral da instituição, que é composta pelos órgãos colegiados, reitoria e pelos *campi*. Entre os órgãos colegiados, tem-se o Conselho Superior, que prevê a participação de um representante do corpo discente por *campus*, em composição paritária, totalizando dezessete representantes discentes e seus suplentes com mandato de dois anos, conforme determina a lei de criação dos Institutos Federais.

Outro instrumento normativo é o Regimento Geral do IFRS (IFRS, 2017b, p. 7), que aborda o “[...] conjunto de diretrizes que norteiam a organização das atividades comuns aos vários órgãos e serviços integrantes da estrutura organizacional do IFRS, nos planos administrativos e acadêmicos”. Nele, está previsto que os *campi* do IFRS, ao comporem seus Conselhos de *Campus*, devem garantir a representação paritária de todos os segmentos da comunidade acadêmica, que deverão ser eleitos pelos seus pares. É fundamental lembrar que, de acordo com a LDBEN, a instituição de ensino deve constituir seu conselho com representação da comunidade escolar.

Além disso, o IFRS conta com o PDI (IFRS, 2023), trata-se de um plano estratégico que busca orientar as ações institucionais pelo período de cinco anos e conduzir a elaboração dos Planos de Ação dos *campi* e da Reitoria. No que se refere a gestão democrática, o documento menciona que ela “[...] é uma característica do IFRS, praticada de forma paritária entre os três segmentos que compõem a comunidade acadêmica: discentes, docentes e técnico-administrativos” (IFRS, 2023, p. 26). O documento afirma a necessidade da participação ao considerar que

Os estudantes estão no centro do processo educativo e possuem participação ativa na gestão, fazendo-se presentes em diferentes instâncias colegiadas e fóruns deliberativos, incluindo os CONCAMPs – instância deliberativa máxima de cada campus - e o CONSUP - instância deliberativa máxima da Instituição (IFRS, 2023, p. 26).

Ao destacar a presença dos discentes nas diversas esferas que compõem a organização institucional, evidencia-se o compromisso com a escuta qualificada e com o protagonismo estudantil. Tal participação no processo de planejamento

institucional está em consonância com os princípios orientadores do IFRS, conforme estabelecido nos seus regimentos.

O Plano Estratégico é um capítulo do PDI (IFRS, 2023) que apresenta informações para o planejamento de ações institucionais e também orienta a elaboração dos Planos de Ação dos *Campi*. Nele consta um quadro em que são apresentados os pontos fortes do IFRS. Entre esses pontos, destaca-se o "processo decisório democrático", descrito da seguinte forma: "Possibilidade de participação nas decisões institucionais, através dos conselhos, comissões, colegiados e GT, atuando na construção de normativas, dos documentos basilares institucionais e dos projetos pedagógicos dos cursos" (IFRS, 2023, p. 4). Concorda-se com o documento quanto à existência dessas possibilidades, porém, propõe-se uma reflexão sobre a qualidade da participação nesses espaços, especialmente por parte dos estudantes, que são os sujeitos desta pesquisa.

O Plano Estratégico apresenta ainda os objetivos institucionais a serem perseguidos no período de vigência do documento, entre os quais se destaca a promoção de "ações de formação para cidadania". Dessa forma, existe a possibilidade de promover ações que integrem a formação para a cidadania com a gestão democrática.

A gestão democrática é abordada no PPI, como um princípio que se consolida no cotidiano da instituição.

Mais que um conceito, a gestão democrática é um princípio que precisa e vai se constituindo no dia a dia da instituição, através da participação e envolvimento do maior número de sujeitos nos processos decisórios, no respeito às deliberações tomadas em coletivo, no reconhecimento dos órgãos colegiados como instâncias privilegiadas de consulta e deliberação, na liberdade de expressar opiniões e no sentimento de responsabilidade coletiva em relação aos assuntos institucionais (IFRS, 2023, p. 9).

Portanto, o IFRS, por meio dos seus instrumentos normativos, prevê a representação dos estudantes no seu Conselho Superior, nos Conselhos dos *campi*, na construção dos seus documentos norteadores, asseverando assim a sua participação na gestão democrática como um de seus princípios. Contudo, compreende-se a necessidade do debate em torno da participação dos jovens em espaços democráticos, pois conforme Dayrell, Gomes e Leão (2010, p. 249),

Um dos motivos possíveis da pouca participação social da juventude pode ser creditado à falta de espaços e de situações para o exercício e aprendizagem da vida coletiva e da participação social, experimentação essa que poderia levá-los a acreditar nos possíveis resultados de uma ação coletiva.

A observação dos autores expõe que o desenvolvimento da cidadania ativa e da participação social requer contextos que permitam aos indivíduos vivenciar e compreender, na prática, o valor da colaboração. Entende-se que a falta de participação juvenil é multifatorial, o que reforça a necessidade do debate em torno desse tema. Portanto, é essencial que instituições, como escolas e organizações comunitárias, criem e fomentem ambientes que promovam a participação juvenil, oferecendo experiências concretas de engajamento social e coletivo.

No IFRS - *Campus* Restinga, de acordo com o Regimento Interno Complementar do IFRS - *Campus* Restinga (IFRS, 2018), a estrutura organizacional é composta pelos órgãos executivos e pelos órgãos colegiados e comissões permanentes, conforme os Quadros 2 e 3:

Quadro 2 – Órgão Executivos

Órgãos executivos	Direção Geral
	Gestão de Administração
	Gestão de Ensino
	Gestão de Pesquisa, Pós-graduação e Inovação
	Gestão de Extensão
	Gestão de Desenvolvimento Institucional

Fonte: elaborado pela autora (2024)

Quadro 3 – Órgãos colegiados e comissões permanentes

	Conselho de <i>Campus</i>
	Comissão de Avaliação e Gestão de Ações de Ensino (CAGE)
	Comissão de Avaliação e Gestão de Projetos de Pesquisa e Inovação (CAGPPI)
	Comissão de Avaliação e Gerenciamento de Ações de Extensão (CGAE)

Órgãos colegiados e as comissões permanentes	Núcleo de Atendimento às Pessoas com Necessidades Especiais (NAPNE)
	Núcleo de Estudos Afro-brasileiros e Indígenas (NEABI)
	Núcleo de Estudos e Pesquisas em Gênero e Sexualidade (NEPGS)
	Colegiados de Curso
	Comissão de Eventos
	Comissão Permanente do Processo Eleitoral
	Comissão Permanente de Licitação, Comissão Interna de Saúde, Segurança e Prevenção de Acidentes (CISSPA)
	Comissão Interna de Supervisão do Plano de Carreira dos cargos Técnico-administrativos em Educação (CIS)
	Comissão Própria de Avaliação (CPA)
	Comissão Permanente de Processo de Ingresso Discente (COPPID)
	Grupo Diretivo e Comissão Permanente de Pessoal Docente (CPPD)

Fonte: elaborado pela autora (2024)

A concretização da gestão democrática na escola depende, em grande parte, do compromisso institucional em promovê-la. Nesse sentido, os órgãos colegiados desempenham um papel fundamental como instâncias consultivas e/ou deliberativas, responsáveis por tratar de questões relacionadas aos diferentes aspectos que envolvem o ambiente escolar. Esses órgãos são formados por representantes de diferentes segmentos que integram a instituição, incluindo professores, técnico-administrativos, estudantes e comunidade externa. A escolha dos seus representantes ocorre por meio de um edital, publicado no *site* da instituição, que convida os interessados a se candidatarem às vagas, as quais são preenchidas por eleição. Cada categoria elege seus representantes entre seus próprios membros.

Nesses grupos são abordados temas como ensino, pesquisa, extensão, avaliação institucional, saúde, segurança e prevenção de acidentes, processos eleitorais, eventos, questões afro-brasileiras e Indígenas, gênero e sexualidade, além de assuntos relacionados às pessoas com necessidades especiais. Suas formas de organização e constituição estão disponíveis no Regimento dos campi do IFRS (2017) e Regimento interno complementar do IFRS - *Campus Restinga* (2018).

Tratam-se de espaços de participação, diálogo e deliberação sobre as

diferentes matérias relacionadas ao contexto escolar, e seu pleno funcionamento depende da atuação efetiva das diferentes representações que os compõem. Essa participação é compreendida por Dourado (2012, p. 72) como

[...] a organização e gestão cujo objetivo é criar as condições e mecanismos para que os diferentes sujeitos sociais possam atuar e interferir nos diferentes espaços de decisão e responsabilização das unidades escolares. Significa reconhecer que na escola todos têm contribuições e saberes para compartilhar e que todos os processos realizados nos espaços da escola são vivências formativas e cidadãs.

Esses órgãos integram a gestão da instituição, proporcionando à comunidade escolar a oportunidade de participar de discussões e tomadas de decisões fundamentais para o desenvolvimento da escola. Isso evita que as decisões sejam tomadas de maneira centralizada e imposta por uma única pessoa ou grupo. Entende-se que a participação dos diferentes sujeitos da comunidade escolar fortalece a gestão, já que promove um ambiente de cooperação e envolvimento.

Compreende-se, portanto, que os órgãos colegiados integram uma estrutura com capacidade de promover a participação e a tomada de decisões de forma compartilhada no âmbito escolar. Essas instâncias desempenham um papel fundamental na gestão democrática das instituições de ensino.

Outros documentos relevantes para esta investigação referem-se aos editais publicados para a formação dos órgãos colegiados que incluem a participação de estudantes. Esses editais são utilizados em todos os *campi* do IFRS, inclusive no *Campus* Restinga, onde, para a constituição de cada órgão colegiado, é publicado um edital específico.

Em levantamento realizado sobre o interesse dos estudantes em participar desses órgãos foi possível analisar, por meio dos editais disponíveis no *site* da instituição, o número de estudantes que se candidataram às vagas de representantes discentes nesses espaços. Esse procedimento é realizado por meio de editais, com o objetivo de preencher vagas dos três segmentos ou vagas remanescentes. Para isso, foi realizada uma análise dos editais a partir de 2022, ano em que as atividades presenciais foram retomadas após a pandemia da Covid-19. No Quadro 4, apresentado a seguir, constam as candidaturas discentes realizadas:

Quadro 4 – Número de candidatos discentes aos editais dos órgãos colegiados

Edital	Órgão colegiado	Candidatos	Vagas
Edital <i>Campus</i> Restinga nº 16/2022	CGAE	nenhum	2 (1 titular e 1 suplente)
Edital <i>Campus</i> Restinga nº 26/2022	Conselho de <i>Campus</i>	4	6 (3 titulares e 3 suplentes)
	Comissão Própria de Avaliação local	2	3 (2 titulares e 1 suplente)
Edital <i>Campus</i> Restinga nº 33/2022	Comissão Permanente do Processo Eleitoral	1	3 (2 titulares e 1 suplente)
	CGAE	1	2 (titulares)
	CAGE	nenhum	4 (2 titulares e 2 suplentes)
	CAGPPI	nenhum	2 (titulares)
	Conselho Superior do IFRS	1	2 (1 titular e 1 suplente)
Edital nº 01/2023/CEEEEC	Comissão Eleitoral de <i>Campus</i> do IFRS	4	3 (titulares)
Edital <i>Campus</i> Restinga nº 23/2023	Conselho de <i>Campus</i>	5	3 (suplentes)
Edital <i>Campus</i> Restinga nº 32/2023	Comissão de Assistência Estudantil	3	2 (titulares)
Edital <i>Campus</i> Restinga nº 36/2023	Conselho superior do IFRS	3	2 (1 titular e 1 suplente)

Fonte: Elaborada pela autora, dados do *site* do IFRS - *Campus* Restinga

Nas eleições que apresentaram o maior número de candidatos, conforme os editais nº 01/2023/CEEEEC e nº 23/2023, verificou-se que, das cinco candidaturas em cada edital, três estudantes se repetem em ambas as listas. Isso evidencia que a percepção de um grande número de candidatos é ilusória, pois, em várias eleições, os mesmos sujeitos se candidataram repetidamente.

Ademais, constatou-se que na eleição para coordenadores de cursos, realizada por meio do Edital *Campus* Restinga nº 022/2023, o número de votos do segmento discente foi extremamente baixo. No que tange aos cursos técnicos integrados ao ensino médio, os seguintes votos foram registrados: Agroecologia com cinco votos; Comércio com 15 votos; Eletrônica com sete votos; Informática

com seis votos e Lazer com 13 votos.

Na eleição para Diretor Geral do *Campus* Restinga em 2023, verificou-se uma participação maior por parte dos estudantes. No entanto, a participação ainda foi moderada, totalizando 375 votos, com 600 estudantes ausentes.

Os dados verificados por meio dos referidos editais demonstram um baixo número de estudantes que se dispõem a candidatar-se para participação nos órgãos colegiados enquanto representantes do seu segmento. Esse fato vai ao encontro da afirmação feita por Ribeiro, Lânes e Carrano (2005, p. 9), que cita:

[...] os(as) jovens brasileiros têm emitido sinais, mais ou menos visíveis, da negação frente a formas tradicionais de participação, tais como as que se expressam pela filiação a partidos, sindicatos e organizações estudantis. No entanto, ações coletivas juvenis deixam de ser notadas ou valorizadas devido ao caráter descontínuo, tópico e muito frequentemente desprovido de ideologias facilmente reconhecidas – esquerda e direita, por exemplo – do qual se revestem. Entretanto, as novas formas e temas pelos quais os(as) jovens se mobilizam na esfera pública também indicam o quadro de crise das formas tradicionais de participação e socialização política.

Portanto, os autores destacam dificuldades na participação juvenil, que são atribuídas à rejeição dos estudantes em relação às formas tradicionais de participação. Esses dados sugerem a (re)criação dos procedimentos que vêm sendo adotados para a participação dos jovens estudantes na gestão da instituição de ensino, contribuindo, assim, para sua formação, tal qual preconiza os princípios fundantes da EPT.

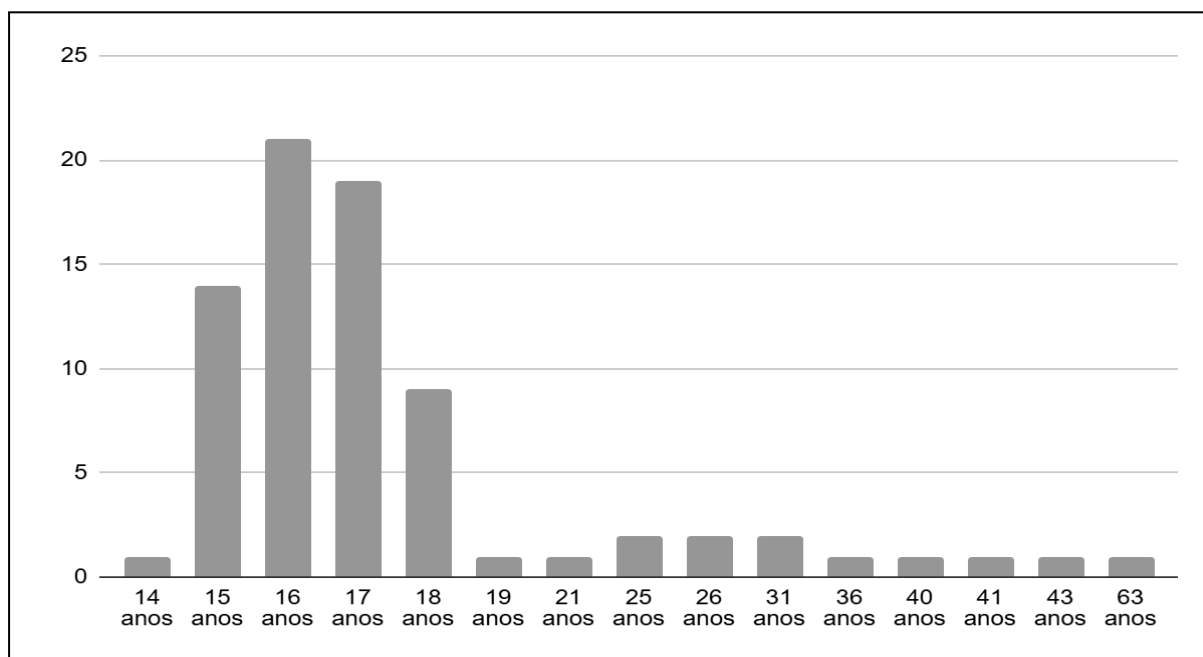
4.2 Análise do questionário

Este tópico tem como objetivo analisar as respostas dos questionários (Apêndices B e C) aplicados aos estudantes e coordenadores dos cursos envolvidos nesta pesquisa.

Em relação às informações gerais dos estudantes envolvidos neste estudo, 31 (40,26%) sujeitos se identificaram como do gênero feminino, 43 (55,84%) como do gênero masculino, e 3 (3,9%) escolheram a opção "outro". As idades dos participantes variam de 14 a 63 anos, com 63 (81,81%) deles concentrados na faixa etária de 15 a 18 anos. Esses dados revelam que se trata de um grupo de estudantes jovens, o que se dá, também, pelo fato de a pesquisa ser direcionada aos estudantes dos cursos do EMIEP. Observa-se também que há uma pequena

porcentagem de adultos entre os participantes, uma vez que os cursos de EMI na modalidade Proeja estão incluídos na pesquisa. Para ingressar nesses cursos, o estudante deve ter mais de 18 anos. No Gráfico 1, é possível perceber de forma mais detalhada a distribuição da idade dos respondentes:

Gráfico 1 – Idade dos estudantes envolvidos na pesquisa



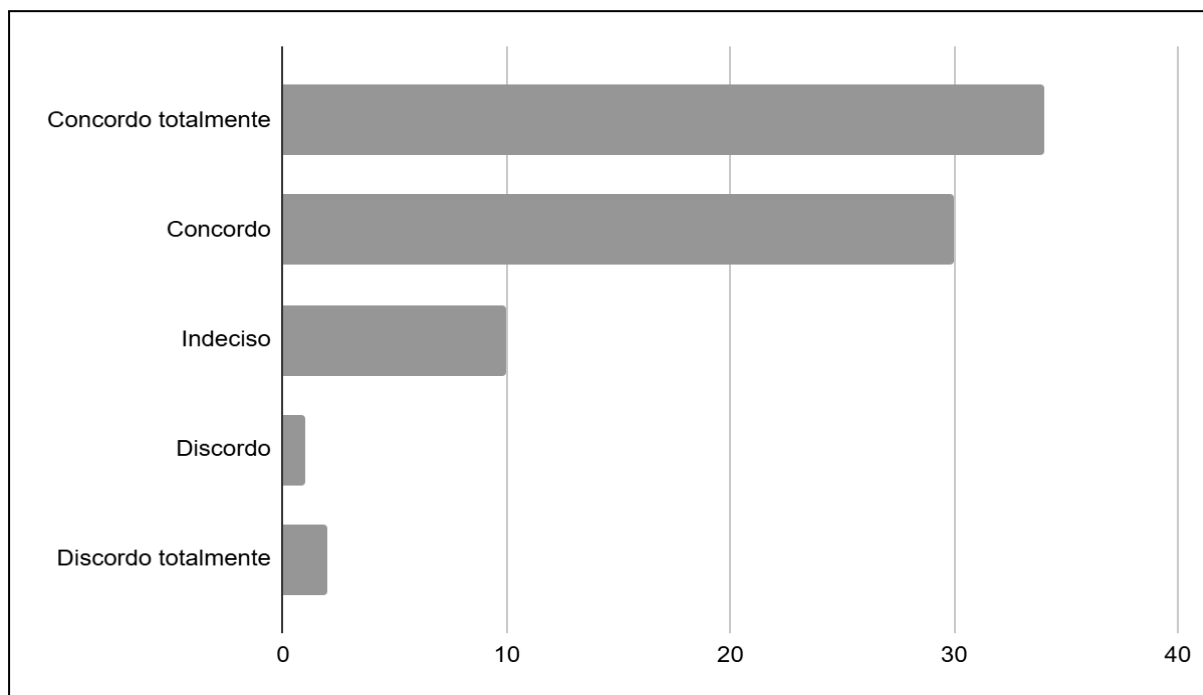
Fonte: Elaborado pela autora (2024).

Com esse público, investigou-se a percepção dos jovens no que se refere à participação na gestão escolar e como ela vem ocorrendo no IFRS - *Campus* Restinga. Para tanto, foram organizadas categorias que são apresentadas na sequência.

Categoria I - A participação estudantil na gestão escolar

Nesta categoria, explorou-se a percepção dos estudantes do IFRS - *Campus* Restinga sobre o conceito de participação estudantil na gestão escolar. Para tanto, os respondentes foram questionados se os estudantes devem participar da gestão da escola e apenas três expressaram a opinião de que não devem se envolver nesta atividade. Os dados obtidos dos demais respondentes em relação a esta indagação, se encontram no Gráfico 2, apresentada na sequência:

Gráfico 2 – Posicionamento dos estudantes do IFRS - *Campus Restinga* acerca da participação discente na gestão escolar



Fonte: Elaborado pela autora (2024).

Os dados obtidos são considerados relevantes, pois revelam que, dos 77 sujeitos, 64 (83,11%) reconhecem que a gestão escolar deve ser realizada em colaboração com os estudantes. Trata-se de uma informação significativa, uma vez que evidencia que a maioria dos estudantes concorda com a importância de participar tanto na formulação quanto nas tomadas de decisões.

Nesta categoria, os temas obtidos por meio dos questionários estão relacionados aos direitos dos estudantes e as contribuições decorrentes de sua participação. Entre as unidades de registros recorrentes destacaram-se: voz do estudante, público-alvo, direito, mudança, participação e decisões. Para ilustrar as compreensões mais frequentemente mencionadas pelos estudantes acerca da participação discente na gestão escolar, no Quadro 5, são apresentadas algumas assertivas:

Quadro 5 – Compreensão dos estudantes sobre sua participação na gestão escolar

E8	Entendo que é algo importante, dar a possibilidade das pessoas que são mais atingidas diretamente por essas decisões fazerem parte desses processos é trazer a tona a realidade e auxiliar a fazer ajustes necessários nesses órgãos.
----	---

E9	Eu entendo que é para fazer com que os alunos tenham voz e influência sobre as decisões que afetam suas vidas escolares.
E11	Entendo que é como um direito do estudante que participa da instituição, que sua opinião sobre processos e mudanças também sejam relevantes para a tomada de decisões que o englobam.
E58	A possibilidade dos estudantes poderem opinar e colaborar com a gestão da escola, como decidir o que é prioridade para os estudantes, é importante. Afinal, o estudante é aquele que usufrui do campus - faz total sentido que participem das decisões tomadas nele.

Fonte: elaborado pela autora (2024)

Observa-se, portanto, que a maioria dos estudantes compreende que são o foco central da existência da escola. Essa centralidade os leva a reconhecer tanto o seu direito quanto a necessidade da sua participação nos espaços de organização da instituição. A percepção dos estudantes sobre a participação como um direito está em consonância com os princípios legais que regem a gestão democrática escolar, conforme abordado na seção 2.1 desta pesquisa. Nesta perspectiva, eles reconhecem a importância de que suas opiniões e experiências, relacionadas a diferentes aspectos da vida escolar, sejam ouvidas e efetivamente consideradas, contribuindo para a tomada de decisões e para mudanças no contexto institucional.

A necessidade de serem ouvidos apresenta-se de diferentes formas, como demonstram os trechos a seguir: *“O estudante participando poderia incentivar que aumentassem as bolsas nos projetos, o que é muito bom para os alunos” (E36), e*

A participação dos estudantes na gestão da escola ajuda o IFRS a ser um espaço acolhedor a todas as pessoas e suas diferenças. Além disso, jovens costumam trazer uma perspectiva nova a certos pontos, que pode trazer mudanças positivas para o campus. Exemplo: as aulas de sociologia e filosofia sendo alternadas, tendo apenas uma no começo do ano, e depois a outra, para ter um maior aproveitamento do horário, que é difícil com apenas um período (E24).

Esses relatos refletem os anseios dos estudantes, que frequentemente permanecem não expressos. Eles incluem diversas sugestões de mudanças baseadas nas suas vivências no *campus*, mas que nem sempre encontram um canal adequado para serem comunicadas.

Os estudantes demonstram uma clara necessidade de serem ouvidos, e a participação na gestão democrática é uma maneira de atender esta demanda. De acordo com Libâneo, Oliveira e Toschi (2012, p. 450), “[...] a participação é o

principal meio de assegurar a gestão democrática, possibilitando o envolvimento de todos os integrantes da escola no processo de tomada de decisões e no funcionamento da organização escolar”. Sobre o tema, os coordenadores foram questionados sobre a importância da participação dos estudantes na gestão democrática da escola, sendo que o Coordenador B considera:

[...] importante porque, dependendo do vínculo que se tem com a instituição, temos objetivos diferentes e é preciso que a instituição atenda adequadamente tanto aqueles que passarão anos em suas dependências, como os servidores técnicos e docentes, quanto aqueles que passarão apenas alguns poucos anos durante formação escolar e/ou acadêmica. O olhar dos estudantes para com a instituição é essencial para que a gestão possa proporcionar um ambiente acolhedor para a (e promovedor da) aprendizagem.

Sobre a mesma questão, o Coordenador A se manifestou da seguinte forma: *“Considero importante, porém não se pode colocar no colo do aluno tomadas de decisão para as quais os mesmos não estão preparados”.*

Em relação à preparação dos estudantes para a participação, entende-se que ela deve fazer parte da formação contínua que ocorre no cotidiano escolar. Esse aprendizado deve estar alinhado aos objetivos institucionais, descritos nos documentos orientadores do IFRS, com a formação cidadã e com a gestão democrática. Sendo assim, as instituições de ensino têm a responsabilidade de estabelecer mecanismos que fomentem a criação de espaços de participação e incentivem o envolvimento dos estudantes.

Os estudantes constituem uma parte significativa da população e a perspectiva deste público no debate contribui para que suas necessidades sejam representadas, proporcionando o desenvolvimento das suas capacidades frente aos debates dentro e fora da escola. De acordo com Paro (2016, p. 23),

A maior evidência da imprescindibilidade da participação popular nas instâncias onde se dá o oferecimento de serviço pelo Estado parece estar na constatação da fragilidade da nossa democracia liberal, que, restringindo a participação da grande maioria da população ao momento do voto, priva-a de processos que, durante os quatro ou cinco anos de mandato, permitiriam controlar as ações dos governantes no sentido de atender aos interesses das camadas populares.

A evidência apresentada pelo autor promove uma reflexão sobre o exercício da democracia, que pode ocorrer por meio do voto, sem envolvimento no processo

subsequente. Assim, entende-se que a participação não deve restringir-se ao voto, o que se busca é uma democracia participativa que promova a formação integral dos estudantes. Esse entendimento está em consonância com o que foi apresentado pelo estudante E29, ao afirmar que *“A participação dos estudantes na gestão escolar é fundamental, já que o público alvo atendido são os estudantes. Sua participação, ponto de vista e troca de ideias é essencial para as melhorias nas gestões escolares”*.

Considerando o envolvimento dos estudantes nas decisões institucionais como uma construção a ser gradualmente fortalecida e aprimorada, entende-se que não é suficiente “[...] ter presente a necessidade de participação da população na escola. É preciso verificar em que condições essa participação pode tornar-se realidade” (Paro, 2016, p. 50). O engajamento dos estudantes junto aos demais segmentos contribui com a criação de uma cultura democrática, além disso, os espaços institucionais que proporcionam esse exercício, são espaços de ensino-aprendizagem que contribuem na formação dos sujeitos, que será analisada na categoria a seguir.

Categoria II - Contribuições da participação estudantil na gestão escolar para o processo formativo

Esta categoria tem como objetivo apresentar informações sobre a percepção dos estudantes a respeito da contribuição que a participação nos órgãos colegiados traz para sua formação. Para tanto, os respondentes foram indagados sobre como a participação na gestão escolar pode contribuir na formação dos estudantes e as respostas obtidas revelaram que, de modo geral, os participantes acreditam que atuar nesses espaços proporciona um maior entendimento sobre assuntos relacionados ao *campus*, desenvolve um senso de responsabilidade mais forte, ampliando seus conhecimentos e habilidades, consideram que esses novos aprendizados são valiosos para sua formação e preparação para os desafios do futuro. Além disso, o desenvolvimento de uma visão mais crítica e a formação para a cidadania também foram mencionados como benefícios importantes. Assim, os temas identificados nesta categoria foram: desenvolvimento de habilidades e produção de conhecimentos. As unidades de registro recorrentes mais observadas nas respostas dos estudantes foram: conhecimentos, sociedade, visão crítica,

funcionamento institucional, responsabilidade, habilidades.

No que se refere ao desenvolvimento da consciência crítica como um dos resultados decorrentes da participação estudantil, destacam-se algumas respostas extraídas do *corpus* de análise, nas quais os estudantes expressam suas percepções sobre essa dimensão formativa. Um dos participantes observa que “Uma vez que trocas de perspectivas e debates são vinculados com os órgãos, nós estudantes desenvolvemos a visão crítica e de posicionamento enquanto o *campus*” (E29). Outro destaca: “*Visão crítica, conhecimento, orientação, responsabilidade, argumentos e capacidade de ajudar outras pessoas em devidas situações*” (E52). Por sua vez, um terceiro discente ressalta que “[...] *as experiências obtidas vão muito além de qualquer oportunidade que o aluno vai ter fora do campus, podendo aprender a ter um caráter muito melhor e uma mentalidade muito mais crítica e forte*” (E37).

Identificou-se também considerações relacionadas ao aprendizado de habilidades ligadas à participação democrática no contexto de atuação cidadã para além do espaço escolar, conforme segue:

Acho que é algo que afeta diretamente o nosso entendimento sobre democracia e poderes politizados, acredito que é algo que nos prepara para próximas etapas da vida, nos colocando de certa forma um pouco mais dentro da sociedade e ajuda a nos enxergarmos como capazes de participar e contribuir a esses espaços (E8).

Por participar de debates, conversas, disposição para melhorias no campus, agregaria currículo e formação para talvez futuras participações em outros órgãos, seja ele dentro da mesma instituição, ou numa instituição externa da comunidade escolar (E15).

A partir dessa participação, o estudante evoluirá tanto como cidadão, quanto como aluno, através das experiências e conhecimentos obtidos nesses órgãos. As experiências obtidas vão muito além de qualquer oportunidade que o aluno vai ter fora do campus, podendo aprender a ter um caráter muito melhor e uma mentalidade muito mais crítica e forte (E37).

Essas informações revelam uma expectativa associada à participação nos órgãos colegiados, vinculada a um aprendizado que contribui tanto com a vida em sociedade quanto com as experiências futuras.

Os apontamentos realizados pelos coordenadores de curso apresentam as temáticas relacionadas ao funcionamento do *campus* e às instituições públicas, ao pertencimento e à participação nas decisões.

Maior engajamento dos estudantes com as questões da instituição gera sentimento de pertencimento, esse sentimento ajuda na aprendizagem. O estudante que participa das ações de gestão da instituição em que estuda sente que faz parte ativamente dela e isso implica também em seu compromisso com sua própria aprendizagem (Coordenador B).

Entendimento do que é o serviço público e pra onde que vão os impostos pagos por eles; compreensão das instituições; participação nas decisões do Campus; ampliação do convívio com os professores e técnicos para além da sala de aula (Coordenador C).

Os trechos anteriormente citados apresentam perspectivas em relação à formação possível, ressaltando que ela não é uma certeza, pois requer uma intencionalidade por parte da instituição. Isso evidencia a necessidade de a instituição valorizar uma educação escolar orientada para a construção de cidadãos participativos e democráticos. Além disso, compreende-se que a realidade social brasileira, especialmente no contexto do IFRS - *Campus* Restinga, demanda uma prática educacional que integre essa formação como um componente essencial da educação oferecida. Nesta direção, Paro (2000, p. 26) reconhece tais ponderações ao destacar que:

[...] uma sociedade democrática só se desenvolve e se fortalece politicamente de modo a solucionar seus problemas se pode contar com a ação consciente e conjunta de seus cidadãos, não deixa de ser paradoxal que a escola pública, lugar supostamente privilegiado do diálogo e do desenvolvimento crítico das consciências ainda resista tão fortemente a propiciar, no ensino fundamental, uma formação democrática que, ao proporcionar valores e conhecimentos, capacite e encoraje seus alunos a exercer ativamente sua cidadania na construção de uma sociedade melhor.

Em relação a formação democrática, Paulo Freire aponta que na constituição da sociedade brasileira, “[...] os analistas de nossa formação histórico-cultural têm insistido direta ou indiretamente na nossa “inexperiência democrática” (Freire, 2011, p. 90). Segundo o autor, isso ocorre devido à “[...] ausência, no tipo de formação que tivemos, daquelas condições necessárias à criação de um comportamento participante [...]” (2011, p. 90). Embora, enquanto sociedade, novas experiências relacionadas ao tema tenham ocorrido, ainda é preciso afirmar a relevância da construção da cultura democrática brasileira e acredita-se que a escola é um espaço privilegiado para essa formação.

A partir de Freire (2011), compreende-se que a educação pode ser um instrumento de transformação das práticas sociais relacionadas à participação, o

que possibilita uma relação renovada entre os sujeitos e a sociedade e uma abordagem transformadora dos desafios sociais enfrentados. Para isso, de acordo com Gracindo e Monlevade (2013, p. 51) seria necessário desenvolver “[...] conhecimentos, habilidades e atitudes que irão encaminhar a forma mediante a qual o indivíduo se vai relacionar com a sociedade, com a natureza e consigo mesmo, a partir da concepção de mundo, sociedade e educação que possui”.

Relacionado ao pensamento crítico, apontado pelos estudantes, Freire (2011, p. 127) observa que, “[...] quanto menos criticidade em nós, mais ingenuamente tratamos os problemas e discutimos superficialmente os assuntos”. O autor faz uma crítica à escola que utiliza métodos de memorização e desvinculados da realidade, pois esses métodos não promovem a prática reflexiva e crítica entre os educandos, contribuindo para “uma posição ingênua” destes, não motivando-os a posições “[...] mais indagadoras, mais inquietas, mais criadoras” (Freire, 2011, p. 126). Nesse contexto, acredita-se que a participação e colaboração dos estudantes nas análises dos problemas e nos debates sobre assuntos e decisões escolares proporcionam um aprendizado essencial para sua formação, uma vez que estão conectadas à realidade em que vivem.

Para Gadotti (2014) a participação e a autonomia são próprias do ato pedagógico. “A participação é um pressuposto da própria aprendizagem. Mas, formar para a participação é, também, formar para a cidadania [...]” (2014, p. 1). Nesse sentido, considera-se que a gestão escolar democrática é o meio mais adequado para sustentar essas práticas. Para o autor, “[...] não tem sentido falar de gestão democrática no contexto de uma educação tecnocrática ou autoritária. Ela deve ser coerente com uma concepção democrática e emancipadora da educação” (Gadotti, 2014, p. 2).

Em relação a gestão, pondera-se que, apenas estabelecer mecanismos de participação não é suficiente, é crucial também criar condições adequadas para que ela ocorra. Além disso, Gadotti (2014) destaca que, para que a participação seja significativa, é necessário que os participantes possuam um entendimento prévio dos assuntos que serão discutidos. Isso implica em uma participação ativa na realidade em questão, proporcionando um espaço de ensino-aprendizagem que transcende os limites da sala de aula e do currículo. Trata-se de um processo permanente a ser construído coletivamente. Portanto, entende-se que

[...] o contexto institucional e sociocultural educa, que o ambiente social existente na escola educa, significa dizer que os modos de funcionamento da escola são práticas educativas, eles educam e ensinam, propiciam aprendizagens, produzem mudanças no modo pensar e agir das pessoas. (Libâneo, 2015, p. 2)

Dessa forma, enfatiza-se a importância da participação nos debates e nas decisões escolares como uma forma privilegiada de formação dos estudantes. Os meios possíveis para essa participação incluem órgãos colegiados, a construção dos projetos pedagógicos, o funcionamento do grêmio estudantil, as eleições escolares, entre outras oportunidades. Isso não diminui a relevância de outros espaços escolares, mas destaca que todos os espaços na escola educam e devem ser planejados em consonância aos objetivos educacionais da instituição.

Compreende-se, portanto, que a valorização dos espaços de participação e a formação que eles podem proporcionar só são possíveis em uma gestão escolar democrática. Contudo, essa relação não ocorre automaticamente. Para que a experiência da participação discente nesses espaços contribua positivamente para sua formação, a instituição precisa ter esta intencionalidade bem definida. Isso se conecta aos objetivos da gestão democrática expostos nos documentos orientadores do IFRS e do *Campus* Restinga, mas exige discussões e planejamento adequados.

Categoria III - Obstáculos à participação estudantil nos órgãos colegiados

Os estudantes foram consultados sobre sua participação nos órgãos colegiados do IFRS - *Campus* Restinga e, embora nas categorias anteriores tenha-se identificado uma percepção adequada sobre a participação estudantil nos órgãos colegiados e uma compreensão positiva das contribuições que esta prática pode trazer para a sua formação, destaca-se que, dos 77 respondentes, 63 (81,81 %) nunca participaram de nenhum dos órgãos, enquanto 14 já participaram de um ou mais desses espaços. As respostas indicam que os estudantes que participam ou já participaram de algum órgão colegiado tendem a se envolver em mais de um desses espaços.

Com base nesses dados, conclui-se que a participação dos estudantes nos espaços analisados é reduzida. No entanto, verifica-se que os núcleos voltados para

ações afirmativas, inclusão e diversidade, embora represente uma pequena porcentagem, são os espaços mais mencionados pelos estudantes. Esses núcleos apresentam funcionamento diferente das comissões. Enquanto as comissões possuem número definido de representantes estudantis em sua composição, eleitos por meio de edital entre seus, os núcleos como o NEPGS, NEABI e NAPNE possibilitam a participação aberta a todos os interessados. As atividades desenvolvidas pelos núcleos têm como objetivo a “[...] construção de uma instituição inclusiva, permeada por valores democráticos e pelo respeito à diferença e à diversidade” (IFRS, 2014. p. 3). Nesse sentido, cada um dos núcleos mencionados trata de um tema relacionado à inclusão e que são relevantes para sociedade. O trabalho desenvolvido nesses espaços possibilita um impacto positivo na permanência dos estudantes e na construção de uma educação de respeito às diferenças.

Uma possível explicação para a participação ser maior nesses espaços pode estar relacionada ao público desta pesquisa ser composto por jovens. De acordo com Carrano (2012, p. 94), “[...] os jovens tendem a se engajar mais em causas do que em instituições”. Para o autor

Uma das hipóteses mais correntes no debate sobre a participação contemporânea dos jovens é a que reconhece as novas formas da participação política dos jovens: o lugar da cultura, os agrupamentos em torno de novas temáticas relacionadas ao campo simbólico, aos usos da internet e redes sociais virtuais, etc. É preciso cuidar, contudo, para evitar a ocorrência de uma espécie de ruptura epistemológica apressada que desprezaria as tradições da militância estudantil, partidária e sindical. No lugar de desprezar esses campos de atuação é preciso compreendê-los tal como são praticados nos dias de hoje, onde ainda acontecem e se fazem presentes (2012, p. 93)

Sob essa perspectiva, os núcleos representam novas formas de participação escolar, abordando temas atuais de maneira menos formal em comparação aos demais órgãos colegiados. No entanto, observa-se que a participação nesses espaços ainda é limitada.

Quando questionados sobre os motivos que os levam a não participarem dos órgãos colegiados, os seguintes temas foram mencionados predominantemente: falta de interesse, falta de informação e falta de tempo. Em relação a eles, algumas respostas relacionadas são descritas a seguir:

Quadro 6 – Fatores que contribuem para a não participação

E8	Por não ter muita noção do que são não me despertou o interesse.
E9	Não tenho interesse de participar em nenhum, mas acho o NEPGS e NEABI interessantes, queria que tivessem esse ano.
E18	Não conhecia, mas tenho vontade de participar futuramente.
E22	Muitos desses não ouvi falar e não conseguiria participar também, por falta de tempo.
E29	O motivo principal é os horários. Não tenho tempo para participar dos órgãos colegiados.
E33	Não sabia da existência de alguns deles, e dos que conhecia, não sabia da possibilidade de poder participar.

Fonte: autoria própria (2024)

Dessa forma, observa-se que as justificativas dos estudantes estão, em sua maioria, ligadas aos três motivos previamente mencionados, sendo que, para alguns, essas questões se entrelaçam. Um fator apontado foi a falta de tempo, sobre o tema, é importante considerar que as exigências dos cursos de ensino médio integrado do IFRS - *Campus Restinga*, são significativas. Em média, os cursos incluem 14 componentes curriculares por ano letivo, com uma carga horária total aproximada de 3.400 horas. Além disso, muitos estudantes dessa etapa de ensino realizam estágios não obrigatórios e remunerados, estágios obrigatórios ou são bolsistas em projetos de ensino, pesquisa e extensão, frequentemente para ajudar nas despesas familiares. Essas condições inevitavelmente reduzem o tempo disponível para outras atividades.

Muitas respostas relatam a falta de interesse pela participação, entende-se que ela pode ocorrer por diversos motivos. No entanto, salienta-se que essas atividades, para a maioria dos jovens, não estão conectadas com suas vivências pessoais e não são suficientemente incentivadas no ambiente escolar. A respeito do papel da escola, Paro (2000, p. 30) ressalta:

Se a verdadeira democracia caracteriza-se, dentre outras coisas, pela participação ativa dos cidadãos na vida pública, considerados não apenas como titulares de direito, mas também como criadores de novos direitos, é preciso que a educação se preocupe com dotar-lhes das capacidades culturais exigidas para exercerem essas atribuições, justificando-se portanto a necessidade de a escola pública cuidar, de forma planejada e não apenas difusa, de uma autêntica formação do democrata.

Diante do exposto, destaca-se a necessidade de desenvolver capacidades

relacionadas à participação para que ela aconteça de maneira efetiva. Como afirma Freire (2011, p. 94), “[...] não há nada que mais contradiga e comprometa a emersão popular do que uma educação que não jogue o educando as experiências do debate e da análise dos problemas e que não lhe propicie condições de verdadeira participação”. portanto, espera-se que a escola tome medidas para envolver os estudantes em espaços e atividades participativas, buscando entender as razões para o desinteresse, repensando as formas de participação e valorizando o engajamento dos estudantes.

Tendo em vista o caráter multifatorial que influencia a participação, o fator juvenil também deve ser considerado para a criação de estratégias institucionais que incentivem essa prática. Para Dayrell (2003, p. 42), a juventude deve ser compreendida

[...] como parte de um processo mais amplo de constituição de sujeitos, mas que tem especificidades que marcam a vida de cada um. A juventude constitui um momento determinado, mas não se reduz a uma passagem; ela assume uma importância em si mesma. Todo esse processo é influenciado pelo meio social concreto no qual se desenvolve e pela qualidade das trocas que este proporciona.

Assim, as aprendizagens desenvolvidas nesse processo têm grande importância para os jovens, mas o impacto e relevância podem variar conforme a maneira como o processo é conduzido e sua conexão com a realidade e os interesses dos estudantes.

Os participantes também foram questionados sobre seu conhecimento em relação à finalidade dos órgãos colegiados. Sobre isso, 15 estudantes responderam que desconhecem a finalidade, 31 afirmaram que conhecem a finalidade de poucos deles, 22 marcaram conhecer a finalidade da maioria, e oito responderam que sim, sabem da finalidade dos órgãos colegiados. Portanto, aproximadamente 60% dos participantes da pesquisa conhecem pouco ou nada sobre a finalidade desses órgãos.

A constatação do pouco conhecimento dos estudantes em relação aos órgãos colegiados reforça a posição, relatada por eles, de que a falta de informações é um dos fatores para a baixa participação. Aos coordenadores foi feita a seguinte pergunta: Você incentiva os estudantes a participarem dos espaços mencionados (órgãos colegiados)? Os três participantes afirmam que incentivam a

participação, especialmente em conversas e anúncios em sala de aula.

Sendo assim, verifica-se que a participação discente demanda um esforço institucional que envolva planejamento, acompanhamento e debates sobre o tema. Portanto, é essencial que o trabalho de manter os estudantes informados e a forma de realizar esta ação sejam prioridades para a instituição, alinhando-se com os princípios de uma gestão democrática. Conforme Oliveira (2014, p. 20)

Aos responsáveis pela gestão escolar compete, portanto, promover a criação e a sustentação de um ambiente propício à participação plena, no processo social escolar, dos seus profissionais, de alunos e de seus pais, uma vez que se entende que é por essa participação que os mesmos desenvolvem consciência social crítica e sentido de cidadania.

Assim, a comunicação com os estudantes e o acesso à informação constituem parte importante para a gestão que busca envolver os demais segmentos em um processo colaborativo, onde todos têm voz e são incentivados a contribuir com as decisões que se relacionam à instituição. Dessa forma, a escola se torna não apenas um local de aprendizado acadêmico, mas também um espaço de formação para a cidadania e o pensamento crítico.

Para contribuir com esse processo, foi desenvolvido um produto educacional fundamentado no referencial teórico e nos resultados obtidos a partir da análise de dados, conforme será demonstrado na próxima seção.

5 PRODUTO EDUCACIONAL

Nesta seção, aborda-se o processo de definição do formato do produto educacional desenvolvido que teve como referência o processo de produção desta investigação, abrangendo também seu conteúdo, aplicação e avaliação. Parte-se do pressuposto que um dos requisitos para a realização de um curso de mestrado profissional é a criação de um produto educacional, o qual pode assumir diferentes formas. Nesse contexto, o produto educacional é entendido como

[...] o resultado de um processo criativo gerado a partir de uma atividade de pesquisa, com vistas a responder a uma pergunta ou a um problema ou, ainda, a uma necessidade concreta associados ao campo de prática profissional, podendo ser um artefato real ou virtual, ou ainda, um processo (Brasil, 2019, p. 16).

Para auxiliar nesse processo, foi realizada uma busca nos produtos educacionais que estão sendo produzidos nos IFs, entre os anos 2019 e 2023, disponibilizados nas bases: catálogo de teses e dissertações da Capes e o Observatório ProfEPT. Para tanto, utilizou-se o descritor “gestão democrática”, selecionando a área de concentração “educação profissional e tecnológica” que, após a filtragem, 35 produtos educacionais foram apontados, sendo que destes, seis foram selecionados, pois estão relacionados à gestão democrática e à participação discente. No Quadro 4 constam dados dos produtos escolhidos.

Quadro 7 – Produtos educacionais (Ano 2019 - 2023)

Produto	Ano	Autor/a	Instituição	Título	Finalidade
Material didático: Cartilha	2019	Carla Cristina Valois Lins Xavier	IFS - <i>Campus</i> Itabaiana	Gestão Escolar Democrática: um fazer de muitas mãos	Orientar os estudantes quanto aos mecanismos institucionais de participação na gestão escolar do IFS
Material didático: Cartilha	2021	Rosiene Silva De Araújo	IFAL - <i>Campus</i> Avançado Benedito Bentes	Concamp: a importância da participação estudantil para a construção da escola que sonhamos	Orientar a comunidade escolar, sobretudo os discentes, acerca da importância do conselho escolar, objetivando estimular a participação de maneira engajada no órgão

Material didático: Cards	2022	Gilmara Basilio Caetano	IFF - <i>Campus</i> Campos Centro	Participação discente na gestão democrática escolar IFF <i>Campus</i> Campos Centro	Gerar interação e estimular os estudantes em via de uma participação efetiva junto aos seus representantes e a gestão democrática da instituição
Material didático: E-book	2022	Carolina Machado e Andrade	IFNMG - <i>Campus</i> Montes Claros	A Gestão Escolar do IFNMG: como exercer a cidadania na escola?	Auxiliar na (in)formação dos alunos da EPT para o exercício da cidadania e fomentar o interesse pela participação desses alunos nos espaços de representação na gestão da escola
Material didático: E-book	2022	Luana Luiza de Souza Borges	IF Goiano - <i>Campus</i> Ceres	Diário de uma juventude participativa	Apropriação de conhecimento, reflexão, olhar crítico e que possa contribuir para o fortalecimento da cultura democrático-participativa nos espaços escolares
Material didático: Vídeo	2020	Rafaela Gandolfi Franzini	IFSP - <i>Campus</i> Catanduva	IFSP: uma vivência para a democracia	Contribuir para a percepção dos estudantes do <i>Campus</i> Catanduva sobre a existência de espaços democráticos de participação discente, assim como a importância dessa participação para a sua formação

Fonte: Elaborado pela autora a partir de dados disponíveis no *site* da Capes (2023)

Como se pode observar, dentro dos parâmetros estabelecidos, os produtos educacionais desenvolvidos apresentam formatos diversos, permitindo uma reflexão sobre as múltiplas possibilidades de sua elaboração. Essa diversidade apresenta ao pesquisador oportunidades para abordar o seu problema de pesquisa, possibilitando a adoção de diferentes metodologias, tanto na definição da tipologia do produto educacional quanto na abordagem de seu conteúdo.

Diante dessas considerações, o produto educacional oriundo deste estudo foi produzido a partir da análise dos dados obtidos por meio dos questionários, da análise documental, bem como da fundamentação teórica estruturada durante o percurso. Para tanto, seguiu as orientações emitidas pelo regulamento do programa, que menciona:

O ProfEPT tem como objetivo proporcionar formação em educação profissional e tecnológica, visando tanto a produção de conhecimentos como o desenvolvimento de produtos, por meio da realização de pesquisas

que integrem os saberes inerentes ao mundo do trabalho e ao conhecimento sistematizado (Brasil, 2022, p. 2).

Nesse sentido, as questões finais do questionário foram voltadas para obter informações que contribuíssem na elaboração do produto educacional. Para isso, foi formulada a seguinte pergunta aos estudantes: “Você é informado pelos servidores (diretor, professores, técnicos) sobre formas de participação dos estudantes na gestão do *campus*?” As respostas a esta pergunta revelaram que 33 estudantes (42,85%) responderam que “às vezes” são informados e 23 (29,87%) responderam que “nunca” e “raramente” recebem informações sobre possibilidades de participação na gestão do *campus*. Outros 21 estudantes (27,27%) mencionaram que recebem informações “muitas vezes” e “sempre”. Esses dados sugerem a necessidade de se intensificar os meios de divulgação das informações junto à comunidade estudantil.

Sobre os mecanismos que estão sendo utilizados para a disseminação das informações, os estudantes foram indagados sobre os meios pelos quais as recebem. A resposta mais mencionada, com 44 ocorrências, foi o “*e-mail*”, seguida da opção “o/a professor/a em sala de aula”, mencionada 35 vezes, e das “redes sociais” do *Campus Restinga*, com 14 menções. Como se percebe, o *e-mail* é o meio mais utilizado pelo *Campus Restinga* para enviar informações para os estudantes, assim como a comunicação oral, presencial e direta, possivelmente em sala de aula pelos professores.

Com o intuito de propor um produto educacional que atenda aos objetivos estabelecidos na pesquisa, foram solicitadas sugestões aos estudantes para a construção desse material. As respostas obtidas concentraram-se em dois temas principais: o primeiro relacionado à forma de divulgação do material, e o segundo às características que ele deve possuir. No que diz respeito à divulgação das informações sobre a participação nos órgãos colegiados, as sugestões foram variadas. Alguns exemplos mais prevalentes em termos numéricos incluem: utilização de cartazes, divulgação por *e-mail*, por meio das redes sociais, ou utilizando panfletos, entre outras possibilidades menos mencionadas. As sugestões referentes às características do material podem ser sintetizadas da seguinte forma: ele deve ser de fácil compreensão, completo e explicativo, além de simples e direto.

Assim, a análise de dados evidenciou a importância de alinhar o produto

educacional ao aprimoramento das informações disponibilizadas aos estudantes, tanto em termos de acesso quanto na forma como essas informações são apresentadas. Outro dado importante apontado pelos próprios discentes foi a necessidade de compreender como a participação nos órgãos colegiados pode ser benéfica para os estudantes.

Com base nessas considerações, definiu-se, em conformidade com publicação da Capes, área de ensino, que o produto educacional desenvolvido seria classificado como material textual, caracterizado como material didático. Intitulado “Guia de participação discente nos órgãos colegiados do IFRS - *Campus Restinga*”, o material tem como público-alvo os estudantes da instituição e foi concebido com o propósito de divulgar e oferecer orientações, bem como facilitar ou apoiar o desenvolvimento de experiências de aprendizado (Kaplún, 2003).

Sua construção foi orientada pelos três eixos apresentados por Kaplún (2003). De acordo com o autor, o eixo conceitual está relacionado à escolha, organização e estruturação dos conteúdos. Já a elaboração do eixo pedagógico requer uma análise detalhada do público-alvo, com a finalidade de identificar os principais conceitos referentes à temática abordada. Por fim, o eixo comunicacional sugere estabelecer uma forma concreta de interação com o público. Kaplún (2003) afirma que o eixo pedagógico desempenha o papel de articulador entre os outros dois e, embora haja essa centralidade, a relação entre os três eixos é interdependente.

O material foi elaborado com linguagem clara e acessível, visando facilitar a compreensão por parte do público-alvo. Além disso, apresenta um design que incorpora elementos visuais e cores atrativas ao público jovem. O arquivo, disponível em formato PDF, pode ser acessado e compartilhado com facilidade. O conteúdo totaliza 28 páginas, organizadas de maneira didática e objetiva. A seguir, são exibidas algumas páginas que compõem o guia, iniciando pela Figura 2, a qual ilustra as páginas iniciais do guia.

Figura 2 – Capa e conteúdo do PE



Fonte: Elaborado pela autora (2024)

O produto educacional abordou conceitos essenciais como participação e gestão democrática da educação, compreende-se que são conceitos fundamentais para promover uma reflexão crítica sobre a atuação nos órgãos colegiados institucionais. Ao discutir esses temas o material busca incentivar as práticas inclusivas e colaborativas, fortalecendo a autonomia e o engajamento. Na Figura 3, apresentam-se exemplos do conteúdo presente no PE.

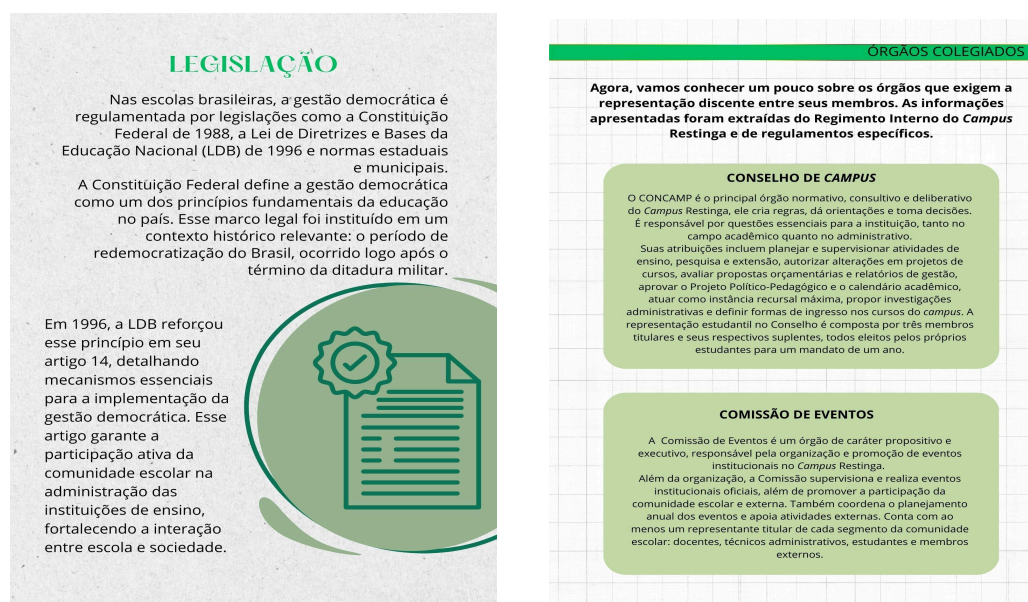
Figura 3 – Conceitos tratados no PE



Fonte: Elaborado pela autora (2024)

O material também apresentou informações sobre os espaços de participação que compõem os órgãos colegiados da instituição, destacando suas funções e a importância da representação estudantil. Além disso, apresentou dados específicos sobre a composição desses órgãos, incluindo o número de representantes discentes, conforme exemplificado na Figura 4.

Figura 4 – Legislação e órgãos colegiados no PE



Fonte: Elaborado pela autora (2024)

Ademais, o material oferece orientações práticas sobre os diferentes meios de participação nesses espaços, indicando os documentos normativos que regulamentam seus objetivos, atribuições e funcionamentos. Dessa forma, buscou-se esclarecer não apenas como os sujeitos podem se engajar, mas também quais instrumentos institucionais garantem a legitimidade e organização desses processos. Esses elementos visam aprimorar a participação democrática na escola promovendo uma gestão alinhada aos princípios da educação pública.

5.1 Avaliação do produto educacional

A avaliação do “Guia para participação discente nos órgãos colegiados do IFRS - *Campus Restinga*”, constitui uma etapa fundamental no processo de validação do produto educacional. Após sua elaboração, foi conduzido um processo avaliativo por meio de um questionário, estruturado em formato de um formulário

eletrônico, utilizando a plataforma *Google Forms*, que foi enviado o link de acesso por e-mail aos estudantes, acompanhado do arquivo do produto (guia), conforme consta no APÊNDICE D. O público selecionado para essa avaliação correspondeu ao mesmo grupo ao qual o produto educacional se destina: estudantes dos cursos técnicos integrados ao ensino médio. No entanto, devido ao período de férias escolares, o número de respostas foi limitado a oito participantes.

O questionário foi composto por 11 questões, sendo uma delas aberta e as demais fechadas. As perguntas foram elaboradas com base em critérios que visavam avaliar a percepção dos participantes em relação a aspectos como atração, compreensão, envolvimento, aceitação e mudança ou ação (Ruiz *et al.*, 2014). A primeira questão buscou verificar se o formato do guia era considerado atrativo. Nesse sentido, três participantes afirmaram concordar, enquanto cinco concordaram totalmente com a assertiva. Além disso, todos os respondentes consideraram adequado o uso de recursos e imagens, manifestando concordância ou concordância total com essa avaliação. Esses resultados indicam que o design do produto educacional foi aprovado pelos participantes, sugerindo que a apresentação visual do material foi bem recebida.

A terceira questão do instrumento avaliativo questionou se os conteúdos apresentados no guia eram claros e acessíveis. Cinco participantes afirmaram concordar totalmente, enquanto três concordaram. Esse resultado demonstra que os estudantes consideraram o material de fácil compreensão. Na sequência, os respondentes foram questionados sobre a adequação do guia na abordagem de aspectos relacionados à participação nos órgãos colegiados. Quatro participantes declararam concordar totalmente, enquanto outros quatro afirmaram concordar. Esse equilíbrio nas respostas sugere que o guia foi considerado pertinente ao tema proposto.

A quinta questão buscou verificar se o guia ampliava os conhecimentos dos estudantes sobre a gestão democrática da educação e órgãos colegiados. Novamente, quatro participantes concordaram e quatro concordaram totalmente. Esse resultado indica que o produto educacional cumpriu seu papel de fornecer informações relevantes e promover a compreensão do tema. A sexta questão investigou se o guia facilitava o acesso a informações sobre a temática proposta. Cinco participantes concordaram totalmente, enquanto três concordaram,

reforçando a eficácia do material como ferramenta de disseminação de conhecimento.

A sétima questão avaliou se o guia considerou o público-alvo na apresentação dos conteúdos. Quatro participantes afirmaram concordar totalmente, enquanto os outros quatro concordaram. Essa unanimidade nas respostas sugere que o material foi desenvolvido de forma alinhada às necessidades e expectativas dos estudantes, promovendo envolvimento e aceitação. A oitava questão buscou verificar se o guia estimulou a reflexão sobre o tema abordado. Sete participantes afirmaram concordar, enquanto um declarou concordância total, sem qualquer manifestação de discordância. Esse resultado indica que o produto educacional cumpriu seu objetivo de promover a reflexão crítica sobre a participação nos órgãos colegiados.

A pergunta seguinte questionou se o tema despertou interesse nos participantes. Todos os respondentes concordaram que o assunto lhes despertou interesse, o que reforça a relevância do guia como ferramenta de engajamento. A décima questão teve como objetivo compreender se os estudantes se sentiram estimulados a participar dos órgãos colegiados após a leitura do guia. Sete participantes concordaram, e um concordou totalmente. Dessa forma, verifica-se que o produto educacional, além de promover a reflexão sobre o tema, também estimula a participação dos estudantes, atendendo ao propósito do material.

Por fim, a última questão do questionário apresentou formato aberto, solicitando sugestões ou comentários adicionais sobre o guia. Os participantes foram identificados pela letra “A”, correspondente à categoria de avaliador, seguida de um número que indica a ordem de suas respostas. Nenhuma sugestão de alteração ou inclusão foi apresentada, o que indica uma satisfação geral com o material. Portanto, não foram realizadas modificações no produto educacional após a avaliação. As respostas obtidas na última questão estão apresentadas no quadro abaixo:

Quadro 8 – Respostas à questão nº 11

A1	A princípio um trabalho bem elaborado com aspectos bem centrados em objetivos satisfatórios.
A2	Só acho que precisa de divulgação ampla.

A3	Gostei dele, só acho que poderíamos ser informados sobre eles ao ingressar no <i>Campus Restinga</i> .
A4	Nada a declarar.
A5	Não tenho sugestões
A6	Achei bem importante, pois não sabia dessas informações.
A7	Bem legal
A8	Considero importante para todos os alunos. Minha sugestão é que os estudantes tenham acesso e possam entender que participar é importante.

Fonte: Elaborado pela autora (2025).

Em síntese, os resultados da avaliação demonstram uma excelente aceitação do guia por parte do público-alvo. O material foi considerado atrativo, claro, relevante e eficaz em promover a reflexão e o engajamento dos estudantes. Esses resultados indicam que o guia se configura como uma ferramenta eficaz para o propósito a que se destina, atingindo seu objetivo de fomentar a participação discente nos órgãos colegiados do IFRS - *Campus Restinga*.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta dissertação teve como ponto de partida a experiência da pesquisadora enquanto servidora do IFRS - *Campus* Restinga e participante de órgãos colegiados institucionais. A oportunidade de investigação proporcionada pelo mestrado alinhou-se às inquietações e reflexões decorrentes dessa vivência, especialmente no que se refere à participação discente nos órgãos colegiados.

Sendo assim, o objetivo central da pesquisa foi analisar a participação dos estudantes nesses órgãos, com vistas a propor alternativas de ação que estimulem e fortaleçam sua atuação. Para tanto, buscou-se compreender os fundamentos da gestão democrática na educação, os processos de formação dos estudantes, a estrutura e o funcionamento dos órgãos colegiados do IFRS - *Campus* Restinga, bem como a participação dos discentes, considerando as juventudes como categoria social. Como resultado, propôs-se a elaboração de um material educativo (produto educacional) que contribua para fomentar a participação discente nesses espaços.

A pesquisa, de natureza qualitativa, valeu-se de análise documental, revisão bibliográfica e pesquisa de campo. Esta última foi realizada por meio de questionários com questões abertas e fechadas, que foram aplicados aos estudantes dos cursos técnicos integrados ao ensino médio e aos coordenadores desses cursos. A análise dos dados revelou que os estudantes reconhecem a importância de sua participação na gestão escolar, associando-a tanto aos seus direitos quanto à necessidade de contribuir para a construção de uma gestão democrática. No entanto, constatou-se que a participação efetiva dos discentes nos órgãos colegiados é limitada, sendo os principais obstáculos a falta de tempo, o desinteresse e a carência de informações sobre o funcionamento desses espaços.

Diante desses achados, o produto educacional desenvolvido buscou suprir a necessidade de maior acesso à informação sobre os órgãos colegiados, abordando temas como participação, gestão democrática da educação e as legislações que a sustentam. O material, elaborado em formato versátil e de fácil compartilhamento, impressão e acesso, pode ser utilizado em diversas situações, como em discussões com grupos de estudantes, em sala de aula por professores, ou como informativo para estudantes ingressantes, entre outras possibilidades.

O processo investigativo evidenciou a necessidade de repensar, em conjunto com os estudantes (inseridos na categoria social da juventude), formas alternativas de participação na gestão da instituição. Tais formas devem ser mais atrativas e significativas para esse grupo. Isso porque os modelos convencionais de participação têm apresentado indícios de rejeição por parte dos jovens (Ribeiro; Lânes; Carrano, 2005), o que exige a criação de estratégias que dialoguem com suas expectativas, interesses e linguagens, de modo a promover um engajamento mais efetivo e consistente. Contudo, esse aspecto não foi devidamente aprofundado no presente estudo, sugerindo-se que seja explorado com maior profundidade em pesquisas futuras.

Esta pesquisa reforça a importância da participação discente como elemento fundamental para a consolidação da gestão democrática nas instituições de ensino. Espera-se que o material produzido contribua para ampliar o engajamento dos estudantes nos órgãos colegiados, fortalecendo sua voz e sua presença nesses espaços de decisão e construção coletiva.

A gestão democrática configura-se como um dos princípios fundamentais da educação pública, conforme estabelecido pela Constituição Federal de 1988. Além disso, esse princípio é reconhecido como um dos valores institucionais do IFRS. Ao abordar essa temática, evidenciou-se que a gestão democrática está intrinsecamente vinculada a um conjunto de elementos normativos que visam assegurar e fomentar a participação da comunidade escolar nos processos decisórios institucionais. Nesse contexto, a presente pesquisa destacou a necessidade de um movimento institucional que promova e incentive a prática da gestão democrática, de modo a consolidar sua efetivação no âmbito educacional.

Ademais, constatou-se que a participação dos discentes nos espaços de gestão escolar não apenas é viável, mas também essencial para a formação desses estudantes. Essa participação contribui para o desenvolvimento de habilidades de debate, pensamento crítico e colaboração, alinhando-se ao ideal de uma educação humana, especialmente no contexto da educação profissional e tecnológica. Dessa forma, a gestão democrática transcende a mera formalidade legal, assumindo um papel central na construção de uma educação que valoriza a cidadania, a autonomia e o engajamento coletivo. Portanto, a pesquisa reforça a importância de práticas institucionais que fortaleçam a participação ativa da comunidade escolar, visando à consolidação de uma educação pública verdadeiramente democrática e

transformadora.

Espera-se que este estudo contribua para o debate sobre gestão democrática na EPT, considerando a participação discente como essencial para a construção de uma educação de qualidade, inclusiva e voltada para a formação cidadã. Na EPT, esse princípio de gestão assume um papel ainda mais relevante, pois busca alinhar o ensino às demandas do mundo do trabalho e à participação ativa de toda a comunidade escolar, incluindo os estudantes. O envolvimento dos discentes nesse processo fortalece a autonomia, promove o protagonismo juvenil e contribui para a tomada de decisões mais alinhadas com suas necessidades e expectativas.

Destarte, aventa-se ainda a necessidade da realização de novas pesquisas que busquem identificar outras particularidades relacionadas à participação discente na gestão democrática da EPT. A adoção de diferentes abordagens metodológicas pode ampliar a compreensão desse tema nos IFs e em outras iniciativas da EPT, contribuindo para o aprimoramento do planejamento e da organização dessa modalidade de ensino.

REFERÊNCIAS

ABRAMO, Helena Wendel. Considerações sobre a tematização social da juventude no Brasil. **Rev. Brasileira de Educação**. [online]. n. 05-06, p. 25-36. 1997. Disponível em: <http://educa.fcc.org.br/pdf/rbedu/n05-06/n05-06a04.pdf>. Acesso em: 19 fev. 2025.

ABRAMO, Helena Wendel. Condição juvenil no Brasil contemporâneo. In: ABRAMO, Helena Wendel; BRANCO, Pedro Paulo Martoni (orgs.) **Retratos da juventude brasileira: análises de uma pesquisa nacional**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2008.

ANDRADE, Carolina Machado e. **Participação discente na gestão escolar democrática: um ebook com história em quadrinhos como proposta de (in)formação dos alunos da educação profissional e tecnológica para o exercício da cidadania**. 2022. 155 f. Dissertação (Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica) - Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Norte de Minas Gerais - Montes Claros, 2022. Disponível em: <https://ifnmg.edu.br/dissertacoes-e-produtos-educacionais-profepet>. Acesso em: 20 fev. 2025.

ARAÚJO, Neila Prestes. **Origens do Bairro Restinga, entre versões, a inversão do olhar sobre a memória: uma história autocentrada no discurso do sujeito subalterno sobre o processo de ocupação da comunidade entre 1967 – 1971**. 2019. 265 f. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2019. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/212730/001114234.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 19 fev. 2025.

ARAÚJO, Rosiene Silva de. **Conselho Escolar na rede de educação profissional e tecnológica: orientação à participação engajada no Conselho de Campus**. 2021. 136 f. Dissertação de Mestrado (Mestrado em Educação Profissional e Tecnológica) Instituto Federal de Alagoas, Campus Avançado Benedito Bentes, Maceió, 2021. Disponível em: <https://www2.ifal.edu.br/profepet/dissertacoes/2021>. Acesso em: 19 fev. 2025.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Persona. 2016. Disponível em: [https://madmunifacs.files.wordpress.com/2016/08/anc3a1lise-de-contec3bado-lauren](https://madmunifacs.files.wordpress.com/2016/08/anc3a1lise-de-contec3bado-lauren-ce-bardin.pdf)
ce-bardin.pdf. Acesso em: 19 fev. 2025.

BORDENAVE, Juan Enrique Diaz. **O que é participação?** 8. ed. São Paulo: Brasiliense, 2002.

BORGES, Luana Luíza de Souza. **Autonomia do educando na educação profissional e tecnológica: a gestão democrático-participativa como espaço formativo**. 2022. Dissertação (Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica) - Instituto Federal Goiano - Ceres, 2022. Disponível em: https://sistemas.ifgoiano.edu.br/sgcursos/index.php?id_curso=MTU=&p=pos-gradua

cao#. Acesso em: 20 fev. 2025.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 19 fev. 2025.

BRASIL. **Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990**. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8069.htm. Acesso em: 19 fev. 2025.

BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, DF, 1996. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm. Acesso em: 19 fev. 2025.

BRASIL. **Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008**. Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, e dá outras providências. Diário Oficial da União. Brasília, DF, 29 dez. 2008b. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/l11892.htm. Acesso em: 19 fev. 2025.

BRASIL. **Lei nº 12.852, de 05 de agosto de 2013**. Institui o Estatuto da Juventude e dispõe sobre os direitos dos jovens, os princípios e diretrizes das políticas públicas de juventude e o Sistema Nacional de Juventude - SINAJUVE. 2013. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2013/lei/l12852.htm. Acesso em: 19 fev. 2025.

BRASIL. **Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014**. Aprova o Plano Nacional de Educação - PNE e dá outras providências. Brasília, DF. 2014. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/l13005.htm. Acesso em 19 fev. 2025.

BRASIL, Ministério da Educação. **Documento de área**. Ensino, área 46. CAPES. Brasília, DF, 2019. Disponível em: <https://www.gov.br/capes/pt-br/centrais-de-conteudo/ENSINO.pdf>. Acesso em: 19 fev. 2025.

BRASIL, Ministério da Educação. **Regulamento Geral**: Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica em Rede Nacional. 2022. Disponível em: https://profep.ifes.edu.br/images/stories/ProfEPT/Regulamentos/4Regulamento_Geral_ProfEPT_2023.pdf. Acesso em: 19 fev. 2025.

CAETANO, Gilmara Basilio. **A participação discente na gestão democrática escolar na perspectiva da formação integral**: um estudo de caso no Instituto Federal Fluminense Campus Campos Centro. 2022. 136 f. Dissertação (Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica) - Instituto Federal Fluminense - Campos dos Goytacazes, 2022. Disponível em: <https://portal1.iff.edu.br/ensino-pesquisa-e-extensao/pesquisa-e-inovacao/pos-graduacao-stricto-sensu/mestrado-profissional-em-educacao-profissional-e-tecnologica/di>

ssertacoes-1/a-participacao-discente-na-gestao-democratica-escolar-na-perspectiva-da-formacao-integral-um-estudo-de-caso-no-instituto-federal-fluminense-campus-campocentro. Acesso em: 20 fev. 2025.

CARRANO, Paulo César Rodrigues. Juventude e participação no Brasil: interdições e possibilidades. **Ensino médio em diálogo**. Rio de Janeiro, 2006. Disponível em: http://www.emdialogo.uff.br/sites/default/files/juventudeeparticipacaonobrasil_revista_ibase.pdf. Acesso em: 19 fev. 2025.

CARRANO, Paulo César Rodrigues. Juventude e participação social no Brasil: evidências de um diálogo nacional com jovens de regiões metropolitanas. In: XXVI Congresso de la Asociación Latinoamericana de Sociología, 2007, Guadalajara. **Anais...** Guadalajara: Asociación Latinoamericana de Sociología. Disponível em: <https://www.aacademica.org/000-066/1745>. Acesso em: 19 fev. 2025.

CARRANO, Paulo. Jovens, escolas e cidades: desafios à autonomia e à convivência. **Revista Teias**, Rio de Janeiro, v. 12, n. 26, p. 16, 2011. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/revistateias/article/view/24209>. Acesso em: 19 fev. 2025.

CARRANO, Paulo. A participação social e política de jovens no Brasil: considerações sobre estudos recentes. **Rev. O Social em Questão**. Ano XV - n. 27 - 2012. p. 83 - 100. Disponível em: <https://osocialemquestao.ser.puc-rio.br/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?inoid=54&post%5Fdata=user%3Dnil%26UserActiveTemplate%3Dnil%26sid%3D16&sid=16>. Acesso em: 19 fev. 2025.

CURY, Carlos Roberto Jamil. A gestão democrática na escola e o direito à educação. **Revista Brasileira de Política e Administração da Educação - Periódico científico editado pela ANPAE**, [S. l.], v. 23, n. 3, 2007. DOI: 10.21573/vol23n32007.19144.

DAYRELL, Juarez. O jovem como sujeito social. **Rev. Brasileira. Educ.** [online]. 2003, n. 24, p. 40-52. ISSN 1413-2478. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbedu/i/2003.n24/>. Acesso em: 19 fev. 2025.

DAYRELL, Juarez. A escola “faz” as juventudes? Reflexões em torno da socialização juvenil. **Rev. Educação e Sociedade**, Campinas, v. 28, n. 100 - Especial, p. 1105-1128, out. 2007. <https://doi.org/10.1590/S0101-73302007000300022>.

DAYRELL, Juarez; GOMES, Nilma Lino; LEÃO, Geraldo. Escola e participação juvenil: é possível esse diálogo? **Educar em Revista**, Curitiba, Brasil, n. 38, p. 237-252, set./dez. 2010. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0104-40602010000300016>.

DAYRELL, Juarez; CARRANO, Paulo César Rodrigues. Juventude e ensino médio: quem é este aluno que chega à escola. In: DAYRELL, Juarez; CARRANO, Paulo César Rodrigues; MAIA, Carla Linhares (orgs.) **Juventude e ensino médio: sujeitos e currículos em diálogo**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2014.

DOURADO, Luiz Fernandes. **Gestão em educação escolar**. 4. ed. Cuiabá: UFMT / Rede e-Tec Brasil, 2012.

FERREIRA, Liliana Soares. Análise dos movimentos de sentidos sobre trabalho pedagógico na pesquisa em educação. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, v. 27, 2022. DOI: <https://doi.org/10.1590/S1413-24782022270014>.

FLICK, Uwe. **Uma Introdução à pesquisa qualitativa**. Porto Alegre: Bookman, 2004.

FRANZINI, Rafaela Gandolfi. **A utilização de um vídeo informativo para o despertar da práxis democrática dos estudantes do ensino médio integrado do IFSP**. Catanduva. 2020. Dissertação (Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica) - Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo - Sertãozinho, 2020. Disponível em: <https://repositorio.ifsp.edu.br/items/36ef913e-efb0-464d-a3e6-b58725e6b640>. Acesso em: 20 fev. 2025.

FREIRE, Paulo. **Educação como prática da liberdade**. 34. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2011.

FRIZZO, Giovanni Felipe Ernst; FERREIRA, Liliana Soares; RIBAS, João Francisco Magno. A relação trabalho-educação na organização do trabalho pedagógico da escola capitalista. **Educação**, Santa Maria, v. 38, n. 3, set./dez. p. 553-564, 2013. DOI: <https://doi.org/10.5902/198464448987>

GADOTTI, Moacir. Gestão democrática com participação popular. In: **Conferência nacional de educação**, 2014, Brasília: Instituto Paulo Freire, 2014. Disponível em: <https://www.jaciara.mt.gov.br/arquivos/anexos/05062013105125.pdf>. Acesso em: 19 fev. 2025

GAMALHO, Nola Patrícia. **A produção da periferia: das representações do espaço ao espaço de representação no Bairro Restinga - Porto Alegre/RS**. Porto Alegre. 2009. 159 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2009. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/handle/10183/16658>. Acesso em: 20 fev. 2025.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

GRACINDO, Regina Vinhaes; MONLEVADE, João Antônio Cabral de. **Gestão democrática nos sistemas e na escola**. 4. ed. atualizada e revisada – Cuiabá: Universidade Federal de Mato Grosso / Rede e-Tec Brasil, 2013.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO RIO GRANDE DO SUL. **Estatuto do IFRS**. Aprovado pela Resolução do Conselho Superior do IFRS nº 07, de 20 de agosto de 2009. Bento Gonçalves: IFRS, 2009. Disponível em: https://ifrs.edu.br/wp-content/uploads/2018/12/Anexo_Res_027_2017_Estatuto.pdf. Acesso em: 19 fev. 2025.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO RIO GRANDE DO SUL. **Política de ações afirmativas**. Bento Gonçalves: IFRS, 2014. Disponível em: <https://ifrs.edu.br/wp-content/uploads/2017/09/resolucao-22-14.pdf>. Acesso em: 19 fev. 2025.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO RIO GRANDE DO SUL. **Regimento dos campi do IFRS**. Bento Gonçalves: IFRS, 2017. Disponível em: https://restinga.ifrs.edu.br/site/midias/arquivos/2017926205247724consup_resolucao_054_17_completa__regimento_interno_dos_campi.pdf. Acesso em: 19 fev. 2025.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO RIO GRANDE DO SUL. **Regimento Geral do IFRS**. Bento Gonçalves: IFRS, 2017(b). Disponível em: https://ifrs.edu.br/wp-content/uploads/2019/01/Regimento_Geral_dezembro_2018.pdf. Acesso em: 19 fev. 2025.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO RIO GRANDE DO SUL. **Regimento Interno complementar do IFRS - Campus Restinga**. Porto Alegre, 2018. Disponível em: https://ifrs.edu.br/restinga/wp-content/uploads/sites/5/2021/06/Regimento_interno_complementar_v.06.2021.pdf. Acesso em: 19 fev. 2025.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO RIO GRANDE DO SUL. **Plano de Desenvolvimento Institucional (2024 – 2028)**. Bento Gonçalves: IFRS, 2023. Disponível em: https://docs.google.com/document/d/1MZMGCxCXSNK-30gbbpYkrtWVegJe_TW_NyjloNNqN0wk/edit. Acesso em: 19 fev. 2025.

KAPLÚN, Gabriel. Material educativo: a experiência de aprendizado. **Comunicação & Educação**, São Paulo, v. 27, n. 9, p. 46-60, maio./ago. 2003. DOI: <https://doi.org/10.11606/issn.2316-9125.v0i27p46-60>

LEÃO, Geraldo; DAYRELL, Juarez Tarcísio; REIS, Juliana Batista dos. Juventude, projetos de vida e ensino médio. **Educ. Soc.**, Campinas, v. 32, n. 117, p. 1067-1084, out./dez. 2011. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0101-73302011000400010>.

LIBÂNEO, José Carlos; OLIVEIRA, João Ferreira de; TOSCHI, Mirza Seabra. **Educação escolar**: políticas, estrutura e organização. 10. ed. rev. e ampl. São Paulo: Cortez, 2012.

LIBÂNEO, José Carlos. **Práticas de organização e gestão da escola**: objetivos e formas de funcionamento a serviço da aprendizagem de professores e alunos. 2015 Disponível em: https://www.cascavel.pr.gov.br/arquivos/11022015_jose_carlos_libaneo_i.pdf. Acesso em: 19 fev. 2025.

LUCE, Maria Beatriz; MEDEIROS, Isabel Letícia Pedroso de. **Gestão democrática na**

e da educação: concepções e vivências. In: LUCE, Maria Beatriz; MEDEIROS, Isabel Letícia Pedrosa de (orgs.). **Gestão escolar democrática: concepções e vivências**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2006.

LÜCK, Heloísa. **Concepções e processos democráticos de gestão educacional**. São Paulo: Vozes, 2012. E-book.

LÜDKE, Menga; ANDRÉ, Marli Elisa Dalmazo Afonso. **Pesquisa em educação: abordagens qualitativas**. São Paulo: Editora Pedagógica e Universitária, 1986.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de metodologia científica**. 5 ed. São Paulo: Atlas, 2010.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. 21. ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2002.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde**. 7 ed. São Paulo: Hucitec; Rio de Janeiro: Abrasco, 2000.

NUNES, Mirelle Barcos. **Trajetórias educacionais e profissionais de egressos do curso técnico em guia de turismo do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul - Campus Restinga**. 2018. 234 f. Tese (Doutorado em Educação) Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul - PUC, Porto Alegre, 2018. Disponível em: <https://tede2.pucrs.br/tede2/handle/tede/8259>. Acesso em: 20 fev. 2025.

OLIVEIRA, Maria Auxiliadora Monteiro (org.). **Gestão educacional: novos olhares, novas abordagens**. 10. ed. São Paulo: Vozes, 2014.

PARO, Vitor Henrique; Educação para a democracia: o elemento que falta na discussão da qualidade do ensino. **Revista Portuguesa de Educação**, v. 13, n. 1, 2000, p. 23-38 Universidade do Minho Braga, Portugal. Disponível em: <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=37413103>. Acesso em: 19 fev. 2025.

PARO, Vitor Henrique. A educação, a política e a administração: reflexões sobre a prática do diretor de escola. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 36, n.3, p. 763-778, set./dez. 2010. DOI: <https://doi.org/10.1590/S1517-97022010000300008>.

PARO, Vitor Henrique. **Gestão democrática da escola pública**. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2016.

RIBEIRO, Eliane; LÂNES, Patrícia; CARRANO, Paulo. **Juventude Brasileira e Democracia: participação, esferas e políticas públicas: relatório final**. Ibase e Instituto Pólis, 2005. Disponível em: <https://www.mprs.mp.br/media/areas/infancia/arquivos/democracia.pdf>. Acesso em: 03 mar. 2024

RICHARDSON. Roberto Jarry *et al.* **Pesquisa social: métodos e técnicas**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 1999.

RODRIGUES, Alessandra Cristina; SOUZA, Cleia Renata Teixeira de. Educação e democracia no ambiente escolar. **Perspectivas em Diálogo**: revista de educação e sociedade. Naviraí, v. 09, n. 20, p. 360-378, maio/ago. 2022. DOI:

<https://doi.org/10.55028/pdres.v9i20.15417>.

RODRIGUES, Márcio Urel (org.). **Análise de conteúdo em pesquisas qualitativas na área da educação matemática**. Curitiba: Editora CRV, 2019.

RUIZ, Luciana; MOTTA, Luis; BRUNO, Daniela; DEMONTE, Flavia; TUFRÓ, Lucila. Producción de materiales de comunicación y educación popular. **Curso Anual de Comunicación Popular**. Buenos Aires: Departamento de Publicaciones de la Facultad de Derecho y Ciencias Sociales de la Universidad de Buenos Aires. 1ª Ed. 2014. Disponível em:

<https://www.sociales.uba.ar/wp-content/blogs.dir/219/files/2015/07/2-Prod-Materiales-B.pdf>. Acesso em: 19 fev. 2025.

SILVEIRA, Denise Tolfo; CÓRDOVA, Fernanda Peixoto. A pesquisa científica. In: SILVEIRA, Denise Tolfo; GERHARDT, Tatiana Engel (orgs.). **Métodos de pesquisa**. Porto Alegre: Editora UFRGS, 2009.

SOUZA, Suzy Vieira Março de. **Gestão escolar**: concepções e práticas. Rio de Janeiro: Freitas Bastos, 2023.

VEIGA, Ilma Passos Alencastro. **Projeto político-pedagógico da escola**: uma construção possível. 24. ed. Campinas, SP, Papirus, 2008.

XAVIER, Carla Cristina Valois Lins. **Gestão democrática na educação profissional e tecnológica**: um olhar para participação estudantil na (re)construção do espaço pedagógico. 2019. 163 f. Dissertação (Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica) - Instituto Federal de Sergipe - Aracaju, 2019. Disponível em: <https://repositorio.ifs.edu.br/biblioteca/handle/123456789/1102>. Acesso em: 20 fev. 2025.

YIN, Robert K. **Estudo de caso**: planejamento e métodos. Porto Alegre: Bookman, 2005.

APÊNDICE A – PRODUTO EDUCACIONAL



Guia de participação discente
nos órgãos colegiados do

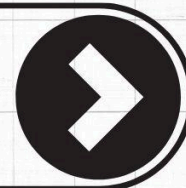
IFRS - *CAMPUS* RESTINGA

Tanise Fernandes de Lima
autora

Josimar de Aparecido Vieira
coautor



Catálogo



Aqui você encontrará:

- Participação;
- Gestão democrática da educação;
- Gestão democrática da educação na legislação;
- Gestão democrática no IFRS;
- Os órgãos colegiados no IFRS - *Campus Restinga*;
- Como participar?



Apresentação

Este produto educacional foi elaborado com base na pesquisa intitulada "Gestão democrática na Educação Profissional e Tecnológica: participação discente no IFRS - *Campus Restinga*", conduzida no âmbito do Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional e Tecnológica (ProfEPT). O principal objetivo da pesquisa foi examinar a participação dos estudantes em órgãos colegiados – como conselhos, núcleos e comissões – e sugerir estratégias que promovam maior engajamento nesses espaços.

Este Guia apresenta informações sobre a participação discente, a gestão democrática da educação e os fundamentos legais que a respaldam. Também descreve os órgãos colegiados que integram a estrutura organizacional da instituição, com o propósito de garantir e promover a inclusão dos diferentes segmentos da comunidade escolar nos processos de debate e tomada de decisões, impactando tanto as dinâmicas educacionais quanto as administrativas.

A expectativa é que este Guia contribua para ampliar a compreensão sobre os órgãos colegiados e a gestão democrática na instituição, incentivando o envolvimento ativo dos estudantes, fortalecendo a comunidade escolar e preparando-os para atuar como cidadãos conscientes e responsáveis.

A PARTICIPAÇÃO

Olá, estudante!

Iniciaremos abordando o significado e a relevância da participação, que pode ser compreendida como o envolvimento ativo em processos e decisões que impactam tanto a nossa vida quanto a da comunidade e, de forma mais ampla, a sociedade.

“A participação é o caminho natural para o homem exprimir sua tendência inata de realizar, fazer coisas, afirmar-se a si mesmo e dominar a natureza e o mundo. Além disso, sua prática envolve a satisfação de outras necessidades não menos básicas, tais como a interação com os demais homens, a auto-expressão, o desenvolvimento do pensamento reflexivo, o prazer de criar e recriar coisas, e, ainda, a valorização de si mesmo pelos outros” (Bordenave, 2002, p. 16).

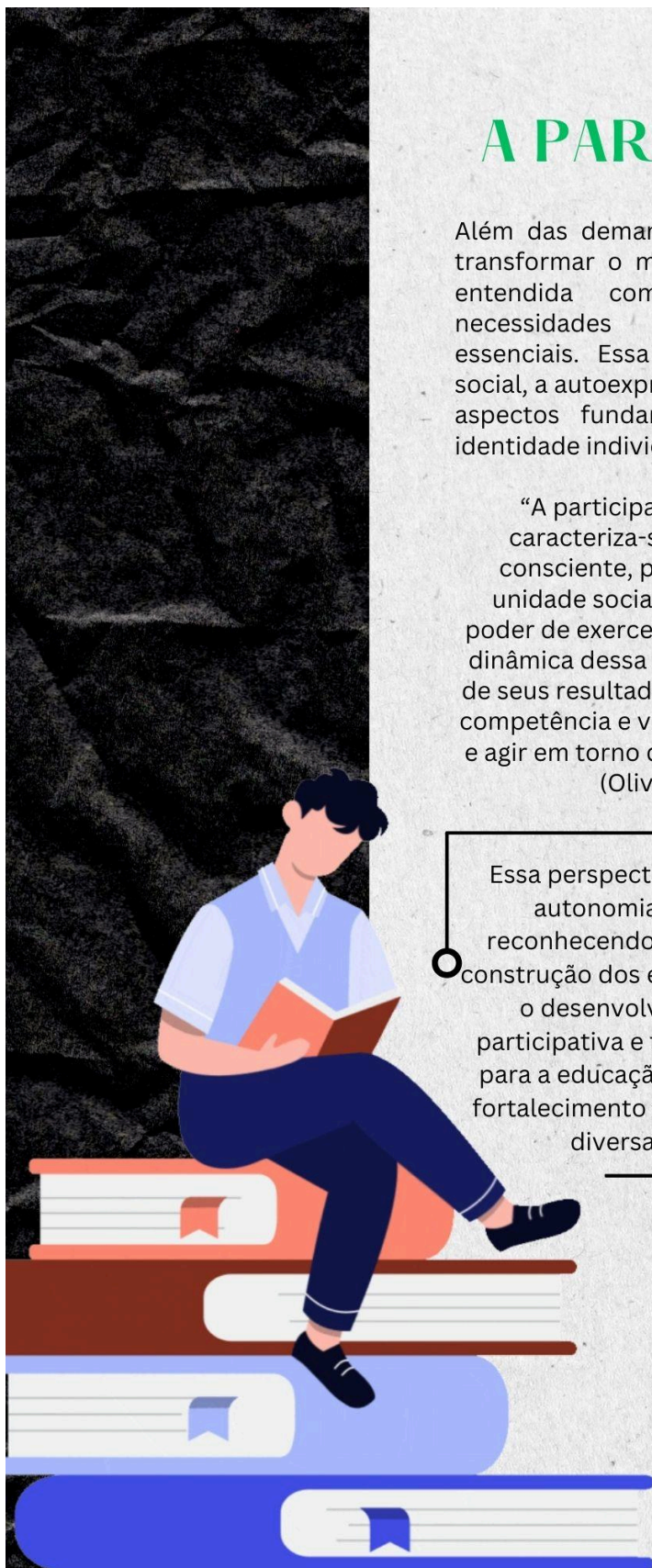


A PARTICIPAÇÃO

Além das demandas práticas, como dominar e transformar o mundo natural, a participação é entendida como um meio de atender necessidades emocionais e intelectuais essenciais. Essa prática promove a interação social, a autoexpressão e o pensamento reflexivo, aspectos fundamentais para a formação da identidade individual e coletiva.

“A participação, em seu sentido pleno, caracteriza-se por uma força de atuação consciente, pela qual os membros de uma unidade social reconhecem e assumem seu poder de exercer influência na determinação da dinâmica dessa unidade social, de sua cultura e de seus resultados, poder este resultante de sua competência e vontade de compreender, decidir e agir em torno de questões que lhe são afeitas” (Oliveira, 2014, p. 18-19).

Essa perspectiva destaca a importância da autonomia e da capacidade crítica, reconhecendo-nos como agentes ativos na construção dos espaços sociais, o que favorece o desenvolvimento de uma cidadania participativa e traz implicações significativas para a educação, a gestão organizacional e o fortalecimento das práticas democráticas em diversas áreas da sociedade.





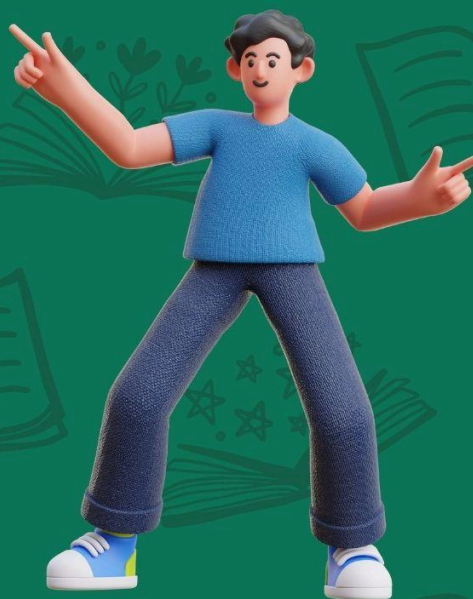
A participação, portanto, não deve ser passiva, mas ir além da simples presença, envolvendo o reconhecimento do poder de cada sujeito em influenciar a dinâmica do grupo. Na democracia, a participação é um elemento fundamental, entendida aqui como um processo contínuo que ultrapassa o ato de votar, englobando debate, acompanhamento, fiscalização e tomada de decisões.

No contexto escolar, a participação dos jovens assegura que suas perspectivas sejam consideradas, enriquecendo discussões e decisões. Dessa forma, eles aprendem sobre direitos, deveres e a importância da colaboração para o bem coletivo. Essa participação não apenas aprimora a vivência escolar, mas também forma estudantes para atuarem como cidadãos ativos e conscientes, fortalecendo uma sociedade mais democrática e contribuindo para uma gestão educacional democrática.

Portanto, acredite, a sua voz é fundamental!

MAS, AFINAL, O QUE É A GESTÃO DEMOCRÁTICA DA EDUCAÇÃO?

Agora que você já entendeu a importância da participação, vamos conhecer melhor a gestão democrática. Quando falamos em gestão escolar democrática, referimo-nos a um modelo de administração educacional que se baseia na participação ativa de representantes de todos os segmentos da comunidade escolar, incluindo professores, estudantes, técnicos administrativos e a comunidade externa.



A gestão democrática da educação é definida, conforme estabelecido pela Constituição Federal (Brasil, 1988, art. 37), pelos princípios de transparência, impessoalidade, autonomia, participação, liderança, trabalho coletivo, representatividade e competência. Baseada em um processo decisório que prioriza a participação e a deliberação pública, essa forma de gestão reflete o desejo de promover o desenvolvimento dos indivíduos como cidadãos e o fortalecimento da sociedade enquanto comunidade democrática. Nesse sentido, a gestão democrática representa uma administração que se concretiza de maneira prática e efetiva (Cury, 2007).

GESTÃO DEMOCRÁTICA DA EDUCAÇÃO

A autora Heloísa Lück (2012) apresenta três mecanismos de construção da autonomia da gestão escolar: órgãos colegiados, eleição de diretores e descentralização de recursos financeiros.

Você sabe se o *Campus Restinga* apresenta esses mecanismos?



A construção de uma gestão alinhada aos princípios democráticos requer a utilização dos mecanismos mencionados, visto que eles constituem partes fundamentais desse processo.

Esses instrumentos são essenciais para a efetivação de uma gestão escolar democrática, pois demandam a organização dos membros da comunidade escolar, possibilitando reflexões sobre a função e os objetivos institucionais, a aplicação dos recursos e, por fim, a escolha de uma direção que represente os anseios coletivos.

Esse modelo de gestão torna-se imprescindível para a consolidação de uma escola democrática e inclusiva, capaz de fomentar um ambiente educacional participativo e autônomo.



Resposta: Sim, o *Campus Restinga* apresenta os mecanismos de gestão democrática apontados por Lück.

LEGISLAÇÃO

Nas escolas brasileiras, a gestão democrática é regulamentada por legislações como a Constituição Federal de 1988, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) de 1996 e normas estaduais e municipais.

A Constituição Federal define a gestão democrática como um dos princípios fundamentais da educação no país. Esse marco legal foi instituído em um contexto histórico relevante: o período de redemocratização do Brasil, ocorrido logo após o término da ditadura militar.

Em 1996, a LDB reforçou esse princípio em seu artigo 14, detalhando mecanismos essenciais para a implementação da gestão democrática. Esse artigo garante a participação ativa da comunidade escolar na administração das instituições de ensino, fortalecendo a interação entre escola e sociedade (Brasil, 1996).



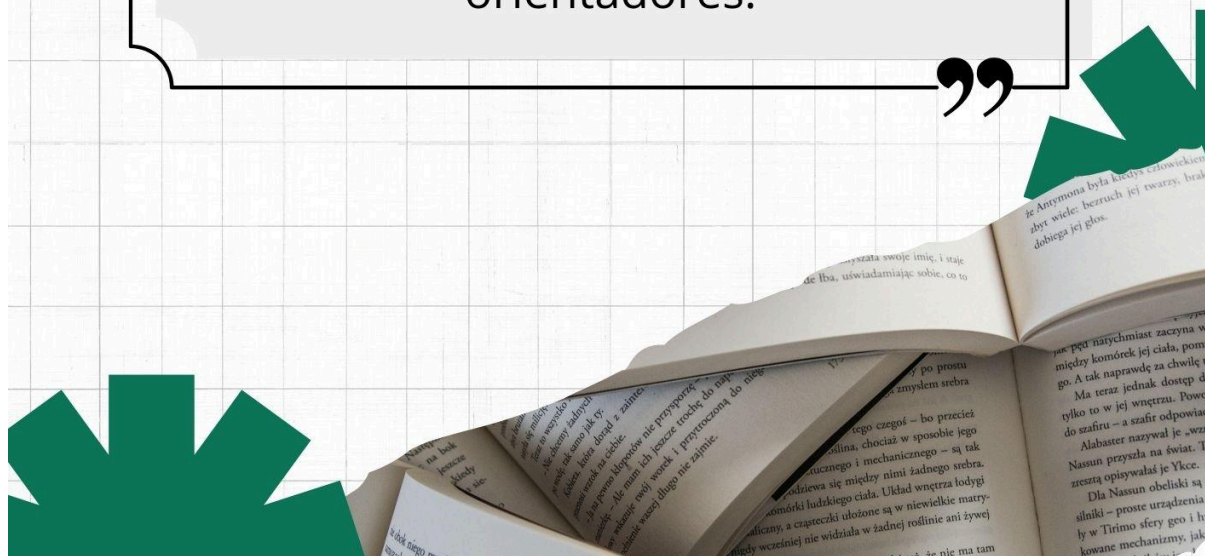
GESTÃO DEMOCRÁTICA NO IFRS

A Lei 11.895/2008, responsável pela criação dos Institutos Federais, entre eles o IFRS, também determina que cada instituição estabeleça seu Conselho Superior. Além disso, garante a representação paritária dos segmentos que integram a comunidade acadêmica (Brasil, 2008).

“

O IFRS adota a gestão democrática como um de seus princípios fundamentais, conforme demonstrado em seus documentos orientadores.

”



Para aprofundar seus conhecimentos sobre a gestão democrática da educação, recomendamos a consulta às legislações nacionais e aos documentos orientadores do IFRS e do *Campus Restinga*, disponíveis nos links listados abaixo. Sugerimos, ainda, um vídeo que aborda a temática:

[Constituição Federal Brasileira](#)

[Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional](#)

[Estatuto do IFRS](#)

[Regimento Interno complementar do IFRS - Campus Restinga](#)

[Plano de Desenvolvimento Institucional 2024/28](#)



Para assistir ao vídeo no YouTube, clique [aqui](#).





O IFRS adota a gestão democrática em todos os seus *campi*. No *Campus Restinga*, essa prática se manifesta por meio do funcionamento dos órgãos colegiados, que são constituídos por diversos segmentos. Esses grupos se reúnem para discutir, deliberar e tomar decisões coletivas sobre questões relacionadas à gestão escolar.

O propósito desses órgãos é fomentar a participação democrática na administração da escola, garantindo que as diversas vozes da comunidade escolar sejam consideradas no processo de tomada de decisão, além de contribuir para a gestão administrativa e acadêmica do *Campus Restinga*. Eles podem ser configurados como conselhos, núcleos, comitês ou comissões.

Estrutura organizacional do IFRS - *Campus* Restinga

Órgãos executivos: Direção Geral, Gestão de Administração, Gestão de Ensino, Gestão de Pesquisa, Pós-graduação e Inovação, Gestão de Extensão e Gestão de Desenvolvimento Institucional.

Órgãos Colegiados: Conselho de *Campus*, Comissão de Avaliação e Gestão de Ações de Ensino (CAGE), Comissão de Avaliação e Gestão de Projetos de Pesquisa e Inovação (CAGPI), Comissão de Avaliação e Gerenciamento de Ações de Extensão (CGAE), Núcleo de Atendimento às Pessoas com Necessidades Especiais (NAPNE), Núcleo de Estudos Afro-brasileiros e Indígenas (NEABI), Núcleo de Estudos e Pesquisas em Gênero e Sexualidade (NEPGS), Colegiados de Curso, Comissão de Eventos, Comissão Permanente do Processo Eleitoral, Comissão Permanente de Licitação, Comissão Interna de Saúde, Segurança e Prevenção de Acidentes (CISSPA), Comissão Interna de Supervisão do Plano de Carreira dos Cargos Técnico-administrativos em Educação (CIS), Comissão Própria de Avaliação (CPA), Comissão Permanente de Processo de Ingresso Discente (COPPID), Grupo Diretivo e Comissão Permanente de Pessoal Docente (CPPD).



ÓRGÃOS COLEGIADOS

Agora, vamos conhecer um pouco sobre os órgãos que exigem a representação discente entre seus membros. As informações apresentadas foram extraídas do Regimento Interno do *Campus Restinga* e de regulamentos específicos.

CONSELHO DE *CAMPUS*

O CONCAMP é o principal órgão normativo, consultivo e deliberativo do *Campus Restinga*: ele cria regras, dá orientações e toma decisões.

É responsável por questões essenciais para a instituição, tanto no campo acadêmico quanto no administrativo.

Suas atribuições incluem planejar e supervisionar atividades de ensino, pesquisa e extensão, autorizar alterações em projetos de cursos, avaliar propostas orçamentárias e relatórios de gestão, aprovar o Projeto Político-Pedagógico e o calendário acadêmico, atuar como instância recursal máxima, propor investigações administrativas e definir formas de ingresso nos cursos do *campus*. A representação estudantil no conselho é composta por três membros titulares e seus respectivos suplentes, todos eleitos pelos próprios estudantes para um mandato de um ano (IFRS, 2018a).

COMISSÃO DE EVENTOS

A Comissão de Eventos é um órgão de caráter propositivo e executivo, responsável pela organização e promoção de eventos institucionais no *Campus Restinga*.

Além da organização, a Comissão supervisiona e realiza eventos institucionais oficiais, promovendo a participação da comunidade escolar e externa, bem como coordena o planejamento anual desses eventos e atividades. Conta com ao menos um representante titular de cada segmento da comunidade escolar: docentes, técnicos administrativos, estudantes e membros externos (IFRS, 2018a).

ÓRGÃOS COLEGIADOS**COMISSÃO PERMANENTE DO PROCESSO ELEITORAL**

A Comissão Permanente do Processo Eleitoral é responsável por conduzir os processos eleitorais relacionados à representação no âmbito do *campus*, abrangendo comissões permanentes ou específicas, além de outros cargos e funções. Sua composição exige representação equivalente dos três segmentos da comunidade acadêmica: docentes, discentes e técnicos administrativos.

Observação: os membros dessa comissão devem afastar-se dela caso sejam candidatos em algum processo eleitoral. O mandato é de dois anos (IFRS, 2018a).

COMISSÃO DE AVALIAÇÃO E GESTÃO DE AÇÕES DE ENSINO (CAGE)

A CAGE é um órgão colegiado que assessoria a Gestão de Ensino e o Conselho do *Campus*. Suas principais atribuições incluem: acompanhar e avaliar projetos de ensino, homologar projetos submetidos a fomento interno, analisar relatórios de bolsistas e projetos dos editais de fomento, promover a divulgação de projetos de ensino e incentivar a participação da comunidade acadêmica e externa, além de colaborar na organização de eventos institucionais de ensino. A participação discente é composta por duas vagas titulares e dois suplentes, com mandato de um ano (IFRS, 2022).



ÓRGÃOS COLEGIADOS

COMISSÃO DE AVALIAÇÃO E GERENCIAMENTO DE AÇÕES DE EXTENSÃO (CGAE)

A CGAE é um órgão colegiado permanente com funções avaliativas, fiscalizadoras, propositivas, consultivas e deliberativas. Vinculada ao setor de extensão, tem como finalidade gerenciar as ações de extensão. Entre suas principais atribuições estão: fomentar o registro das ações de extensão, promovendo sua divulgação e sensibilizando os servidores; acompanhar e avaliar ações de extensão aprovadas nos editais da instituição; analisar relatórios de bolsistas e o relatório final dos projetos; e incentivar a participação da comunidade acadêmica e externa. Quanto à participação discente, a comissão conta com dois representantes titulares e dois suplentes, com mandato de um ano (IFRS, 2018b).

COMISSÃO DE AVALIAÇÃO E GESTÃO DE PROJETOS DE PESQUISA E INOVAÇÃO (CAGPPI)

A CAGPPI é um órgão colegiado responsável por auxiliar nas atividades relacionadas à pesquisa, pós-graduação e inovação, além de oferecer suporte ao Conselho do *Campus*. Suas principais atribuições incluem: acompanhar e avaliar projetos de pesquisa e inovação; analisar o mérito de projetos submetidos a editais de fluxo contínuo; avaliar relatórios de bolsistas e relatórios finais de projetos; revisar a prestação de contas de projetos; promover a divulgação dos projetos à comunidade, incentivando a participação; e organizar eventos científicos e tecnológicos no *campus*. A comissão prevê a participação de dois representantes titulares do segmento discente e dois suplentes, com mandato de um ano (IFRS, 2020).



COMISSÃO PRÓPRIA DE AVALIAÇÃO (CPA)

A CPA é responsável por desenvolver ferramentas e propostas avaliativas, implementar e coordenar os processos de avaliação institucional, contribuindo para o fortalecimento do desenvolvimento da instituição. Sua atuação inclui promover a participação da comunidade escolar e acadêmica na reflexão sobre as políticas de ensino, pesquisa, extensão e gestão do IFRS. Organiza e controla a aplicação dos instrumentos de avaliação no *campus*; elabora o relatório de autoavaliação institucional; promove eventos avaliativos; A comissão prevê a participação de um representante titular do segmento discente e um suplente, com mandato de um ano, que devem estar regularmente matriculados (IFRS, 2015).

COMISSÃO INTERNA DE SAÚDE, SEGURANÇA E PREVENÇÃO DE ACIDENTES (CISSPA)

A CISSPA tem como objetivo principal prevenir acidentes e doenças relacionadas ao trabalho, além de atuar nas condições do ambiente de trabalho e em todos os aspectos que possam impactar a saúde e segurança de servidores e estudantes. Algumas atividades da comissão são: elaborar um plano de ação preventiva para questões de segurança e saúde; criar o mapa de riscos, com a participação de trabalhadores e estudantes; participar da implementação e do controle da qualidade das medidas de prevenção necessárias; realizar verificações periódicas. A comissão requer a participação de dois representantes discentes titulares, eleitos por seus pares (IFRS, 2018a).



ÓRGÃOS COLEGIADOS

COMISSÃO DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL

A Comissão de Assistência Estudantil tem como objetivo apoiar a Coordenação de Assistência Estudantil no planejamento, execução e acompanhamento da Política de Assistência Estudantil. Suas atribuições incluem participar da construção e avaliação das ações da Assistência Estudantil, verificando sua adequação às necessidades da comunidade acadêmica; apoiar a organização necessária para a execução dos recursos; elaboração dos relatórios relacionados aos programas, projetos e ações de assistência estudantil desenvolvidos no *campus*. A comissão conta com dois membros discentes, eleitos para um mandato de um ano (IFRS, 2013).

COLEGIADO DE CURSO

O Colegiado de Curso é o órgão normativo e consultivo de cada curso, responsável por acompanhar a implementação do projeto pedagógico, avaliar alterações curriculares, discutir questões relacionadas ao curso e planejar e avaliar suas atividades acadêmicas, sempre em conformidade com as políticas e normas do IFRS. Informações detalhadas podem ser encontradas no projeto pedagógico de cada curso. O colegiado é composto pela coordenação do curso, pelos professores em efetivo exercício que integram a estrutura curricular do curso, por, no mínimo, um técnico administrativo vinculado ao setor de ensino e por um discente regularmente matriculado no curso (IFRS, 2022).



ÓRGÃOS COLEGIADOS**Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros e Indígenas (NEABI)**

O NEABI é um setor de caráter propositivo e consultivo que busca estimular e promover ações de ensino, pesquisa e extensão voltadas à temática das identidades e relações étnico-raciais, com especial atenção às populações afrodescendentes e indígenas, tanto no âmbito institucional quanto em suas relações com a comunidade externa. Entre suas competências, o núcleo busca incluir a promoção de reflexão e capacitação, visando ao conhecimento e à valorização da história dos povos africanos, da cultura afro-brasileira, da cultura indígena e da diversidade na construção histórica e cultural do Brasil. É composto por servidores técnico-administrativos, docentes, discentes e representantes da comunidade, sob a coordenação de um de seus membros (IFRS, 2014).

Núcleo de Estudos e Pesquisas em Gênero e Sexualidade (NEPGS)

O NEPGS é um setor propositivo e consultivo que estimula e promove ações orientadas à temática da educação para a diversidade de gênero e sexualidade. Tem por finalidade, entre outras, implementar políticas de educação para a diversidade de gênero e sexualidade, subsidiar a discussão acerca das temáticas de corpo, gênero e sexualidade e seus atravessamentos no campo da educação, atuar na difusão e promoção de estudos e pesquisas relacionadas às temáticas, atuar na prevenção e no combate às diferentes formas de violências de gênero e sexual e propor momentos de capacitação. É composto por servidores técnico-administrativos, docentes, discentes e representantes da comunidade, sob a coordenação de um de seus membros (IFRS, 2017).

Núcleo de Apoio às Pessoas com Necessidades Especiais (NAPNE)

O NAPNE tem como objetivo principal promover uma cultura de convivência na instituição, incentivando a aceitação da diversidade e eliminando barreiras arquitetônicas, educacionais, comunicacionais e atitudinais. Sua atuação visa estabelecer diretrizes que favoreçam a inclusão sociodigital de pessoas com necessidades educacionais específicas, promovendo o respeito às diferenças e a igualdade de oportunidades. O núcleo realiza pesquisas sobre temas como acessibilidade, tecnologias assistivas, *softwares* educativos e habitação universal. O NAPNE é composto por servidores técnico-administrativos, docentes, estudantes, seus familiares e representantes da comunidade, sendo coordenado por um de seus membros (IFRS, 2018a).



PARA ACESSAR MAIS INFORMAÇÕES SOBRE AS COMISSÕES, CONSELHO E NÚCLEOS, BASTA CLICAR SOBRE O NOME DO ÓRGÃO DE INTERESSE PARA VISUALIZAR SEU REGIMENTO OU REGULAMENTO.

[CAGPPI](#)

[CONCAMP](#)

[CAGE](#)

[CGAE](#)

[Comissão de
Assistência Estudantil](#)

[Comissão Permanente
do Processo Eleitoral](#)

[Comissão de Eventos](#)

[CISSPA](#)

[CPA](#)

[NAPNE](#)

[NEPGS](#)

[NEABI](#)



Como faço para participar?


Após entender o que são os órgãos colegiados, fique atento ao edital!

No *Campus Restinga*, um edital é divulgado quando há abertura de vagas para representantes nesses espaços. O edital é como um "aviso oficial" que contém informações importantes, como:


- Quem pode participar: quais são os critérios para se candidatar e a quantidade de vagas;
- Prazos: datas de inscrição, campanha e eleição;
- Documentação: quais papéis ou formulários você precisa preencher;
- Funções: as responsabilidades do órgão a que se refere a publicação.

Esses editais são publicados no site da escola e fixados no mural de informações.





**A participação nos núcleos não exige eleição.
Estudantes interessados e com disponibilidade para participar das reuniões e encontros devem enviar sua solicitação para os respectivos endereços eletrônicos dos núcleos.**



NAPNE
Núcleo de Atendimento às Pessoas
com Necessidades Educacionais Específicas
napne@restinga.ifrs.edu.br



NEABI
Núcleo de Estudos
Afro-Brasileiros e Indígenas
neabi@restinga.ifrs.edu.br



NEPGS
Núcleo de Estudos e Pesquisas
em Gênero e Sexualidade
nepgs@restinga.ifrs.edu.br

Agora, vejamos algumas respostas dos estudantes que participaram da pesquisa à seguinte pergunta: em sua opinião, de que forma os órgãos colegiados podem contribuir para sua formação como estudante?



“Pode ajudar na questão da comunicação, a entender mais sobre cada órgão [...]”.



“[...] afeta diretamente o nosso entendimento sobre democracia é algo que nos prepara para próximas etapas da vida, nos colocando um pouco mais dentro da sociedade e ajuda a nos enxergarmos como capazes de participar e contribuir a esses espaços”.



“Participar desses órgãos pode ajudar a desenvolver habilidades de liderança, de tomada de decisões, e deveria resolver problemas”.



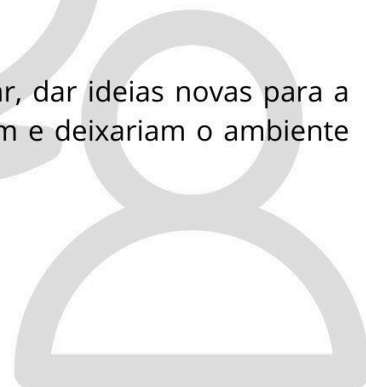
“Por participar de debates, conversas, disposição para melhorias no *campus*, agregaria currículo e formação para talvez futuras participações em outros órgãos, seja ele dentro da mesma instituição, ou numa instituição externa da comunidade escolar”.




“Uma vez que trocas de perspectivas e debates são vinculados com os órgãos, nós estudantes desenvolvemos a visão crítica e de posicionamento enquanto o *campus*”.



“Podemos melhorar o ambiente escolar, dar ideias novas para a escola e outras coisas que melhorariam e deixariam o ambiente mais divertido e inclusivo a todos”.

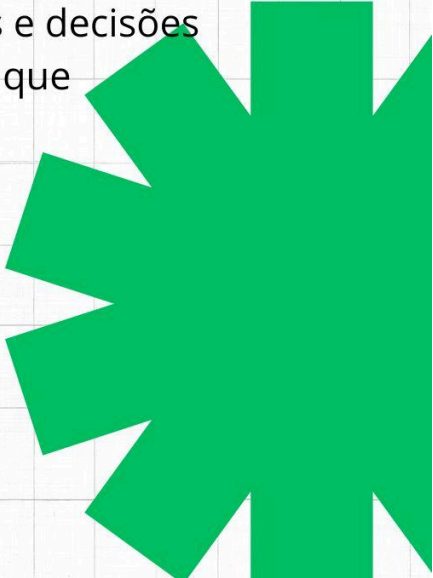




Prezado(a) estudante,

Este guia trouxe informações sobre os órgãos colegiados que incluem a participação estudantil em sua composição e fazem parte da estrutura organizacional do IFRS - *Campus* Restinga, contribuindo para o fortalecimento da gestão democrática na instituição. Vale ressaltar que há outros órgãos, espaços e formas de participação que não foram abordados neste material, pois não se enquadram no escopo proposto. Como exemplos, podem ser mencionados o Grêmio Estudantil e o Grupo Diretivo.

Esperamos que este guia tenha incentivado você a aprofundar seu conhecimento sobre o tema e a se engajar ativamente nos debates e decisões no *campus* e nos diferentes espaços que compõem a vida em sociedade.



REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BORDENAVE, Juan Enrique Diaz. **O que é Participação?** 8. ed. São Paulo: Brasiliense, 2002.

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidência da República, [2024]. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 01 nov. 2024.

BRASIL. **Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008**. Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia. Brasília, DF: Presidência da República, 2008. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/l11892.htm. Acesso em: 02 dez. 2024.

BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, DF: Presidência da República, 1996. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm. Acesso em: 10 jun. 2024.

CURY, Carlos Roberto Jamil. **A gestão democrática na escola e o direito à educação**. Revista Brasileira de Política e Administração da Educação, v. 23, n. 3, 2007. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/rbpae/article/view/19144/11145>. Acesso em: 12 nov. 2024.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO RIO GRANDE DO SUL. Campus Restinga. **Regimento Interno complementar do IFRS - Campus Restinga**. Porto Alegre: IFRS - Campus Restinga, 2018a. Disponível em: https://ifrs.edu.br/restinga/wp-content/uploads/sites/5/2018/08/regimento_interno_complementar_2018.pdf. Acesso em: 19 maio 2025.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO RIO GRANDE DO SUL. Conselho de Campus. **Regimento interno da Comissão de avaliação e gestão de ações de ensino (CAGE)**. Porto Alegre: IFRS - Campus Restinga, 2022. Disponível em: https://ifrs.edu.br/restinga/wp-content/uploads/sites/5/2022/06/Regimento-Interno-CAGE_Concamp.pdf. Acesso em: 10 dez. 2024.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO RIO GRANDE DO SUL. Conselho Superior. **Estatuto do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul**. Bento Gonçalves: IFRS, 2009.

Disponível em:

<https://ifrs.edu.br/documentos/estatuto-do-ifrs/>. Acesso em: 10 dez. 2024.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO RIO GRANDE DO SUL. Conselho Superior. **Plano de Desenvolvimento Institucional (2024 – 2028)**. Bento Gonçalves: IFRS, 2023. Disponível

em:<https://docs.google.com/document/d/1fdOh7vZFbzDIK8p4qmG20Ymh3mGLkKUnZSb94tDPXy8/edit?tab=t.0>. Acesso em: 10 dez. 2024.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO RIO GRANDE DO SUL. Conselho Superior. **Resolução nº 057, de 16 de junho de 2015**.

Aprova o Regimento Geral da Comissão Própria de Avaliação Institucional do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul – Central e dos Câmpus do IFRS, conforme documento anexo. Bento Gonçalves: IFRS, 2015. Disponível em:

<https://drive.google.com/file/d/11p3nCWvzCh9toYTt5e4DOI8XQXX0rPNK/view>.

Acesso

em: 10 dez. 2024.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO RIO GRANDE DO SUL. Conselho Superior. **Política de Assistência Estudantil do IFRS**.

Bento Gonçalves: IFRS, 2013. Disponível em:

<https://ifrs.edu.br/documentos/resolucao-consup-no-086-de-03-de-dezembro-de-2013-aprova-politica-de-assistencia-estudantil-do-ifrs/>.

Acesso em: 19 maio 2025.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO RIO GRANDE DO SUL. Conselho Superior. **Resolução nº 037, de 20 de junho de 2017**.

Aprova o Regulamento dos Núcleos de Estudos e Pesquisas em Gênero e Sexualidade (NEPGSs), do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul. Bento Gonçalves: IFRS, 2017. Disponível em:

[https://ifrs.edu.br/wp-](https://ifrs.edu.br/wp-content/uploads/2017/08/2017617145038539resolucao_037_17_completa.pdf)

[content/uploads/2017/08/2017617145038539resolucao_037_17_completa.pdf](https://ifrs.edu.br/wp-content/uploads/2017/08/2017617145038539resolucao_037_17_completa.pdf).

Acesso em: 19 maio 2025.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO RIO GRANDE DO SUL. Conselho Superior. **Resolução nº 024, de 28 de julho de 2022**.

Aprova o Projeto Pedagógico do Curso Técnico em Lazer. Bento Gonçalves: IFRS, 2022.

Disponível em: https://ifrs.edu.br/restinga/wp-content/uploads/sites/5/2022/07/PPC-Lazer_2022_alterado-pela-Resolucao-no-024.2022.pdf. Acesso em: 19 maio 2025.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO RIO GRANDE DO SUL. Conselho Superior. **Resolução nº 021, de 25 de fevereiro de 2014.** Aprova o Regulamento dos Núcleos de Estudos Afro-Brasileiros e Indígenas (NEABI). Bento Gonçalves: IFRS, 2014. Disponível em: https://ifrs.edu.br/wp-content/uploads/2017/09/Resolucao_21_14.pdf. Acesso em: 19 maio 2025.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO RIO GRANDE DO SUL. Pró-Reitoria de Pesquisa, Pós-Graduação e Inovação. **Instrução Normativa nº 03, de 21 de outubro de 2020.** Regulamenta a criação, a composição, as atribuições e o funcionamento da Comissão de Avaliação e Gestão de Projetos de Pesquisa e Inovação (CAGPPI). Bento Gonçalves: IFRS, 2020. Disponível em: <https://ifrs.edu.br/wp-content/uploads/2020/10/INSTRUCAO-NORMATIVA-No-03-DE-21-DE-OUTUBRO-DE-2020.pdf>. Acesso em: 19 maio 2025.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO RIO GRANDE DO SUL. Pró-reitoria de Extensão. **Instrução Normativa nº 02, de 22 de maio de 2018.** Regulamenta as atribuições e o funcionamento da Comissão de Avaliação e Gerenciamento de Ações de Extensão (CGAE) nos campi do IFRS. Bento Gonçalves: IFRS, 2018b. Disponível em: <https://ifrs.edu.br/wp-content/uploads/2018/05/IN-02-2018-CGAE-campus-1.pdf>. Acesso em: 19 maio 2025.

LÜCK, Heloísa. **Concepções e processos democráticos de gestão educacional.** São Paulo: Vozes, 2012. E-book. Disponível em: <https://plataforma.bvirtual.com.br>. Acesso em: 19 dez. 2024.

OLIVEIRA, Maria Auxiliadora Monteiro et al. (org.). **Gestão educacional: novos olhares, novas abordagens.** São Paulo: Vozes, 2014. E-book. Disponível em: <https://plataforma.bvirtual.com.br>. Acesso em: 15 dez. 2024.

APÊNDICE B - QUESTIONÁRIO DISCENTE

Questionário para estudantes dos cursos técnicos oferecidos pelo IFRS - *Campus Restinga*

Prezado/a estudante,

Este questionário faz parte do trabalho de pesquisa que estou desenvolvendo e que constituirá a dissertação do Curso de Pós-Graduação – Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica que frequento no IFRS – *Campus Porto Alegre*, denominado “Gestão democrática na educação profissional e tecnológica: participação discente no IFRS - *Campus Restinga*”. Suas respostas serão utilizadas para analisar e propor alternativas de ação que estimulem a participação dos estudantes do IFRS - *Campus Restinga* nos órgãos colegiados.

Agradeço por sua contribuição. Tanise.

** Indica uma pergunta obrigatória*

1. E-mail *

Questionário

2. 1. Qual o curso que você frequenta no IFRS - *Campus Restinga*

Marcar apenas uma oval.

- Técnico em Eletrônica Integrado ao ensino médio
- Técnico em Informática Integrado ao ensino médio
- Técnico em Lazer Integrado ao ensino médio
- Técnico em Comércio integrado ao ensino médio - PROEJA
- Técnico em Agroecologia integrado ao ensino médio - PROEJA
- Técnico em Turismo - subsequente
- Técnico em Informática - subsequente
- Técnico em Informática - concomitante

3. 2. Qual o ano/série/semestre que você está matriculado/a?

4. 3. Qual a sua idade?

5. 4. Qual o seu gênero?

⌵ Dropdown

Marcar apenas uma oval.

Feminino

Masculino

Outro

6. 5. Qual dos órgãos colegiados do IFRS - *Campus Restinga* você participa ou já participou?

Marque todas que se aplicam.

Conselhos de Campus

Núcleo de Apoio às Pessoas com Necessidades Especiais – NAPNE

Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros e Indígenas - NEABI

Núcleo de Estudos e Pesquisas em Gênero e Sexualidade - NEPGS

Comissão de eventos

Colegiado de curso

Comissão de Processo Eleitoral

Comissão de Avaliação e Gestão de Ações de Ensino (CAGE)

Comissão de Avaliação e Gestão de Projetos de Pesquisa e Inovação (CAGPPI)

Comissão de Avaliação e Gerenciamento de Ações de Extensão (CGAE)

Comissão Interna de Saúde, Segurança e Prevenção de Acidentes (CISSPA)

Comissões Próprias de Avaliação

Comissão de Assistência Estudantil

Nunca participei desses espaços

Outro: _____

7. 6. Se a resposta na pergunta anterior foi "Nunca participei desses órgãos", qual a razão de você nunca ter participado?

8. 7. Você sabe qual a finalidade dos órgãos mencionados acima?

Marcar apenas uma oval.

- Sim
- Não
- Sei a finalidade da maioria deles
- Sei a finalidade de poucos deles

9. 8. O que você entende por participação dos estudantes na gestão da escola?

10. 9. Os órgãos mencionados na pergunta 5 costumam atender os pedidos dos estudantes?

Marcar apenas uma oval.

- Nunca
- Raramente
- Às vezes
- Muitas vezes
- Sempre
- Não sei

11. 10. Os estudantes devem participar da gestão da escola?

Marcar apenas uma oval.

- Discordo totalmente
- Discordo parcialmente
- Indeciso
- Concordo parcialmente
- Concordo totalmente

12. 11. Na sua opinião, como a participação nos órgãos colegiados pode contribuir na sua formação como estudante?

13. 12. Você é informado pelos servidores (diretores, professores, técnicos) sobre formas de participação dos estudantes na gestão do Campus?

Marcar apenas uma oval.

- Nunca
- Raramente
- Às vezes
- Muitas vezes
- Sempre

14. 13. Se a resposta da pergunta 12 foi “Às vezes” ou “Muitas vezes” ou “Sempre”, assinale como ocorre esta comunicação:

Marque todas que se aplicam.

- por e-mail
- no mural do corredor e da sala de aula
- o/a professor/a fala na aula
- nas redes sociais: instagram, facebook, etc.
- por meio do Grêmio Estudantil
- pelo/a Coordenador/a do Curso
- por Servidor/a do Setor de Ensino
- Outro: _____

15. 14. Você votou na última eleição para diretor-geral do IFRS - Campus Restinga em outubro de 2023?

Marcar apenas uma oval.

- Sim
- Não

16. 15. Se o Campus Restinga elaborasse um material para divulgar formas de participação dos estudantes na gestão, como deveria ser este material? *

17. 16. Escreva pelo menos uma sugestão que, na sua opinião, motivaria e melhoraria a participação dos estudantes na gestão do Campus Restinga: *

Este conteúdo não foi criado nem aprovado pelo Google.

Google Formulários

APÊNDICE C - QUESTIONÁRIO PARA COORDENADORES DE CURSO

Questionário para Coordenadores dos cursos técnicos oferecidos pelo IFRS - *Campus Restinga*

Prezado/a Coordenador/a,

Este questionário faz parte do trabalho de pesquisa que estou desenvolvendo para o Curso de Pós-Graduação – Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica que frequento no IFRS – *Campus Porto Alegre*, denominado “Gestão democrática na educação profissional e tecnológica: participação discente no IFRS - *Campus Restinga*”. Suas respostas serão utilizadas para analisar e propor alternativas de ação que estimulem a participação dos estudantes do IFRS - *Campus Restinga* nos órgãos colegiados.

Agradeço por sua contribuição. Tanise

1. 1. Qual o curso que você coordena no IFRS - Campus Restinga ⌵ Dropdown

Marcar apenas uma oval.

- Técnico em Informática Integrado ao ensino médio
- Técnico em Lazer Integrado ao ensino médio
- Técnico em Eletrônica Integrado ao ensino médio
- Técnico em Agroecologia - Proeja
- Técnico em Comércio - Proeja

2. 2. Quantos anos faz que você ingressou no IFRS - Campus Restinga?

3. Órgãos colegiados que compõem a gestão do campus e que requerem a participação do segmento discente entre seus membros: Conselhos de Campus, Comissão de eventos, Colegiado de curso, Comissão de Processo Eleitoral, Comissão de Avaliação e Gestão de Ações de Ensino (CAGE), Comissão de Avaliação e Gestão de Projetos de Pesquisa e Inovação (CAGPPI), Comissão de Avaliação e Gerenciamento de Ações de Extensão (CGAE), Comissão Interna de Saúde, Segurança e Prevenção de Acidentes (CISSPA), Comissões Próprias de Avaliação, Comissão de Assistência Estudantil, Núcleo de atendimento às pessoas com necessidades educacionais específicas, Núcleo de estudos afro-brasileiros e indígenas e Núcleo de estudos e pesquisas em gênero e sexualidade.

3. 4. Você incentiva os estudantes a participarem dos espaços mencionados nos item 3?

Marcar apenas uma oval.

- Nunca
- Raramente
- Às vezes
- Muitas vezes
- Sempre

4. 5. Se sua resposta na pergunta 4 foi “Às vezes”, “Muitas vezes” ou “Sempre”, quais as formas que foram utilizadas?

5. 6. Você acredita que a participação dos estudantes nestas instâncias podem contribuir no processo de formação?

Marcar apenas uma oval.

- Discordo totalmente
 Discordo parcialmente
 Indeciso
 Concordo parcialmente
 Concordo totalmente

6. 7. Se sua resposta na pergunta 6 foi "Concordo parcialmente" ou "Concordo totalmente", relacione aspectos que podem contribuir na formação dos estudantes:

7. 8. Os estudantes devem ter a oportunidade de participar da gestão escolar?

Marcar apenas uma oval.

- Discordo totalmente
 Discordo parcialmente
 Indeciso
 Concordo parcialmente
 Concordo totalmente

8. 9. Se sua resposta na pergunta 8 foi “Concordo parcialmente” ou “Concordo totalmente”, como o Campus Restinga deve proceder para garantir esta participação?

9. 10. Você considera importante a gestão democrática nas instituições de ensino? Por quê?

10. 11. Que ação institucional o Campus Restinga poderia adotar com o intuito de informar os estudantes sobre as possibilidades de participação em espaços ou órgãos colegiados existentes?

11. 12. Escreva uma sugestão para melhorar a participação dos estudantes na gestão do Campus Restinga:

APÊNDICE D - FORMULÁRIO DE AVALIAÇÃO DO PRODUTO EDUCACIONAL

Avaliação do Produto Educacional: Guia de participação discente nos órgãos colegiados do IFRS - Campus Restinga

Questionário para avaliação do produto educacional desenvolvido no Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica (ProfEPT) no IFRS - *Campus* Porto Alegre, por meio da pesquisa intitulada:

Gestão democrática na educação profissional e tecnológica: participação discente no IFRS - *Campus* Restinga.

** Indica uma pergunta obrigatória*

1. E-mail *

2. 1. O formato visual do guia foi atrativo? *

Marcar apenas uma oval.

- Concordo totalmente
- Concordo
- Indeciso
- Discordo
- Discordo totalmente

3. 2. O guia utilizou bem recursos como imagens e cores para transmitir a mensagem? *

Marcar apenas uma oval.

- Concordo totalmente
 Concordo
 Indeciso
 Discordo
 Discordo totalmente

4. 3. Os conteúdos apresentados no guia foram claros e acessíveis *

Marcar apenas uma oval.

- Concordo totalmente
 Concordo
 Indeciso
 Discordo
 Discordo totalmente

5. 4. O conteúdo do guia abordou adequadamente os aspectos essenciais para participação nos órgãos colegiados? *

Marcar apenas uma oval.

- Concordo totalmente
 Concordo
 Indeciso
 Discordo
 Discordo totalmente

6. 5. O guia contribuiu para ampliar seus conhecimentos sobre a gestão democrática e os órgãos colegiados? *

Marcar apenas uma oval.

- Concordo totalmente
 Concordo
 Indeciso
 Discordo
 Discordo totalmente

7. 6. O guia facilita o acesso a informações sobre a participação nos órgãos colegiados? *

Marcar apenas uma oval.

- Concordo totalmente
 Concordo
 Indeciso
 Discordo
 Discordo totalmente

8. 7. É possível afirmar que o guia considerou o seu público-alvo (estudantes) ao apresentar os conteúdos? *

Marcar apenas uma oval.

- Concordo totalmente
 Concordo
 Indeciso
 Discordo
 Discordo totalmente

9. 8. Você se sentiu convidado a refletir sobre o tema apresentado no guia? *

Marcar apenas uma oval.

- Concordo totalmente
 Concordo
 Indeciso
 Discordo
 Discordo totalmente

10. 9. Os temas abordados despertaram seu interesse? *

Marcar apenas uma oval.

- Concordo totalmente
 Concordo
 Indeciso
 Discordo
 Discordo totalmente

11. 10. Você se sentiu estimulado a participar dos órgãos colegiados após a leitura do guia? *

Marcar apenas uma oval.

- Concordo totalmente
 Concordo
 Indeciso
 Discordo
 Discordo totalmente

12. 11. Quais sugestões ou comentários você gostaria de compartilhar sobre o guia? *

Este conteúdo não foi criado nem aprovado pelo Google.

Google Formulários

ANEXO A – PARECER CONSUBSTANCIADO DO COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA (CEP)

INSTITUTO FEDERAL DE
EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E
TECNOLOGIA DO RIO
GRANDE DO SUL



PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: GESTÃO DEMOCRÁTICA NA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA: PARTICIPAÇÃO DISCENTE NO IFRS - CAMPUS RESTINGA

Pesquisador: Tanise Fernandes de Lima

Área Temática:

Versão: 1

CAAE: 73043023.9.0000.8024

Instituição Proponente: INSTITUTO FEDERAL DE EDUCACAO, CIENCIA E TECNOLOGIA DO RIO

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 6.262.098

Apresentação do Projeto:

Trata-se de um projeto de pesquisa desenvolvido por Tanise Fernandes de Lima, sob orientação do professor Josimar de Aparecido Vieira, vinculado ao Programa de Pós-graduação em Educação Profissional e Tecnológica. A pesquisa caracteriza-se como qualitativa, de natureza aplicada e, relacionada aos objetivos, é do tipo descritiva, com dimensão exploratória. Prevê a participação de 93 participantes, sendo 86 estudantes e 7 coordenadores de curso.

Objetivo da Pesquisa:

Objetivo Primário:

Analisar e propor alternativas de ação que estimulem a participação dos estudantes do IFRS - Campus Restinga nos órgãos deliberativos (Conselhos, comitês e/ou comissões) que, além de serem considerados instâncias que colaboram com o processo da gestão democrática, do aperfeiçoamento do processo educativo e zela pela execução das políticas do IFRS, pode contribuir para a formação omnilateral de seus integrantes.

Objetivos Secundários:

a) Compreender os fundamentos da gestão democrática e sua importância no contexto educacional, apontando manifestações desses fundamentos no dia a dia do IFRS - Campus Restinga;

Endereço: Rua General Osório, 348 - 3º andar- sala 303

Bairro: CENTRO

CEP: 95.700-086

UF: RS

Município: BENTO GONCALVES

Telefone: (54)3449-3340

E-mail: cepesquisa@ifrs.edu.br

INSTITUTO FEDERAL DE
EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E
TECNOLOGIA DO RIO
GRANDE DO SUL



Continuação do Parecer: 6.262.098

- b) Apontar os fundamentos que constituem o processo de formação omnilateral dos estudantes, considerando os princípios da gestão democrática e a preocupação com o aperfeiçoamento do processo educativo;
- c) Examinar e caracterizar os órgãos deliberativos que fazem parte da gestão do IFRS - Campus Restinga, enquanto espaços de representatividades, lutas, gestão democrática, averiguando como essas instâncias contribuem para o aperfeiçoamento do processo educativo;
- d) Compreender o processo de participação dos estudantes na gestão do IFRS - Campus Restinga, considerando as juventudes como categoria social; e) Produzir um material informativo (proposta de política institucional de conscientização) que contribua para fomentar a participação dos estudantes do IFRS - Campus Restinga nos órgãos deliberativos.

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

Riscos:

Toda pesquisa com seres humanos envolve riscos em tipos e gradações variados. Nesta pesquisa, os riscos oferecidos para os participantes são mínimos e estão relacionados com possíveis constrangimentos para responder o questionário. Isso se deve ao fato de que os procedimentos de investigação não são invasivos e serão mantidos os critérios éticos de sigilo e confidencialidade dos dados. As questões que fazem parte do questionário foram elaboradas no sentido de não apresentarem riscos ou desconforto, assim como não oferecerem prejuízos, constrangimentos ou riscos à sua integridade moral, física, mental ou efeitos colaterais. Mas caso os participantes não se sintam confortáveis, podem solicitar ajuda à pesquisadora ou até mesmo não responder aos questionamentos e responder apenas às questões que achar conveniente.

Benefícios:

Os resultados da pesquisa não fornecerão benefícios diretos aos sujeitos envolvidos. Porém, as reflexões obtidas poderão contribuir para o planejamento, definição e retroalimentação das práticas de gestão voltadas para a EPT, assim como para a instituição e os cursos envolvidos. Os sujeitos que constituirão o universo desta pesquisa, contribuirão para propor alternativas de ação que estimulem a participação dos estudantes do IFRS - Campus Restinga nos órgãos deliberativos, assim como para outros cursos e instituições similares. Outrossim, contribuirá para desenvolver saberes e fazeres pertinentes à formação desses estudantes. A obtenção destes benefícios se dará por meio de consulta em artigos que serão publicados em anais de eventos e até mesmo em

Endereço: Rua General Osório, 348 - 3º andar- sala 303
Bairro: CENTRO **CEP:** 95.700-086
UF: RS **Município:** BENTO GONCALVES
Telefone: (54)3449-3340 **E-mail:** cepsquisa@ifrs.edu.br

INSTITUTO FEDERAL DE
EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E
TECNOLOGIA DO RIO
GRANDE DO SUL



Continuação do Parecer: 6.262.098

periódicos especializados, assim como do produto educacional que será produzido. Mais diretamente, os cursos envolvidos neste projeto de pesquisa terão disponível para consulta a dissertação que oferecerá dados importantes para implementação e qualificação de seus projetos pedagógicos, que certamente contam com a participação dos estudantes neste processo. Já os estudantes e coordenadores desses cursos disporão de um material informativo que contribuirá para promover suas participações na gestão da instituição de ensino envolvida por meio da participação nos órgãos deliberativos.

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

- 1) O estudo é nacional;
- 2) A pesquisa faz parte do Trabalho de Mestrado em Educação Profissional e Tecnológica, cursado pela pesquisadora.
- 3) Tipo de fomento: financiamento próprio;
- 4) Tamanho da amostra: 93 participantes, sendo 86 estudantes maiores e menores de 18 anos e 7 coordenadores/as de cursos.
- 5) Previsão de início e término do estudo: os dados serão coletados entre os dias 01/03/2024 a 01/04/2024, com previsão de término do estudo em 01/12/2024.

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

Vide campo "Conclusão ou pendências e lista de inadequações".

Recomendações:

Recomenda-se observar a redação de uma Carta Resposta contemplando cada uma das alterações/sugestões apontadas no item Pendências e Lista de Inadequações, bem como o destaque das alterações realizadas nos documentos para melhor permitir o acompanhamento das pendências elencadas.

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

Solicitamos providências quanto às seguintes pendências:

- 1) Incluir, no TALE, os direitos dos participantes, da mesma forma que foram inseridos nos demais termos;
- 2) Especificar na metodologia como será obtido o TCLE, uma vez que será necessária autorização dos pais para que os estudantes participem da pesquisa. Caso o TCLE for obtido de forma virtual é necessário incluir TCLE na formatação digital que será visualizada pelo participante, conforme Ofício Circular 2/2021/CONEP, ITEM 1.3.

Endereço: Rua General Osório, 348 - 3º andar- sala 303
Bairro: CENTRO **CEP:** 95.700-086
UF: RS **Município:** BENTO GONCALVES
Telefone: (54)3449-3340 **E-mail:** cepsquisa@ifrs.edu.br

**INSTITUTO FEDERAL DE
EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E
TECNOLOGIA DO RIO
GRANDE DO SUL**



Continuação do Parecer: 6.262.098

3) Especificar, na metodologia do projeto, as ações que serão tomadas para garantir a confidencialidade e a questão do armazenamento e eliminação dos dados após o período de guarda legal, conforme Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD,2018);

Solicitamos uma carta de resposta às pendências elencadas neste parecer, juntamente com as alterações em destaque nos documentos, no prazo de 30 dias.

Considerações Finais a critério do CEP:

Observar a redação de uma Carta Resposta contemplando cada uma das alterações/sugestões apontadas no item Pendências e Lista de Inadequações, bem como o destaque das alterações realizadas nos documentos para melhor permitir o acompanhamento das pendências elencadas.

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_2188863.pdf	14/08/2023 15:50:59		Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	Projeto_de_pesquisa_CEP_Tanise.pdf	14/08/2023 15:50:29	Tanise Fernandes de Lima	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TCLE_ADULTOS_COORD.pdf	14/08/2023 15:48:50	Tanise Fernandes de Lima	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TCLE_ESTUDANTES_ADULTOS.pdf	14/08/2023 15:48:22	Tanise Fernandes de Lima	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TCLE_RESPONSAVEIS.pdf	14/08/2023 15:47:53	Tanise Fernandes de Lima	Aceito
Outros	TALE.pdf	14/08/2023 15:46:57	Tanise Fernandes de Lima	Aceito
Outros	APENDICE_II.pdf	14/08/2023 15:40:54	Tanise Fernandes de Lima	Aceito
Outros	APENDICE_I.pdf	14/08/2023 15:38:56	Tanise Fernandes de Lima	Aceito

Endereço: Rua General Osório, 348 - 3º andar- sala 303
Bairro: CENTRO **CEP:** 95.700-086
UF: RS **Município:** BENTO GONCALVES
Telefone: (54)3449-3340 **E-mail:** cepesquisa@ifrs.edu.br

INSTITUTO FEDERAL DE
EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E
TECNOLOGIA DO RIO
GRANDE DO SUL



Continuação do Parecer: 6.262.098

Outros	Carta_anuencia_institucional.pdf	14/08/2023 15:32:49	Tanise Fernandes de Lima	Aceito
Folha de Rosto	FolhaDeRosto_Tanise.pdf	14/08/2023 15:22:06	Tanise Fernandes de Lima	Aceito

Situação do Parecer:

Pendente

Necessita Apreciação da CONEP:

Não

BENTO GONCALVES, 25 de Agosto de 2023

Assinado por:
JOAO VITOR GOBIS VERGES
(Coordenador(a))

Endereço: Rua General Osório, 348 - 3º andar- sala 303
Bairro: CENTRO **CEP:** 95.700-086
UF: RS **Município:** BENTO GONCALVES
Telefone: (54)3449-3340 **E-mail:** cepesquisa@ifrs.edu.br